

MESTRADO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRAS
TRADICIONAIS- MESPT

MARIA APARECIDA MENDES

**MARIAS CRIOULAS: EMANCIPAÇÃO E ALIANÇAS ENTRE MULHERES NO
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM COMUNIDADES
TRADICIONAIS**



Orientadora: Prof. Dra. Cristiane de Assis Portela (MESPT/UnB)

Brasília
Julho de 2019

MARIA APARECIDA MENDES

**MARIAS CRIOULAS: EMANCIPAÇÃO E ALIANÇAS ENTRE MULHERES NO
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

Dissertação de mestrado submetida ao MESPT da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Sustentável junto aos Povos e Terras Tradicionais. Orientadora: Prof^a Dr^a Cristiane de Assis Portela

**Brasília
Julho de 2019**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
MESTRADO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRAS
TRADICIONAIS- MESPT

**MARIAS CRIOULAS: EMANCIPAÇÃO E ALIANÇAS ENTRE MULHERES NO
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

Dissertação de mestrado submetida ao MESPT da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável junto aos Povos e Terras Tradicionais.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Cristiane de Assis Portela
Orientadora (Presidente da Banca, UnB)

Prof^ª. Dra. Marta de Oliveira Antunes
Membro Externo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Prof^ª. Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Membro Interno (MESPT)

Prof^ª. Dra. Sílvia Maria Ferreira Guimarães
Membro Suplente (UnB)

Prof. Givania Maria da Silva
Examinadora Quilombola

Brasília-DF, 12 julho de 2019.

Parece que quando você tá numa situação de violência é como se não existisse o mundo fora disso ali. A mulher se isola, ela se envergonha é como se a auto-estima passasse a não existir. Ela se acha um lixo como se estivesse em uma bolha, em que não se consegue sair. Como se estivesse em um quarto escuro que não consegue enxergar nada. A partir do momento que sai para uma reunião, vai saindo para outra e para outra, seja lá qual tema for, ela vai te abrindo os caminhos, vai tipo iluminando aquele quarto escuro que você está quando sofre violência. (Maria Dandara, Quilombola de Conceição das Crioulas-PE)

DEDICATÓRIA

Com carinho, dedico esse trabalho, à minha avó Firmiana Marcionília (Ana Belo), in memoriam, uma das mulheres mais fortes e determinadas que conheci, com quem aprendi muito do que hoje sei e sou.

À minha mãe Maria da Natividade Mendes, que com muita dedicação usou as práticas extrativistas de umbu para garantir a nossa entrada e permanência na escola.

Ao meu pai João Francisco Mendes, exemplo de transformação, superou a colonização do pensamento em relação à educação e me deu a alegria de amadrinhar a sua conclusão do ensino fundamental.

À minha filha Ana Claudia, amiga e companheira nos momentos de alegrias e de tristeza. O seu apoio aos meus estudos se manifestou de várias formas, ora sendo a companheira de caminhada no percurso de 6 km até a casa de Maria Diva, um dos locais de estudos, ora se auto-cuidando enquanto eu tinha que trabalhar como doméstica durante o dia e sair à noite para estudar, como aconteceu quando ela tinha sete anos de idade. Recebi o seu apoio de todas as formas possíveis, portanto o meu sentimento é de pura gratidão.

AGRADECIMENTOS

Quero fazer um agradecimento especial a todas as mulheres das comunidades tradicionais participantes da quarta turma do MESPT e às mulheres quilombolas de Conceição das Crioulas que, além de depositaram em mim a confiança, aceitaram o desafio, de juntas, elaborarmos uma reflexão sobre o enfrentamento à violência doméstica nas comunidades tradicionais e no quilombo de Conceição das Crioulas. Agradeço...

Minha mãe, Maria da Natividade Mendes, que com a venda de umbu se responsabilizou pelos meus primeiros passos até os conhecimentos teóricos e durante os tempos comunidades não me deixou faltar nada para que pudesse me dedicar integralmente à pesquisa.

Meu pai, João Francisco Mendes, que superou a sua própria resistência aos estudos, ingressou na vida escolar já na transição da idade adulta para idosa e me deu a alegria de ser sua madrinha de conclusão do ensino fundamental.

Minha avó, Firmiana Marcionília, *in memoriam*, que com muita sabedoria me ensinou os conhecimentos que recebeu dos nossos antepassados e sempre me encorajou a seguir firme na luta quilombola apesar dos riscos que corríamos, mesmo nunca tendo ido à escola.

Minhas irmãs e irmãos que sempre apoiaram a minha decisão de estudar, mesmo quando parecia ser mais difícil.

Meu marido, José Aparecido da Silva, que aceitou abrir mão temporariamente de outros projetos importantes para priorizar as minhas necessidades durante o mestrado e sempre esteve do meu lado em todas as circunstâncias.

Minha filha Ana Claudia que, desde muito pequena, muitas vezes ficou sozinha em casa para que eu pudesse estudar sacrifícios que lhes estimularam o interesse pelos estudos.

Minha neta Anandha, por emitir forças e inspiração e, embora ter apenas três aninhos, já dava força para vovó seguir apesar do desejo de lhe cuidar.

Minhas sobrinhas e meus sobrinhos, Carlos Mendes, Karine Rocha, Dandara, Dário, Guilherme, Akim e Benjamim, Misraim, Enzo e Yohana pelo apoio manifestado através das parcerias nas caminhadas pelo território e à Glauciene que, ao lado da mãe e do pai, por diversas vezes se responsabilizou pelas compras das minhas passagens para chegar à universidade.

Minhas irmãs, Maria Ediana Mendes, minha fiadora de compras de passagens, Rozeane Mendes, que disponibilizou sua casa para o meu acolhimento.

Meus irmãos, José Francisco Mendes, *in memoriam*, Antônio João Mendes, Francisco de Assis Mendes e Cícero Mendes, por todo apoio e incentivo, que me impulsionaram chegar até aqui.

Meu cunhado Roberto, pela orientação de como usar a tecnologia a favor da realização dos meus trabalhos, e João Emídio que, ao lado da minha irmã Rozeane, carinhosamente assumiram a responsabilidade pelos meus deslocamentos de Juazeiro do Norte até a comunidade e dentro do território.

Minhas cunhadas, Jocilene, Fabiana Venceslau e Andressa, com as quais sempre pude contar.

As professoras Ludivine Eloy e Stephanie, pelo empenho em dialogar com os responsáveis pelo Projeto Bem Diverso, que se tornou um grande apoiador a partir da pesquisa voltada para a atuação das mulheres nas atividades agroextrativista em Conceição das Crioulas.

O Projeto Bem Diverso que, desde janeiro de 2018, proporcionou o pagamento de todas despesas dos deslocamentos e ajuda de custo durante o período da pesquisa voltada para atuação das mulheres no manejo sustentável dos recursos naturais. Sem esse apoio, a viabilidade da pesquisa estaria comprometida.

Maria Auxiliadora de Jesus, *in memoriam*, responsável pelo meu primeiro contato com a escrita.

Maria Diva, que me estendeu a mão quando pensei em desistir de estudar. Alargo os agradecimentos a Andrelino Dionízio e Antonio Francisco (Cem), *in memoriam*, que aceitaram o desafio de enfrentar uma jornada de estudos no ensino médio a distância sem o apoio de professores e de recursos tecnológicos (internet), apenas com os nossos próprios esforços de conseguir os materiais necessários para os nossos estudos.

As professoras Mabel Assis, Márcia e professor Nei, em nome de quem estendo os agradecimentos aos demais professores e professoras do curso de serviço social que perceberam o meu desejo e acreditaram no meu potencial e por isso me incentivaram a dar seguimento aos estudos.

Joana Mares e Sonia Olavo, cujas vivências no curso de serviço social nos proporcionou uma irmandade que segue até a atualidade, uma incentivando a outra a seguir firme nos estudos.

Zélia Martinez, por meio de quem estendo meus agradecimentos às demais componentes de Católicas Pelo Direito de Decidir, por todo apoio concedido através da compra dos

panos de pratos como forma de mobilizar recursos desde a realização da última etapa da seleção do mestrado até adquirir outros meios para custear as despesas.

Givania, que inspirou e incentivou a mim e muita outras pessoas do Quilombo de Conceição das Crioulas a ingressar na luta quilombola tendo a educação como ferramenta de luta. Mesmo passando por momentos de dificuldades, não hesitou em carinhosamente me acolher na sua residência durante todos os módulos do mestrado- MESPT.

Iandara, que me acolheu com muito cuidado, inclusive alterando a sua rotina para que eu pudesse me concentrar na elaboração dos trabalhos.

João Umbelino Filho, que contribuiu com a permanência de Givania em Brasília, também garantindo minha permanência no mestrado.

A equipe de pesquisa, Fabiana Venceslau, Roseane Mendes, Márcia Jucilene, Evania, Maria dos Santos, Valdeci, minhas companheiras da luta quilombola e que carinhosamente aceitaram o desafio de compor a equipe de pesquisa e, apesar da dinâmica da comunidade, sempre estiveram disponíveis para coletivamente tocarmos as ações relacionadas à pesquisa.

As mulheres artesãs Crioulas, que não hesitaram em colocar os seus produtos artesanais à minha disposição para vender e com o saldo colaborar com as minhas necessidades, apoio que se estendeu a outros membros do MESPT a partir da realização dos leilões no Balaio (nome dado a festa) para mobilizar recursos para nosso deslocamento.

Cristiane Portela, que, com todo carinho, dedicação e paciência, conduziu a orientação da minha pesquisa, não permitindo que eu desanimasse ou perdesse o foco.

Mônica Nogueira e Ana Tereza, em nome de quem agradeço a coordenação MESPT e a todas(os) as(os) professoras (es) que lutaram incansavelmente, desde o empenho em sala de aula, mobilização dos espaços para nossa estadia em Brasília e principalmente com a organização do Balaio.

Andréia Brasil, que generosamente disponibilizou as dependências da sua residência para realizarmos as duas festas do Balaio.

Kátia Favila, que largou todos os seus afazeres pessoais para contribuir, com todo carinho, na organização e preparação da alimentação para o Balaio.

Por fim, todas as pessoas que colaboraram financeiramente, ao participarem como convidados da Festa do Balaio.

MENDES, Maria Aparecida. **Marias Crioulas: emancipação e aliança entre mulheres no enfrentamento à violência doméstica em comunidades tradicionais**. Brasília: MESPT-UnB, 2019.

RESUMO

As mulheres se destacam como protagonistas desde a fundação do Quilombo de Conceição das Crioulas, Pernambuco. Inspiradas pelas lutas das nossas ancestrais, participamos ativamente da organização social e da luta pelo direito de permanecer com dignidade em nosso território. Fruto dessa história, esta dissertação tem como objetivo analisar o enfrentamento à violência doméstica por mulheres em contextos comunitários tradicionais. Como objetivos específicos, buscamos: a. identificar a potencialidade de liderança das mulheres do Quilombo Conceição das Crioulas em diversos âmbitos sociais; b. compreender a participação das mulheres e suas perspectivas de emancipação; c. entender como as mulheres relacionam a luta em defesa do coletivo e a superação das violências domésticas que as afetam individualmente; d. perceber quais as motivações históricas que levam as mulheres a assumirem o protagonismo no movimento social desse quilombo e propor ações interventivas de caráter educativo que promovam a reflexão de homens e mulheres em torno da violência doméstica em comunidades tradicionais. A pesquisa é baseada em metodologias diversas: entrevista semiestruturada, rodas de conversas, e conversas informais com mulheres e homens no território Quilombola de Conceição das Crioulas e mulheres de outras comunidades tradicionais. A partir de relatos orais analisados, argumentamos que o empoderamento das mulheres na luta comunitária associado a processos de reeducação dos homens (agressores ou não) indica caminhos emancipatórios para toda a comunidade.

Palavras-chave: Mulheres quilombolas, violência doméstica, estratégias de enfrentamento à violência; Marias Crioulas; emancipação social.

MENDES, Maria Aparecida. **Marias Crioulas: emancipation and alliance between women in facing domestic violence in traditional communities**. Brasília: MESPT-UnB, 2019.

ABSTRACT

Women stand out as protagonists since the founding of Quilombo de Conceição das Crioulas, Pernambuco. Inspired by the struggles of our ancestors, we actively participate in the social organization and the struggle for the right to remain with dignity in our territory. As a result of this story, this dissertation aims to analyze the confrontation with domestic violence by women in traditional community contexts. As specific objectives, we seek: a. identify the leadership potential of women from Quilombo Conceição das Crioulas in various social spheres; B. understand women's participation and their prospects for emancipation; ç. understand how women relate the struggle in defense of the collective and the overcoming of domestic violence that affect them individually; d. understand the historical motivations that lead women to take the protagonism in the social movement of this quilombo and propose educational intervention actions that promote the reflection of men and women around domestic violence in traditional communities. The research is based on different methodologies: semi-structured interviews, conversation circles, and informal conversations with women and men in the Quilombola territory of Conceição das Crioulas and women from other traditional communities. From oral reports analyzed, we argue that the empowerment of women in the community struggle associated with men's reeducation processes (aggressors or not) indicates emancipatory paths for the entire community.

Keywords: quilombola women, domestic violence, strategies to confront violence; Marias Crioulas; social emancipation.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Mapa da localização do território quilombola de Conceição das Crioulas no município de Salgueiro (p. 23)
- Figura 2.** Foto da minha avó Ana Belo, com a bisneta Ana Claudia (p. 24)
- Figura 3.** Mapa do território quilombola de Conceição das Crioulas (p. 27)
- Figura 4.** Foto da 4^a turma do MESPT [2017 – 2019] (p. 44)
- Figura 5.** Vista panorâmica de parte do território de Conceição das Crioulas- PE (p. 85)
- Figura 6.** Valdeci Maria da Silva Oliveira (p. 92)
- Figura 7.** Roseane Maria Mendes (p. 93)
- Figura 8.** Márcia Jucilene do Nascimento (p. 93)
- Figura 9.** Fabiana Venceslau (p. 94)
- Figura 10.** Evania Antonia Oliveira Alencar, Evinha (p. 95)
- Figura 11.** Maria dos Santos Oliveira (p. 95)
- Figura 12.** Roda de conversa no Quilombo de Conceição das Crioulas, 2018 (p. 96)
- Figura 13.** Percurso comentado na comunidade [Território do saber] (p. 99)
- Figura 14.** Encontro de mulheres em Conceição das Crioulas, 2018 (p. 102)
- Figura 15.** Foto de minha mãe com crianças no umbuzeiro, 2018 (p. 136)
- Figura 16.** Bolsas e bonecas de caroá, artesanato de Conceição das Crioulas, 2019 (p. 141)

LISTAS DE SIGLAS

AGENDHA- Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia
ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AQCC – Associação Quilombola de Conceição das Crioulas
CCLF – Centro de Cultura Luiz Freire
CEB's - Comunidades Eclesiais de Base
CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Brasil
CCFF - Casa Comunitária Francisca Ferreira
CPA - Centro de Produção Artesanal
CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
DEM – Partido Democratas
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA - Estados Unidos da América
FACHUSC - Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central
FCP – Fundação Cultural Palmares
FENEART - Feira Nacional de Artes e Negócios
GEF Caatinga - Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF, sigla em inglês para Global Environment Facility Trust Fund)
ICS - Instituto de Ciências Sociais
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MESPT- Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PE – Pernambuco
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PT – Partido dos Trabalhadores
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEPPIR - Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro
UnB- Universidade de Brasília
UNG - Universidade de Guarulhos

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| | |
| CAPÍTULO 1. REFLEXÕES AUTOBIOGRÁFICAS EM UM CAMINHO DE ENCONTROS COM A PESQUISA | |
| 1.1. Início da caminhada: mulheres de tradição oral e seus territórios em minha vida..... | 23 |
| 1.2. Seguindo o caminho: encontros e desencontros com meu pai e meu irmão..... | 29 |
| 1.3. Um caminho tardio mas perene: a educação como sonho e libertação..... | 32 |
| 1.4. Caminhos que são atravessamentos, mas parecem atropelos: casamento pela dor ou pelo amor?..... | 38 |
| 1.5. De mãos dadas em caminhos de luta! O racismo e a militância no movimento quilombola..... | 41 |
| 1.6. Ponto de chegada e novas partidas: caminhos de encontros com a pesquisa..... | 44 |
| | |
| CAPÍTULO 2. HISTORIZAÇÃO E INTERLOCUÇÕES: PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENTRE MULHERES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS | |
| 2.1. Interação e Colaboração: o estabelecimento de alianças entre mulheres e a identificação de interlocutoras no MESPT..... | 49 |
| 2.2. Violências experimentadas enquanto crianças..... | 57 |
| 2.3. Experiências vivenciadas contra elas próprias..... | 59 |
| 2.4. Compartilhando vidas (e narrativas) de outras mulheres..... | 62 |
| 2.5. Identificação de opressões que entrecruzam classe, raça/povo, gênero etc..... | 65 |
| 2.6. Por que permanecer no casamento?..... | 68 |
| 2.7. Estratégias individuais de enfrentamento imediato das violências..... | 71 |
| 2.8. Estratégias familiares de enfrentamento das violências..... | 73 |
| 2.9. Compreensão sobre as leis protetivas às mulheres..... | 75 |
| 2.10. Práticas de combate à violência experimentados em suas comunidades de forma coletiva..... | 78 |
| 2.11. Reconhecimento de estratégias de emancipação vivenciadas por mulheres..... | 80 |
| 2.12. Percepção das formas de alianças que mulheres estabelecem em suas comunidades..... | 82 |
| | |
| Capítulo 3. PROTAGONISMO DAS MARIAS CRIOULAS: PERSPECTIVAS DE EMANCIPAÇÃO EM CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS- PE | |
| 3.1. Lugares de protagonismo histórico de mulheres em Conceição das Crioulas..... | 85 |
| 3.2. Constituindo uma equipe de colaboração para a pesquisa..... | 91 |

| | |
|---|-----|
| 3.3. Experiências e narrativas de Marias Crioulas: relatos orais de mulheres de Conceição das Crioulas sobre violência doméstica..... | 104 |
| 3.4. Como (e quando) a violência chega? Memórias entrecruzadas de Marias Crioulas.. | 105 |
| 3.5. Ainda esperando uma Lei... histórias como experiências herdadas desde quando a dor da outra dói em mim..... | 113 |
| 3.6. "Ainda assim eu me levanto": estratégias individuais e familiares de enfrentamento à violência..... | 121 |
| 3.7. A emancipação aprendida na luta: o coletivo de mulheres crioulas no combate à violência doméstica..... | 126 |

CAPÍTULO 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PROPOSIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CONTEXTOS COMUNITÁRIOS TRADICIONAIS

| | |
|---|-----|
| 4.1. Em busca de processos emancipatórios para todas e todos..... | 136 |
| 4.2. Caminhos para a reeducação dos homens (agressores)..... | 146 |

| | |
|-------------------------|------------|
| REFERÊNCIAS..... | 152 |
|-------------------------|------------|

INTRODUÇÃO

Angela Davis (2016) conta que em 1965, um estudo entregue ao governo estadunidense sobre a família negra resultou em documento que ficou conhecido como *Relatório Moynihan*. Segundo ela, este documento atribuía a causa dos problemas vivenciados pela população negra ao padrão de famílias lideradas por mulheres, afirmando que a solução do problema estaria na presença de autoridade masculina nas famílias negras, fazendo crer, portanto, que a supremacia de homens é elemento regulador da família negra na sociedade. A difusão de tal argumento diz respeito a um momento em que os primeiros direitos civis estavam sendo conquistados por negros nos EUA e em que o governo vislumbrava um refreamento das políticas sociais em curso. Recorre-se deste modo a uma leitura que visa patologizar o modo de vida da população negra, reiterando formas de segregação por meio da associação de elementos que conjugam estereótipos de raça, classe e gênero, como maneira de justificar a permanência de desigualdades sociais. De modo semelhante no Brasil, estes elementos de opressão se entrecruzam. Conforme lembra Costa (2015), isso ocorre de modo que, tanto lá quanto aqui, mesmo entre os oprimidos, historicamente as mulheres negras ficam em uma situação de desvantagem em relação aos homens negros, aos homens brancos e às mulheres brancas.

Várias são as formas de construção de normatividades patriarcais, mas podemos considerar que o "mito da democracia racial", elemento fundante na narrativa da história do Brasil, acaba por construir uma forma correspondente de patologização da condição negra no país, a exemplo de Gilberto Freyre (2003) em sua obra *Casa grande e Senzala*, que atribuía às mulheres a responsabilização pelas próprias violências que sofreram, leitura que no senso comum se confunde com uma ideia positivada de miscigenação, ocultando aquilo que é racismo sob o viés de uma compreensão naturalizada de cultura, que se sustenta recorrendo a estereótipos de gênero e raça. Sob outra perspectiva, os legisladores também contribuem para esta naturalização a partir da elaboração de um ordenamento jurídico que coloca as mulheres em condição de subalternidade jurídica, a exemplo do Código Civil brasileiro de 1916 (Lei nº 3.071/1916), que define o papel dos homens e o das mulheres na instituição familiar, explicitando que o homem cumpre o papel de chefe e a mulher é sua colaboradora, "devendo-lhe obediência e submissão". Tais perspectivas, como reflexo que são do que a sociedade considera como legítimo em cada momento histórico, são disseminadas em diversos meios sociais, entre eles, a escola (para aqueles

que podiam frequentar este espaço). Durante muito tempo, no caso da maioria da população negra, a quem para muitos foi negado o direito de estudar, a igreja católica, através de suas homilias, assumia o papel de inculcar na cabeça dos homens e das mulheres essas concepções, as ordens se espalharam rapidamente entre a população oprimida durante as atividades cotidianas, fazendo com que o homem negro oprimido se tornasse opressor das suas companheiras. A violência praticada por esses homens oprimidos contra as mulheres, que são tão vítimas quanto eles do mesmo sistema opressor, nos leva a crer que os efeitos da colonialidade do poder patriarcal, mesmo nas comunidades de elementos matriarcais- como são as quilombolas, ainda operam com muita intensidade na atualidade.

Narrativas de autoras negras brasileiras, como Lélia Gonzalez (2011), Sueli Carneiro (2018), Jurema Wernek (2010), a ativista Benedita da Silva e tantas outras, apresentam as formas pelas quais a herança colonial continua operando até os dias atuais. A associação desses dois elementos de opressão, o racismo e o patriarcado, provocou graves consequências para a população negra em geral, mas principalmente para as mulheres e crianças negras. Retomando o pensamento de Frantz Fanon (2005), compreendemos que a imposição de “superioridade” por parte dos dominadores compostos por homens e mulheres brancas/os, suas atitudes racistas e patriarcais/machistas são disseminadas por todos os meios, principalmente pelas escolas. A frase pronunciada por Benedita da Silva recentemente expressa bem o sentimento das mulheres negras em relação à construção do Brasil:

Nós parimos este país, nós mulheres negras fomos estupradas para parir o Brasil, depois fomos abandonadas, jogadas de lado, e agora querem cobrar de nós meritocracia, depois que não nos deram nenhuma oportunidade, então onde nós chegamos foi porque lutamos, principalmente a mulher negra. (Benedita da Silva, 01 de junho de 2019)

O discurso acima afirma que o que hoje chamamos de Brasil teve como alicerce o estupro, que violentou os corpos dos povos indígenas e em seguida os corpos dos povos africanos que sofreram as consequências da colonização em seus territórios. Ela corrobora as afirmações de Joaze Bernardino (2015) quando este analisa na atualidade a luta das mulheres trabalhadoras domésticas através dos seus sindicatos e compreende que o fim da colonização na perspectiva política não se consolida na prática, pois a colonialidade

permanece operante até os dias atuais, impactando negativamente os corpos e as mentes colonizadas, deixando graves consequências para toda a sociedade, de modo que se faz necessário intensificar a luta para combater tais permanências. Esta luta contra as permanências da colonização não terão resultados satisfatórios se não forem considerados conjuntamente os efeitos do racismo, as relações de gênero e os desdobramentos de classe dados pelo capitalismo. Partindo desse princípio, Lélia Gonzalez (2011), em texto escrito em 1988, reconhece o papel relevante do movimento feminista na luta contra a violência praticada contra as mulheres, principalmente no que se refere à ocupação dos espaços políticos e de cargos de chefias. Essa afirmação é reforçada por Sueli Carneiro (2003), mas, ao mesmo tempo, ambas fazem críticas contundentes a esse movimento, argumentando que, mesmo tendo mulheres negras como integrantes, o movimento feminista que se tornou hegemônico não apresentava ações de enfrentamento ao racismo associadas ao combate ao machismo. Ao não fazer esse recorte, se ignora as especificidades do segmento de mulheres negras e, dessa forma, mesmo estando presentes, elas e suas demandas são invisibilizadas.

Dito de outro modo, o movimento feminista clássico não leva em consideração as especificidades de mulheres negras, e, mesmo quando bem intencionadas, há uma injustiça epistêmica que perdura, impossibilitando um diálogo equitativo. Nesse sentido, há de se considerar também que a mesma crítica que mulheres negras fazem ao feminismo clássico, começa a ser formulada por mulheres negras quilombolas em relação aos movimentos de mulheres negras que vivem em contextos urbanos, já que ainda perdura nessa relação uma visão que guarda elementos de tipo tutelar, como se mulheres oriundas de contextos urbanos pudessem (ou precisassem) falar em nome daquelas de contextos rurais, ignorando vivências que são específicas de mulheres quilombolas. Epistemologicamente, isso dificulta o reconhecimento da pluralidade que nos constitui como mulheres negras, não permitindo compreender que produzimos conhecimentos igualmente válidos, mas singulares porque oriundos da vivência em contextos comunitários de ancestralidade negra.

Há ainda muito a se discutir acerca da pluralidade que constitui nossos coletivos de mulheres, e avançar nessa reflexão é imprescindível em especial quando nos propomos a debater questões relacionadas à violência contra mulheres. Compreensões que parecem inequívocas para mulheres em outros contextos se confundem e perdem eficácia quando tratadas em contextos comunitários tradicionais. A minha experiência e a narrativa de outras mulheres com as quais dialoguei demonstram que para nós não há a possibilidade de

apenas expurgar o homem – mesmo reconhecendo-o como o agressor – visto que eles são parte destas nossas comunidades, já amplamente fragilizadas em suas existências político-sociais. As ações punitivas são necessárias, entretanto, ainda mais importante nos parece ser o desenvolvimento de processos educacionais que envolvam os homens, já que estes são determinantes para a mudança de comportamentos e para o fortalecimento das lutas comunitárias.

Desde sempre coube à população negra em diáspora criar formas de resistência para enfrentar a toda sorte de opressão que nos afligiu. Clóvis Moura (1988), em "Rebeliões da Senzala", trouxe reflexões importantes sobre o desmantelo causado pela população negra ao sistema escravista. Fugas em massa para formar os quilombos, ataques às fazendas, articulação entre os negros aquilombados e os ainda escravizados se tornaram tão fortes que, mesmo não havendo da parte da população negra a consciência de estarem promovendo uma luta de classes, fomos nós negros/as os/as principais responsáveis pela transformação da sociedade escravista em uma sociedade de trabalhadores livres.

A escravização iniciada contra os povos indígenas no Brasil foi continuada com a população negra, africanos desterritorializados compulsoriamente das suas terras, transformados em mão de obra na extração de recursos naturais e em atividades agropecuárias, utilizados para construir a riqueza do Brasil e dos países da Europa. O racismo contra a população negra se intersecciona com outras formas de opressão e tem início ainda no continente africano, a partir da invasão e colonização promovida pelos europeus com o objetivo de extrair as riquezas ali existentes. Digo isso para lembrar que os nossos passos vêm de muito longe, como nos lembra Jurema Werneck (2010). Segundo Frantz Fanon (2005), as estratégias do dominador operam com a violência física - por meio de torturas severas- , mas também pela imposição do medo e da violência simbólica, para que os(as) dominados(as) acreditem que realmente tudo que viveram e construíram até então representa o atraso ou algo ruim, só assim se constrói a ideia de que precisam valorizar o novo, reconhecendo o forasteiro como superior. Ainda segundo Fanon, o colono não vai pessoalmente ao colonizado, ele conta com os serviços de soldados – igualmente colonizados - como seus intermediários, sendo estes responsáveis por fazer chegar a violência aos colonizados das formas mais cruéis (FANON, 2005).

Além disso, as autoras norte-americanas Angela Davis (2016) e Patrícia Hill Collins (1990) dão conta de que as mulheres negras nas Américas, além de estarem expostas a torturas através dos trabalhos pesados, açoites e outros tipos de violência, eram

escravizadas sexualmente pelos colonizadores. Davis ressalta que o capitalismo industrial intensificou o processo em que as mulheres brancas eram tratadas como "sexo frágil", responsáveis pelo cuidado da casa e filhos, compreensões que passaram a ser cada vez mais questionadas pelas mulheres negras e que se tornou pauta do movimento feminista hegemônico. Entretanto, tal fragilidade nunca foi atribuída à mulher negra, porque esta era tratada, junto com os homens negros, como animais ou como máquinas nas produções fabris.

Um processo histórico de tratamento desigual como esse constrói permanências estruturais que reverberam em formas de violência que percebemos até os dias de hoje. Conforme apontam dados levantados no período entre 2007 e 2017 pelo Atlas da Violência (2019) e pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e Terra de Direito (2018), apesar da luta contínua da população negra contra as injustiças, ainda são alarmantes os índices de violência, sendo as lideranças mulheres de comunidades tradicionais as vítimas potenciais. Neste sentido, é cada vez mais urgente a necessidade de ações que possam coibir estas marcas características do colonialismo no Brasil. Ampliar os espaços de fala e interlocução, além de chamar os homens ao debate em diferentes espaços sobre este tema, nos parecem caminhos importantes.

Esta dissertação busca apresentar como as mulheres quilombolas de Conceição das Crioulas, Pernambuco, foram "inventando" formas de enfrentar a violência doméstica a partir da participação na luta comunitária. Ser experimentada nessas "invenções" foi o que me permitiu também cursar com êxito o mestrado e chegar até o momento de encerramento deste ciclo. Diante da conjuntura política que vivemos desde 2017, a quarta turma do MESPT não teve à sua disposição recursos governamentais, nem bolsa de estudos para custear as despesas de transporte, alimentação e hospedagem. Para superar esses desafios financeiros, nós alunos e alunas, professoras, professores e coordenação do curso, criamos diversas alternativas. Entre elas, o Balaio do MESPT, iniciativa das turmas anteriores, que demos continuidade por meio da realização de atividades festivas nas quais nos organizamos em equipe para mobilizar alimentos e bebidas para serem vendidas às pessoas convidadas previamente, apoiadores de nossas causas que acreditam no MESPT. Realizamos eventos durante dois módulos. Além das comidas, cada um de nós levou algum tipo de produto artesanal de suas comunidades. Com esses produtos realizamos um leilão em que os convidados foram arrematadores. Assim, em todos os módulos, criamos alternativas e conseguimos arrecadar recursos para contribuir com as despesas daqueles

que não dispunham de condições para chegar até Brasília. Assim, estivemos juntos durante estes dois anos e constituímos aqui uma comunidade de afetos e apoio mútuo, nos encorajando uns aos outros.

Além das estratégias coletivas, cada aluno buscava suas próprias alternativas de mobilização de recursos. Eu, por exemplo, contei com o apoio de toda a minha família, que fez vaquinha para cobrir minhas despesas nos primeiros módulos, me tornei vendedora ambulante de doces, salgados, gelinho, água, panos de pratos e toalhas de banho. As mulheres artesãs de Conceição das Crioulas foram grandes apoiadoras quando colocaram sob a minha responsabilidade a comercialização de produtos artesanais e me passaram uma comissão por cada peça vendida. Além disso, contei também com a hospedagem solidária de minha prima Givania, que faz doutorado também na UnB. Em dezembro de 2017, por ocasião do quarto módulo do curso, fui informada que o Projeto Bem Diverso, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA, estava selecionando projetos de pesquisa voltados para a agrobiodiversidade nas regiões amazônica e no nordeste. Imediatamente elaborei e encaminhei o projeto intitulado *Acordos coletivos e atuação de mulheres no manejo do umbu*, com o objetivo de refletir sobre o protagonismo das mulheres quilombolas de Conceição das Crioulas nas práticas extrativistas do umbu e os cuidados que elas investem para a manutenção destas árvores nativas. Felizmente, o projeto foi aprovado e, a partir de janeiro de 2018, parte das minhas despesas passou a ser custeada pelas diárias e passagens referentes à entrega dos relatórios, produtos que assumi o compromisso de entregar a cada módulo como resultado de minha pesquisa no Projeto Bem Diverso. Se por um lado as minhas demandas aumentaram, foi graças a este apoio que pude seguir adiante com meus estudos e cumprir o tempo na comunidade a partir de fevereiro de 2018, período em que intensifiquei os trabalhos de pesquisa de campo tanto para o projeto financiado pelo Bem Diverso como para o desenvolvimento do projeto de pesquisa do mestrado.

Desde o princípio, a minha agenda para anotações sempre esteve na minha mochila, entretanto, descobri que o computador e o celular seriam ferramentas de grande utilidade durante toda a pesquisa. Além das anotações feitas à mão, gravei muitos áudios no celular, que foram salvos no cartão de memória e depois levados ao computador para posterior transcrição. Tais práticas, somadas às contribuições da minha orientadora, direcionaram como deveríamos fazer a pesquisa de campo e experimentar a construção de relatos orais. Confesso que eu me considerava muito limitada quanto ao uso de tecnologias

e levava muito tempo para fazer a transcrição digitando, por isso, em alguns momentos me batia um desespero de pensar que eu não ia conseguir. Lembrei então que meu cunhado havia me falado sobre um aplicativo do celular em que ele próprio digita a nossa fala. Concluí que poderia ser um bom instrumento para agilizar as minhas transcrições. Como a qualidade dos áudios originais captados não favorecia a transcrição direta das falas, passei a repetir as falas dos áudios pausadamente usando esses meios (inicialmente, uma ferramenta de acessibilidade do próprio whatsapp e depois um programa específico de transcrição) para fazer a digitação. Esse procedimento me ajudou bastante, visto que a transcrição, que eu demorava até uma semana para concluir, passei a fazer em um dia, de modo que pude retomar ao diálogo com outras mulheres e transcrever todas as entrevistas realizadas em tempo hábil para a análise. Por razões éticas que envolvem o resguardo e a segurança das mulheres crioulas, seguindo as orientações da banca desde a qualificação, optamos por não disponibilizar as entrevistas em sua integralidade nos anexos desta dissertação. Futuramente, discutiremos com a comunidade sobre o desejo e as possibilidades de publicizar esses relatos.

Destaco esses caminhos encontrados para dizer que sigo nutrida pelos ensinamentos - orais e escritos - de muitas e muitas horas de entrevistas convertidas em relatos orais, totalizando em torno de 150 páginas transcritas de entrevistas individuais com 14 mulheres (08 de minha comunidade e 06 de outras comunidades tradicionais). Além disso, restam para transcrição aproximadamente seis horas de Rodas de Conversa, realizadas em Conceição das Crioulas e que nos ajudaram na contextualização do tema. Portanto, diante da expectativa de trabalhos coletivos futuros e, apenas um fragmento dessas reflexões será apresentado nos capítulos que se seguem.

No **primeiro capítulo**, intitulado *Reflexões autobiográficas em um caminho de encontros com a pesquisa*, trago as alternativas de superação das violências que vivenciei em minha própria trajetória e as conquistas alcançadas a partir da interação com outras mulheres e organizações comprometidas com a dignidade humana, sugerindo como essas experiências me conduziram a este tema de pesquisa.

No **segundo capítulo**, *Historicização e interlocuções: processos de violência doméstica contra mulheres de comunidades tradicionais*, estabeleço diálogo com mulheres de outras comunidades (indígenas e quilombolas), a partir de entrevistas semi-estruturadas realizadas no próprio MESPT, subsidiando a análise destes relatos por uma interlocução

não submissa com a literatura que trata o tema que entrecruza mulheres, violência doméstica e comunidades tradicionais.

No **terceiro capítulo**, sob o título *Protagonismo das Marias Crioulas: perspectivas de emancipação em Conceição das Crioulas- PE*, trago um histórico desta comunidade quilombola a partir de diálogo com a bibliografia e relatos de moradores, além da análise de narrativas orais de mulheres de Conceição das Crioulas, com ênfase nos discursos construídos sobre a violência doméstica, buscando contrapor a eles tanto os processos tradicionais de combate a violência quanto as políticas de Estado atualmente disponíveis.

No **quarto e último capítulo**, denominado *Proposições para o enfrentamento à violência doméstica em contextos comunitários tradicionais*, argumento que os caminhos para fortalecimento das mulheres estão nos movimentos sociais, nos estudos e nas alternativas coletivas de geração de renda. Além disso, a reeducação dos homens agressores e a adoção de medidas educacionais de prevenção à violência contra mulheres no futuro são perspectivas que vislumbramos a partir das interlocuções estabelecidas.

CAPÍTULO 1. REFLEXÕES AUTOBIOGRÁFICAS EM UM CAMINHO DE ENCONTROS COM A PESQUISA

1.1. Início da caminhada... mulheres de tradição oral e seus territórios em minha vida

Meu nome é Maria Aparecida Mendes, nasci em fevereiro de 1971, em uma comunidade chamada Sítio Areia, um dos pequenos aglomerados do Território Quilombola de Conceição das Crioulas, II Distrito da cidade de Salgueiro-PE, Sertão Pernambucano.

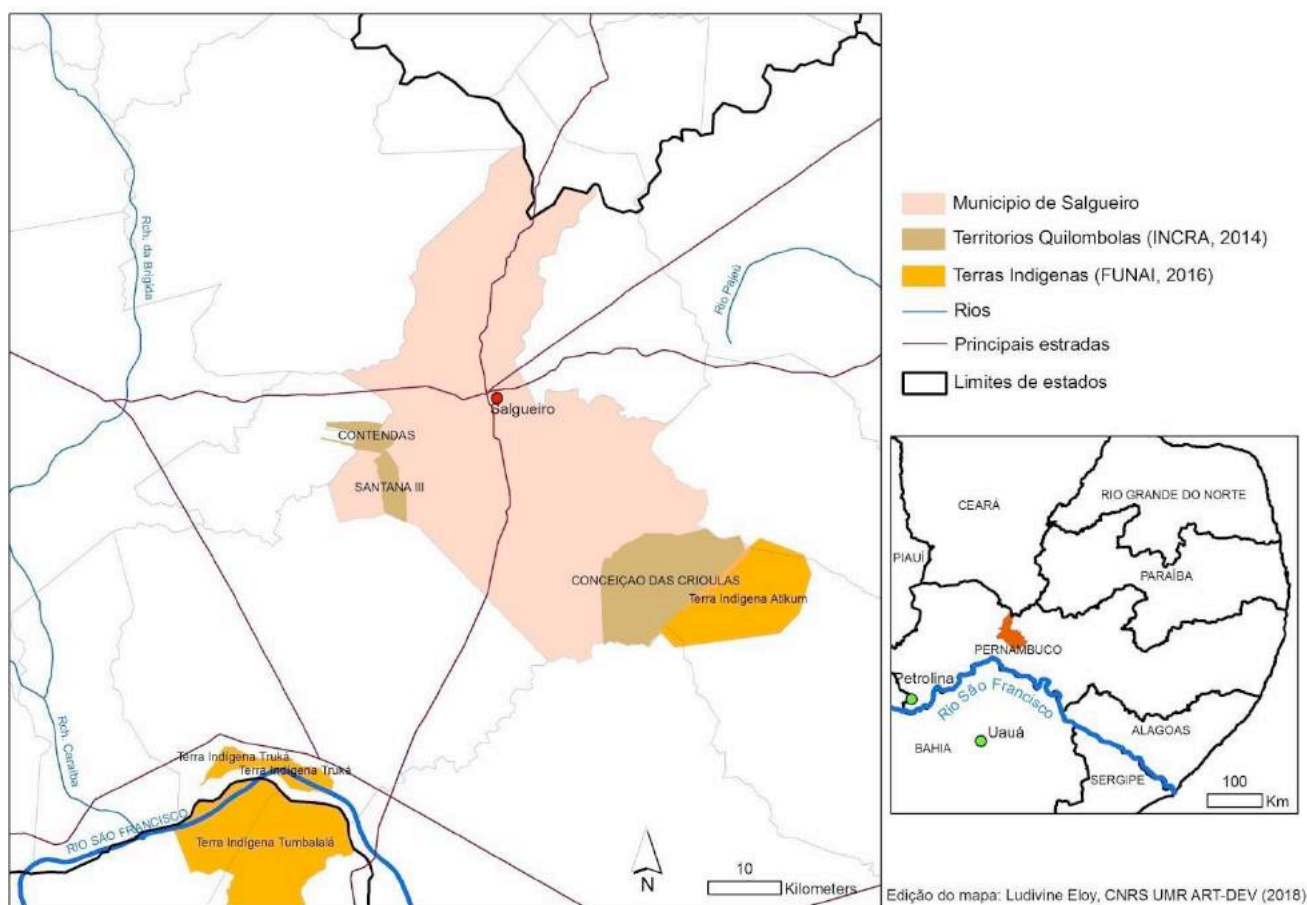


Figura 1: Mapa da localização do território quilombola de Conceição das Crioulas no município de Salgueiro.

Sou filha de Maria da Natividade Mendes e João Francisco Mendes, mãe de Ana Claudia Mendes da Silva, avó de Anandha Mendes da Silva Mendonça, e hoje casada com José Aparecida da Silva. Sou a segunda de nove irmãos, cinco homens e quatro mulheres, com quem dividi a minha infância, brincando e ao mesmo tempo cuidando, já que eu era a mais velha entre as mulheres. Quando a minha mãe não estava trabalhando como diarista nos roçados de outras pessoas, ela estava coletando umbu (planta nativa do sertão nordestino) para vender e garantir o complemento do sustento familiar, por isso tinha

pouco tempo para conviver com a gente. Com este relato, pretendo trazer a público um pouco da minha história, desde a infância até os dias atuais. Espero contribuir para a reflexão, encorajamento e tomada de decisões, especialmente para as mulheres que buscam caminhos para superar os problemas considerados como "pessoais", tidos pela sociedade como restritos ao âmbito privado.



Figura 2: Foto da minha avó Ana Belo, com a bisneta Ana Claudia

A minha avó materna foi a pessoa adulta com quem eu e meus irmãos mais convivemos durante a infância, o que justifica o imenso carinho que temos por ela. Foram momentos muito importantes para o nosso crescimento pessoal. Durante as atividades cotidianas estávamos sempre em volta dela e ela aproveitava para nos contar as histórias que ouvira dos mais velhos. Posso dizer que tive a honra de receber os conhecimentos sobre a história de formação do meu quilombo e da luta dos meus ancestrais direto das fontes vivas, guardiãs e transmissoras dos saberes através da oralidade. A isto, em relação à história africana, Amadou Hampaté Bâ (2010) denomina de “tradição viva” e afirma que a história escrita não pode ser considerada mais válida que o saber de quem vivenciou, como aponta o trecho a seguir.

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África. (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 167)

Em 18 de novembro de 2018, durante a abertura do Congresso Ser Negra em Brasília, tive a oportunidade de assistir ao filme intitulado “Diálogo con mi abuela”. É um documentário no qual a cineasta cubana Gloria Rolando apresenta momentos de diálogos com a sua avó. Não consegui conter as lágrimas, porque ele me trouxe fortes lembranças da minha vovó. Como a personagem do filme, eu, meus irmãos, irmãs, minhas primas e primos tivemos oportunidade semelhante. A minha avó nunca foi à escola, mas através do diálogo paciente e persistente, conseguia a atenção absoluta da criançada. Quando contava as histórias todos silenciavam para escutar, só se abria a boca para fazer perguntas sobre o assunto. Desde muito pequenos até a idade de frequentar a escola, era essa a principal educação que recebíamos. Aprendemos muito sobre o nosso passado, sobre o nosso território, como o nosso povo era oprimido, mas também quais eram as estratégias de resistências adotadas, como viver em harmonia com a natureza, como nos comportar eticamente com as outras pessoas e tantos outros aprendizados. Então o filme nos traz um importante alerta sobre a importância que devemos dar para os nossos mais velhos, principalmente aqueles que estão mais perto de nós, pois além de representarem verdadeiras fontes vivas de conhecimentos através das suas ações são responsáveis pela nossa existência.

Apesar da educação formal ao longo do tempo se configurar como um instrumento desqualificador dos nossos saberes ancestrais transmitidos por meio da oralidade, para nós quilombolas, os conhecimentos que recebemos das(os) nossas(os) *mais velhos/mais velhas* são determinantes, porque nos permitem conhecer e valorizar as nossas origens e nos preparam para resistir às inúmeras opressões impostas pela sociedade extremamente machista e preconceituosa em que vivemos. Amadou Hampaté Bâ (2010), faz uma importante reflexão em contraponto à academia que se coloca como a única e legítima produtora de conhecimentos. Se os conhecimentos acadêmicos são produzidos a partir de pesquisas que tomam como base os saberes forjados em nossas próprias comunidades, por que somente o conhecimento acadêmico é válido? Como fundamento e resposta ao seu

questionamento ele traz o pensamento do também malinês Tierno Bokar, que nasceu e viveu no Mali entre o final do século XIX e XX, por meio da seguinte citação:

A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente. (Tierno Bokar apud HAMPATË-BÁ, 2010, p. 5)

Convivi com a minha avó até ela completar noventa e um anos. Desde a minha infância, a cada momento em que parava para ouvi-la, aprendia um dado novo sobre a nossa história. O pensamento do autor Tierno Bokar contribuiu para a minha compreensão de que o conhecimento acadêmico não pode ser considerado superior aos conhecimentos e sabedorias existentes nas comunidades tradicionais. No fim das contas, por maiores que sejam os acervos, os conhecimentos acadêmicos são limitados, enquanto que os saberes das comunidades tradicionais, ancestralmente adquiridos, dificilmente serão contabilizados na sua totalidade, visto que não são controlados pelo Estado, fator que é importante forma de resistência para a manutenção da nossa cultura.

A infância de minha geração foi pouco influenciada pelas propagandas televisivas ou outros meios tecnológicos, portanto, para nós, os brinquedos industrializados não tinham a menor relevância. Brincávamos de confeccionar nossos próprios brinquedos e para tanto, lançávamos mão do que a natureza nos oferecia. A nossa forma de brincar geralmente estava relacionada aos afazeres cotidianos da nossa comunidade e a convivência harmônica com os elementos naturais do nosso território era aprendizado permanente. Todo o cotidiano na comunidade era assim, território educativo. A cerâmica era usada para fazer nossos utensílios, os frutos de umbu verde serviam para fazer comidinhas, a areia simbolizava o milho moído para fazer cuscuz, as flores de mandacaru e o sabugo de milho viravam bonecas, as flechas de macambira eram os cavalos de pau, as vagens secas de pereiro eram transformadas em galinha guiné, com as folhas das plantas nativas brincávamos de benzer umas às outras ou as utilizávamos para fazer chazinhos, já com gravetos fazíamos as roças, e assim por diante. Mesmo que inconscientemente, enquanto brincávamos estávamos fortalecendo a nossa identidade étnica e cultural quilombola, característica observada por Carvalho & Silva (2018) em relação às brincadeiras de crianças de outras comunidades tradicionais.

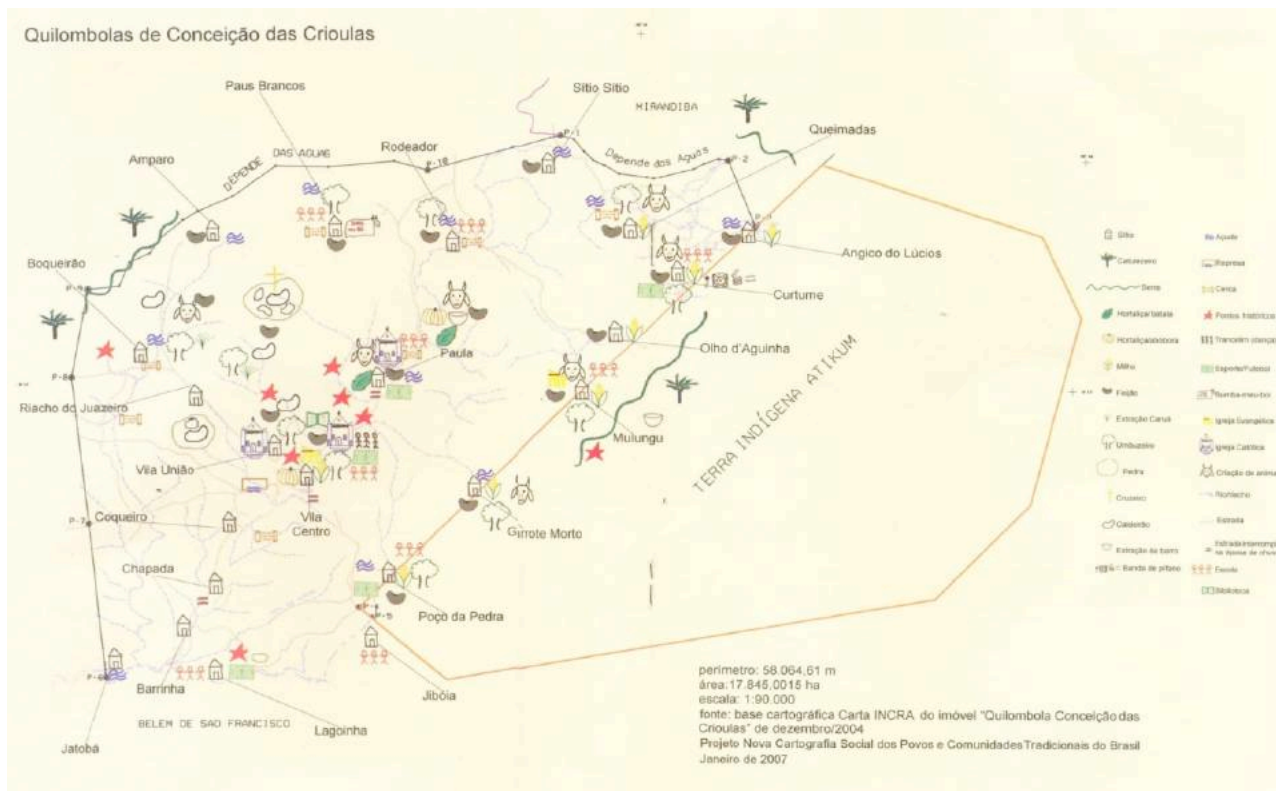


Figura 3: Mapa do território quilombola de Conceição das Crioulas. Fonte: <http://novacartografiasocial.com> [Acessado em 29/05/2019]

Assim como os demais moradores do quilombo, os meus avós paternos e maternos eram agricultores familiares, profissão seguida pelos filhos e filhas. Como a produção agrícola não era suficiente para suprir todas as necessidades, muitas famílias - incluindo a minha - se submetiam ao exercício da atividade agrícola como diaristas dos fazendeiros da região em terras que antes pertenciam aos nossos ancestrais, conforme narra Silva (2016). Geralmente o pagamento pelos serviços eram feitos com produtos alimentícios, numa prática que juridicamente se caracterizaria hoje como trabalho análogo à escravidão: a condição para receber os produtos era trabalhar durante a semana e no sábado receber milho e feijão para alimentação, sendo isso o que restava das inúmeras “despesas” descontadas pelos patrões. Esse ciclo se repetia a cada semana, assim se passavam anos e a dívida nunca tinha fim. Enquanto os homens trabalhavam fora com alguns dos filhos, praticamente todas as tarefas de casa, as do pequeno roçado e as do extrativismo ficavam a cargo das mulheres e, no nosso caso, sob a responsabilidade da minha mãe, minha e do meu irmão mais velho, sempre apoiados pela minha avó materna.

As minhas memórias afetivas perpassam os cenários das casas de Conceição das Crioulas. Para se construir as casas em comunidades rurais, geralmente se começa fazendo

a retirada de algumas árvores, de modo que, mesmo depois de construída, no entorno, ficam apenas algumas árvores de maior porte como umbuzeiro, pereiros, catingueiras, “faveleiras”, e nenhuma planta rasteira. O entorno da casa recebe o nome de “terreiro”, medindo cerca de vinte metros entre a casa e o início da mata/caatinga. O fim do terreiro e início da mata é denominado “munturo”, lugar onde é jogado o lixo retirado do terreiro, as cascas e sementes de frutos, além de restos de comidas. É este o local de despedaçar lenha para o cozimento dos alimentos. Descobri depois que tais práticas fazem com que o solo se torne extremamente rico e nele germinem variedades de plantas, a exemplo de pinheiras, umbuzeiros e plantas rasteiras como cabaça, pepino, maxixe, bucha, melãozinho etc.

A minha mãe era criadora de galinhas, porcos e cabras. Lembro que lá em casa, no final do terreiro, atrás da cozinha e embaixo das árvores, se encontravam pequenos quintais, cada um com funções e denominações específicas, por exemplo: o local de colocar as cabras ou os porcos era chamado de chiqueiro, o quintal das galinhas se chama de “puleiro”. Tinha o quintal das plantas medicinais e daquelas árvores frutíferas não nativas. Esse é um sistema de produção diversificada em pequena escala que nada tem a ver com as monoculturas defendidas pelos grandes latifundiários. Argumento que esses espaços, somados a outras atividades agrícolas e ao extrativismo de frutos nativos da região, são fundamentais para a emancipação das mulheres em contextos comunitários. Desse forma, a minha mãe, ao mesmo tempo que produzia, trocava conosco saberes que certamente muitos estudiosos de instituições formais de produção de conhecimento não os reconhecem como tais. Assim, muitos pesquisadores omitem “*a capacidade de inovação local, que não é necessariamente tecnológica, mas que pode ser territorial, econômica e organizacional e que explica em grande parte a resiliência dos sistemas locais de gestão da biodiversidade*” (PEREIRA, 2012: p. 8).

O olhar para a escrita deste trabalho esteve sempre atento às capacidades de inovação local, em especial, daquelas que aprendi observando as mulheres de minha comunidade. Dificilmente havia excedente da produção agrícola, mas cresci acompanhando a minha mãe nas práticas extrativistas, tanto para a alimentação quanto para comercialização, e, entre os produtos extraídos, o umbu tinha maior destaque devido à abundância na região. No período de safra, a minha mãe ia, todos os finais de semana, vender umbu na cidade de Salgueiro (sede do município), e quando a venda era boa, ela usava uma parte do saldo para comprar alguns gêneros alimentícios para a casa e a outra parte ela comprava produtos que não existiam no quilombo (pão, doces, bananas, laranjas)

para vender às outras pessoas da comunidade. Dessa forma, ela garantia o sustento familiar.

As estratégias de mobilização de recursos adotadas pelas mulheres do quilombo de Conceição das Crioulas, por meio da venda de produtos *in natura* ou artesanais, são uma herança ancestral. Os relatos orais de muitos moradores do território apresentam a informação de que a aquisição do território se deu a partir do pagamento com recursos financeiros oriundos da produção e comercialização de artesanatos com a lã do algodão, além da cerâmica e da fibra do caroá. A minha avó desenvolveu esse tipo de atividade e a minha mãe aprendeu com ela e também a colocou em prática. Esse fenômeno característico das Marias Crioulas é descrito pelas pesquisadoras quilombolas Silva (2016), Rodrigues (2017) e Nascimento (2017), quando sistematizam a história do território, narrada por homens e mulheres de várias gerações na comunidade. Ao fazer a leitura de Soares (1996), no seu artigo intitulado “As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”, logo percebemos que práticas mercantis semelhantes às das mulheres de minha comunidade foram muito presentes durante todo o período da escravidão. Muitas mulheres negras atuavam como vendedoras ambulantes dos mais diversos artigos: peixes, quitutes, frutas, comidas, artesanato, tecidos etc. Entretanto, a maior parte do saldo das vendas era entregue às famílias que as escravizavam. Muitas dessas mulheres não moravam na casa grande e precisavam arcar com suas despesas, utilizando parte do saldo oriundo deste comércio. Com tal recurso, elas pagavam suas despesas e guardavam sempre uma pequena parte até juntar o suficiente para comprar a sua liberdade e se tornarem ganhadeiras livres. (SOARES, 1996)

1.2. Seguindo o caminho... encontros e desencontros com meu pai e meu irmão

Afirmo que faço parte de uma geração de crianças que não recebia carinho da parte do pai, apesar de compreender que esse não pode ser um fenômeno datado já que perdura ainda hoje em muito contextos, mas em minha comunidade há um fenômeno que podemos considerar de algum modo geracional, porque tal comportamento era bastante naturalizado e não havia problematização dessas práticas. O meu pai era muito rigoroso e fiel em relação aos limites estabelecidos pela sociedade patriarcal, racista e preconceituosa. Já, para mim e meu irmão, os açoites do chinelo, de cipó ou do chicote eram inaceitáveis, muito embora não nos fosse concedido o direito de manifestar nossa indignação. Só muito

tempo depois, a partir da interação com as outras mulheres do território e outros segmentos político-sociais, entendi que o comportamento do meu pai está relacionado à cultura do patriarcado que impõe aos homens o dever de impor limite às mulheres e às crianças que, por sua vez, são educadas para se tornarem submissas ao homem. Guerra (2011) assegura que na violência interpessoal contra crianças e adolescentes existe sempre um componente de violência estrutural que envolve o contexto familiar, a vivência comunitária e a sociedade em geral. Portanto, comunidades tradicionais também convivem com as imposições do sistema patriarcal, que chegam junto com o pensamento ocidental hegemônico.

Apesar de trazer a influência de sua época e o olhar de quem não era escravo, o escritor oitocentista Joaquim Manoel de Macedo, em 1869 descrevia em suas crônicas como a escravidão embrutecia suas vítimas transformando-as em algozes como os seus opressores. Na sua visão, o fim do conflito entre escravo e fazendeiros só seria possível com o fim da escravidão e não com mais opressão. Assim como muitos outros homens do território, o meu pai se sentia no dever de se enquadrar às normas do sistema machista, que determina que o homem tem que ser o provedor que sustenta a família, frequenta as farras, mesas de jogos e, principalmente, impõe o seu autoritarismo sobre a família. Como ele não conseguia ser o sustentáculo financeiro diante das condições de opressão em que vivia, ele descontava em nós toda a revolta e o orgulho ferido por não cumprir o papel de homem provedor da família. Assim, os efeitos do machismo, assim como o são na sociedade como um todo, perduram e são também devastadores na vida das mulheres e principalmente das crianças que vivem em contextos comunitários.

Nesses contextos, historicamente, ao estabelecer alianças entre si, as mulheres trocam experiências e se fortalecem para enfraquecer os efeitos do comportamento dos maridos agressores. Assim, considero que tive a sorte de aprender sobre resiliência ao me espelhar em pessoas que se autoatualizam permanentemente, como explicita bell hooks, autora que tive a sorte de trazer para a minha vida no mestrado, sob indicação de minha orientadora. No caso das crianças é mais difícil, mas elas também não aceitam passivamente e na primeira oportunidade se rebelam, como descreve bell hooks (1994), no capítulo “A teoria como prática libertadora”, ao lembrar que a busca da teoria é uma forma de compreender e se libertar da infância sofrida, atuando como processo de cura. De outro modo, também como o fizeram Benedita da Silva e tantas outras mulheres que inspiram formas de resistência ao erguerem suas vozes e não aceitarem o que parece posto.

Infelizmente o mesmo não aconteceu com meu irmão. Para ele, as consequências foram muito mais danosas. Aos doze anos, ele saiu de casa sem saber que rumo daria para a sua vida, indo para longe da família. Nessa trajetória precoce, ele encontrou pessoas que o acolheram muito bem e se tornou um profissional de qualidade, bastante requisitado na construção civil. Mas também foi influenciado por outras pessoas que não contribuíram para o seu crescimento e que lhe estimularam a seguir por um caminho prejudicial e sem volta.

Guerra (2011) ilustra as consequências que os maus tratos na infância podem causar na vida dos jovens quando alcançam a vida adulta. Infelizmente, no caso do meu irmão, as influências negativas foram mais intensas que as positivas. Ele se tornou um alcoolista e jogador compulsivo. Tudo que conseguia trabalhando, durante os cinco ou seis dias da semana, perdia nos finais de semana passados na cidade grande. A situação se agravou a tal ponto que, aos 45 anos de idade, ele faleceu em consequência do uso excessivo de bebida alcoólica. Esses episódios são extremamente preocupantes porque, apesar dos avanços nas conquistas de políticas públicas para o território, várias pessoas ainda morrem em decorrência do uso de bebida alcoólica. No Brasil, a maior parte dos casos não são oficialmente notificados, mas, de acordo com as informações do II Levantamento Domiciliar sobre o uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil (2005), que analisou as 108 maiores cidades do país, deveria ser motivo de preocupação para as políticas públicas do Estado brasileiro.

Desde muito nova, eu participava dos mutirões nos roçados e lembro que muitas vezes ouvia os mais velhos falarem repetidas vezes: “*A filha ou filho do seu fulano está fazendo o ginásio e vai trabalhar na sombra!*” Para mim ficava a impressão de que fazer o ginásio era algo muito bom, mas logo eu voltava para a minha realidade e entendia que, para mim, o “tal ginásio” era apenas sonho distante. No entanto, aquelas falas não saíam da minha cabeça e eu me via pensando como seria bom se eu também fizesse esse negócio para *trabalhar na sombra*, como as professoras que lecionavam nas escolas da comunidade ou em secretarias atendendo ao público. Quando fui convidada a trabalhar no posto telefônico de Conceição das Crioulas, eu tinha a quarta série do ensino fundamental, mas aquela oportunidade já parecia a realização de um sonho, porque finalmente eu estava *trabalhando na sombra*, graças aos meus estudos. Para além de um sonho, assim como para bell hooks (1994), percebo que o que me mobilizou foi converter o sonho em uma teorização na busca da cura, sendo o “trabalhar na sombra” um caminho vislumbrado para

me livrar dos maus-tratos domésticos.

1.3. Um caminho tardio, mas perene... a educação como sonho e libertação

Silva (2016) aponta que as mulheres de Conceição das Crioulas sempre buscaram estratégias para solucionar os problemas que viviam, mesmo sob condições muito adversas. Essa é uma característica também da minha mãe, que não mediu esforços para nos levar à escola. Observando o nosso desejo de estudar, se articulou com quatro primas dela, para pagarem um pequeno valor para uma delas ensinar a leitura para mim, meu irmão, meus primos e primas. Assim, tivemos a nossa primeira professora, chamada Maria Auxiliadora. Graças a transgressão dessas mulheres, eu e meu irmão já chegamos à escola alfabetizados, eu com oito e meu irmão com dez anos.

A escola mais próxima de onde morávamos era a Escola Municipal José Nêu de Carvalho, onde concluí a quarta série do ensino fundamental. Apesar da precariedade do ensino e da estrutura escolar, foi um período importante de integração social com as outras crianças do território quilombola. Durante o recreio (intervalo escolar), brincávamos muito no pátio da escola, me lembro que as principais brincadeiras denominavam-se “catuca para todos” e “bandeirinha guerreou”, e se caracterizavam como disputa entre dois grupos que se posicionavam de lados opostos, separados por um risco no chão que representava uma linha divisória. Assim, concluí a 4ª série do ensino fundamental em 1983, quando estava com 12 anos de idade. Para a maioria da população da minha comunidade, esse era o grau máximo de educação formal que se tinha acesso, informação corroborada também por Silva (2016). Não havia oferta de outras etapas e modalidades na comunidade, e a falta de condições financeiras não permitia que as famílias custeassem moradia, alimentação e transporte para que os filhos fossem estudar na cidade. Além do mais, migrar para a cidade significava ter que encarar sozinhos desde muito cedo a carga pesada do preconceito racial, se distanciar da identidade comunitária e dos costumes repassados pelos antepassados.

Percebi anos depois que não se tratava de um problema pontual, mas de uma intencionalidade estrutural que nos mantinha em uma condição de sub-cidadania, já que a mesma sociedade que diz que “para ser alguém na vida” tem que ser detentor dos conhecimentos educacionais formais, cria um conjunto de dificuldades que inviabilizam o acesso a esse direito. A sede do município, Salgueiro, é a cidade mais próxima, há aproximadamente 50 km e com a maior parte da estrada ainda hoje de chão batido. Diante

disso, os donos dos transportes cobram altos valores para ir e voltar da cidade, alegando os constantes problemas originários da falta de manutenção no trajeto. Por essa razão, a conquista de cada escola e a abrangência de outros níveis de ensino ganha um significado especial para nós de Conceição das Crioulas, conquistas que devem ser lembradas para que as próximas gerações não se esqueçam do tempo em que "trabalhar na sombra" e de forma digna consistia apenas em sonho inalcançável. Valorizamos quase todas as formas de trabalho, mas queremos que nossos jovens possam sonhar e escolher como querem construir seus futuros, livres de uma possibilidade única determinada por quem tem interesse em nos explorar.

Na infância e até a adolescência, praticamente não tive histórias de referência em relação ao prosseguimento do ensino formal. Descobri com encantamento que um dos melhores feitos da pesquisa científica é trazer, como parte das obras, a biografia dos autores. Depois da quarta série do ensino fundamental, eu não vislumbrava perspectivas para continuar estudando mas, com treze anos de idade, encontrei na comunidade uma pequena revista que tinha a história de Benedita da Silva, mulher negra, nascida em 1942, no Rio de Janeiro-RJ e cuja história de vida me encantou e trouxe novas luzes e esperanças. Mulher forte e determinada não deixou se abater pelas dificuldades, enquanto a mãe era lavadeira e o pai pedreiro, ela ajudava a mãe trabalhando como vendedora ambulante e doméstica. Em meio às atividades cotidianas, se tornou ativista das lutas sociais por melhores condições para a população carioca e ainda conseguia tempo para os estudos, conseguindo se formar em Serviço Social e ocupar vários cargos em organizações não governamentais e político-partidárias. Essas foram as lembranças de sua biografia que me marcaram, e conhecer parte da sua trajetória revigorou meus sonhos¹.

Na mesma revista, encontrei a biografia do escritor Machado de Assis, história de muitos desafios e superações, pois, depois de ficar órfão de mãe e pai, ainda criança teve que assumir a responsabilidade pelos seus próprios atos, ao mesmo tempo em que trabalhava muito também, e por fim, se tornaria um dos mais famosos escritores da literatura brasileira. O encantamento foi ainda maior ao descobrir que ele era um homem negro. A leitura dessas biografias foi um importante estímulo para que eu pudesse alimentar a esperança de um dia continuar meus estudos. Imagino que por esta razão fiquei atenta às oportunidades que chegavam ao meu alcance. Passei a observar melhor as

¹ Dados atuais da Câmara dos Deputados apontam que além do curso de Serviço Social, ela se formou em

histórias contadas pelas pessoas mais velhas sobre a comunidade, e as histórias de superação das pessoas se tornaram cada vez mais interessantes para mim. Outras personagens passaram a fazer parte da minha vida, a exemplo da minha prima Givania, hoje doutoranda pela UnB, a primeira jovem a sair da comunidade para estudar e retornar à Conceição das Crioulas para nos incentivar a enfrentar as dificuldades em busca de melhores condições de vida, instigando-nos a fazer isso por meio da educação. Passei a observar e imaginar a trajetória de muitas outras pessoas, como as primeiras mulheres que chegaram ao território e tantas outras que “*buscam forças*” para seguir mesmo que em alguns momentos “*os espinhos na estrada nos furem os pés*”, conforme expressões que eu sempre ouvi das mulheres crioulas.

Depois de muita luta por parte de algumas lideranças da comunidade - com destaque para Andreilino Mendes, Givânia Silva e João Alfredo, em 1995 foi construída no território de Conceição das Crioulas, a primeira escola do Brasil com currículo diferenciado quilombola, a Escola Municipal Quilombola Professor José Mendes, que ofereceu turmas de 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental. Se até 1995 a educação formal em Conceição das Crioulas era usada como instrumento para nos oprimir, a partir daquele momento passa a representar um instrumento de luta pela liberdade e qualidade de vida para a população quilombola. Isso só foi possível a partir do reconhecimento e valorização dos saberes locais que seriam conceituados pela primeira vez por Givania Silva (2016), que nomeou estas como práticas de “*educação quilombola*”.

A primeira diretora da escola foi Givania e o seu conhecimento sobre as demandas da comunidade e seu engajamento na luta facilitaram a inclusão do público escolar. Para a juventude era possibilidade de começar e terminar os estudos sem interrupção, diferente do que ocorreu com as gerações anteriores, aos quais foi negada essa oportunidade. Nessa mesma época foi implantada a Educação de Jovens e Adultos - EJA, destinada a pessoas de mais idade que não tiveram de forma alguma a oportunidade de estudar em escolas formais. Foi uma oportunidade importante para muitas pessoas do território e da região retornarem aos estudos.

Nesse contexto, fomos percebendo que as práticas pedagógicas dos profissionais precisavam estar em sintonia com as dinâmicas da comunidade, já que as salas de aulas não são os únicos territórios de troca de saberes. Assim, pessoas experientes da comunidade foram convidadas a fazer palestra nas escolas, ou então as aulas aconteciam nos espaços do território onde se vivenciam outros conhecimentos. A esta metodologia

forjada em um cotidiano de luta, Márcia Nascimento (2017) conceituaria mais tarde como “pedagogia crioula”. Naquele momento, a idade dos alunos na escola contemplava dos 12 aos 70 anos. Mesmo casada, grávida e com a minha filha pequena para cuidar, eu estava lá, retomando os meus estudos interrompidos há mais de dez anos. Era o início da realização de um sonho adormecido desde o início da década de 1980. Permaneci por dois anos nessa escola.

O início das aulas de 5^a a 8^a série, na Escola Quilombola Professor José Mendes foi desafiador, pois recebemos apenas a estrutura física sem nem um tipo de material que facilitasse o início das aulas. Nesse contexto, a criatividade e a união de um grupo de pessoas foi determinante para iniciar as atividades. A limpeza interna e externa na escola, as primeiras refeições... quase tudo era doado e preparado pelas pessoas que estavam envolvidas na luta pela existência da escola. Na falta de material didático para as aulas, os alunos receberam a tarefa de pesquisar e apresentar a história da comunidade. Independente de haver recursos financeiros ou não, as atividades eram realizadas através de mutirões, prática cultural comum em nosso território. Aquele foi um momento oportuno para trazer os conhecimentos ancestrais para a sala de aula com a participação dos nossos intelectuais da oralidade, que apesar de não terem o conhecimento acadêmico, têm a sabedoria adquirida com os seus antepassados, transmitidos de geração para geração até hoje. Em 1997 a nova gestão da escola fechou o turno da noite, impossibilitando que eu e várias outras pessoas continuassem os estudos. Me mudei para a cidade de Salgueiro, onde trabalhei como empregada doméstica e cursei o ensino supletivo pela Escola Estadual Maria da Conceição Sisneiro Sampaio, onde concluí o ensino fundamental em 1998.

Ao mesmo tempo, a luta na comunidade continuava pelo acesso e garantia às demais políticas públicas, dentre elas, as de regularização fundiária, de saúde, de inclusão formal do ensino infantil e EJA. O resultado das atividades de formação política, iniciadas na década de 1980, foi o aumento da participação das pessoas que se tornaram conscientes acerca da importância de ocupar os espaços formadores de opinião e o fortalecimento da luta coletiva por melhores condições de vida para todos da comunidade. Essa época representou um divisor de águas no Território Quilombola de Conceição das Crioulas. A luta iniciada pelos nossos antepassados ganha um formato diferente a partir daí, quando a nossa contribuição para a transformação social passaria principalmente pela estratégia de nos incluirmos nas instituições de ensino e pela participação nas demais instâncias formadoras de opinião e formuladoras de políticas públicas. Muitas coisas boas

aconteceram, dentre elas, a melhoria do ensino fundamental, incluindo a entrada na escola das crianças com idade a partir dos cinco anos, ao invés de sete anos, além do fato de que as pessoas com mais de 50 anos, que nunca haviam usufruído do direito à educação formal, se tornarem estudantes. Até meu pai quebrou a resistência, resolveu estudar através do programa de Educação de Jovens e adultos- EJA, estudou da 1ª a 8ª série e me presenteou com o convite para ser a sua madrinha de conclusão da oitava série. A partir disso, ele se tornaria um dos maiores apoiadores da minha decisão de prosseguir com os estudos acadêmicos.

Como não havia escola de ensino médio na comunidade, entendi que não havia mais condições de continuar os estudos, no entanto, fui convidada por Maria Diva, liderança da comunidade, a fazer o ensino médio supletivo a distância, um curso promovido pela Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco. De pronto aceitei o desafio de estudar em casa e comparecer à sala de aula apenas para fazer prova avaliativa. Foi uma experiência bem diferente, frustrante no sentido de que não haviam os recursos tecnológicos para orientação *online*, nem indicação de referencial teórico, apenas indicação dos conteúdos que cairiam na prova. Como alternativa, eu, Maria Diva, Andreilino, Dionísio Mendes e Antonio Francisco, formamos um grupo de estudos, organizamos um cronograma e passamos a ser nossos próprios orientadores. Durante dois anos, vivemos uma rotina intensa de estudos. Maria Diva morava a 6 quilômetros de distância, por isso criamos uma escala de revezamento de modo que cada encontro acontecesse na casa de um componente e assim nos preparávamos para as provas. Considero que o ensino presencial é muito importante porque resulta em melhor qualidade do aprendizado, entretanto, no nosso caso, foi a única alternativa possível na época, e dessa forma concluímos o ensino médio em 2000.

Em 2001 fui aprovada no vestibular da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central – FACHUSC, para o curso de Pedagogia, motivo de muita felicidade. No entanto, devido à falta de condições financeiras e das demandas oriundas tanto da atuação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro - STR quanto do movimento quilombola, só consegui estudar até o 5º período. Fiquei novamente cinco anos fora da sala de aula. Em 2009, fiz o vestibular para o curso de História, com o qual me identifiquei muito, porque poderia me preparar para aprofundar e sistematizar os conhecimentos sobre a história da sociedade, incluindo a do meu quilombo. Infelizmente, em virtude de um conjunto de dificuldades, mais uma vez não consegui concluir a graduação.

A nossa luta pela regularização fundiária e demais políticas públicas sempre incomodou os poderosos da região e, nessa época, os conflitos estavam bem acirrados. Eu e outras lideranças sofríamos constantes ameaças de morte. No meu caso, se somavam as ameaças da parte do meu ex-marido, que não aceitava a separação depois de vinte anos de um casamento marcado por todo tipo de violência. Para completar o momento ruim, em novembro de 2010, ocorreu um grave acidente de carro que deixou a comunidade emocionalmente destruída. Essa tragédia nos tirou quatro importantes lideranças, deixando outras gravemente feridas. Eram pessoas completamente dedicadas à luta quilombola, estávamos juntas quase que em tempo integral, lutando e nos fortalecendo umas nas outras. Com todos esses acontecimentos, eu me vi sem estrutura para continuar em Conceição das Crioulas e tomei a difícil decisão de sair da comunidade por um tempo.

Migrei para São Paulo, onde já residia parte dos meus familiares. Me casei com José Aparecido, cujo apoio tem sido de fundamental importância para mim. Tentei concluir o curso de História que havia iniciado em Salgueiro, mas, como não foi possível, prestei vestibular para o curso de Serviço Social em 2012. Foi um curso importante, que muito contribuiu para ampliar meus conhecimentos e fortalecer o desejo de contribuir com a causa quilombola. O curso teve a duração de três anos e meio, sendo concluído em 2015 na Universidade de Guarulhos - UNG, com colação de grau em janeiro de 2016 como Bacharela em Serviço Social. À medida que avançava nos estudos, o desejo de continuar a vida acadêmica também aumentava, por isso, antes de concluir a graduação, dei início a uma pesquisa, vislumbrando cursar uma pós-graduação.

Em contato com Márcia, Diva e Givânia fiquei sabendo do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais - MESPT, curso destinado a sujeitos de povos e comunidades tradicionais, importantíssimo para a troca de saberes entre os participantes que vêm de várias partes do Brasil, representando os povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e profissionais que atuam com esses segmentos. Percebi então duas oportunidades importantes que eu não poderia abrir mão: a possibilidade real de continuar meus estudos e as condições de voltar a colaborar com a luta quilombola tanto no meu território quanto em nível nacional. Em 2016, participei da seleção, mas não fui bem sucedida na última etapa. Tentei novamente em 2017 e, para a minha felicidade, fui aprovada em todas as etapas da seleção. Tive a honra de fazer parte da 4ª turma do MESPT, que teve início em julho daquele ano e que, metodologicamente, se estrutura na modalidade de pedagogia de alternância, que ocorre com atividades

previstas para o tempo universidade e o tempo comunidade. A cada módulo do curso, ocorreram ricas trocas de saberes entre os estudantes e os professores. A criação desse mestrado foi uma iniciativa muito importante por oportunizar aos representantes dos povos tradicionais trazerem para a academia os conhecimentos ancestralmente passados de geração para geração, além de contribuir para a articulação e o fortalecimento da luta dos povos indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais.

As dificuldades são imensas, pois a UnB não consegue nos disponibilizar bolsas para nossa permanência. Para as turmas anteriores, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR disponibilizava bolsa que ajudava a custear as despesas com transporte, hospedagem e alimentação. Infelizmente, na conjuntura de 2017, uma das primeiras providências do governo Temer foi solapar as secretarias, ministérios e as políticas públicas voltadas para a parte da sociedade menos favorecida e que historicamente teve seus direitos violados. Infelizmente, o apoio aos estudantes do MESPT foi atingido em cheio e a quarta turma foi prejudicada.

A equipe coordenadora do curso empenhou total esforço para mobilizar recursos financeiros para o nosso deslocamento a cada módulo, e conseguimos concluir todos os módulos previstos. Além do esforço dos docentes, pude contar com o apoio dos meus familiares na medida daquilo que foi possível, entre eles, as mulheres quilombolas de Conceição das Crioulas, que apostam muito no meu potencial e contam com o meu retorno para a comunidade. Apesar das dificuldades enfrentadas até aqui, temos muito a comemorar, foram muitas trocas de conhecimentos, os profissionais do MESPT são bastante entusiasmados e a turma exerce uma parceria muito profícua, um incentivando o outro a cada dia. Acredito enormemente no sucesso do nosso mestrado, sabemos que as dificuldades para todos serão superadas, chegaremos coletivamente à conclusão do mestrado e deixaremos o caminho aberto para outros que virão.

1.4. Caminhos que são atravessamentos, mas parecem atropelos... casamento pela dor ou pelo amor?

Muitas mulheres da comunidade tinham obrigação de se casarem muito jovens, para evitar de se tornarem “mães solteiras” e para não ficarem "desamparadas". Muitas se casavam por amor e outras tantas porque viam no casamento a saída para fugir das violências que sofriam dentro de casa desde a infância, mas a vida me mostraria que nem

sempre somos bem sucedidas nas nossas fantasias. Contra a vontade de toda a minha família, me casei aos dezoito anos. Num intervalo de sete anos, engravidei cinco vezes, mas só consegui chegar ao final da primeira gravidez, porque a situação de violência que eu vivia não me permitiu chegar até o fim com as outras. Todas as promessas de amor eterno, tanto carinho e palavras encantadoras se transformaram em pesadelo em menos de um ano de casamento, tudo que vivi na infância agora representava "um aperitivo" diante do que vinha pela frente. Durante vinte anos da minha vida, eu sofri todo tipo de violência física e psicológica que se possa imaginar. Das cinco vezes de gestação, somente a primeira filha sobreviveu, os dois seguintes eu perdi em virtude das agressões físicas e, nas duas últimas gestações, sofri abortos espontâneos. Entre todas as lembranças, as mais dolorosas são as perdas dos meus bebês, além das muitas vezes em que fui espancada e em seguida estuprada.

Sob influência da religião cristã, as famílias aprenderam e ensinaram desde muito cedo que jamais se deve contrariar o homem, porque, sendo ele o chefe da família, devemos obedecer às suas ordens. Comigo não foi diferente, cresci na igreja católica, passei por todos os processos dogmáticos, aprendi que para a honra da mulher é melhor ter um casamento ruim do que ficar "difamada na boca das pessoas". Eu não conseguia enxergar saída para aquela situação, tinha a impressão que qualquer decisão que viesse a tomar seria um risco de piorar tudo. Tinha muito medo do julgamento social, já que, na visão da igreja, casamento era sagrado e para sempre. Tentei durante muito tempo esconder das pessoas da minha comunidade o que acontecia dentro da minha casa. No entanto, quando a situação se tornou insuportável, quebrei o silêncio e falei dos abusos para a minha e para a família dele e, a partir daí, me tornei uma pessoa digna de piedade, recebia visitas praticamente todos os dias, a mediação de conflitos era constante, conselhos dos mais variados tipos, mas a maioria me estimulava a permanecer ali, preservando meu casamento, "conforme prometi a Deus diante do altar". Entretanto, eu não suportava mais tantas agressões e saía de casa, algumas vezes com medo de morrer, fugi muitas vezes tarde da noite, com a minha filha pequena no colo.

Antes de sair definitivamente de casa, foram cinco tentativas de separação. Mas acabava voltando, por medo de me tornar uma mulher solteira e julgada pela comunidade, pelo temor de que meu ex-marido se tornasse mais violento comigo e com a minha filha e, principalmente, porque eu havia jurado a Deus que "só a morte nos separaria", somado os conselhos de algumas pessoas da comunidade que diziam que eu tinha que pedir paciência

a Deus e carregar a minha cruz, porque só assim eu poderia ter uma vida eterna no céu. Às vezes eu ouvia algumas mulheres falando como se defendiam dos maridos agressores e, em algumas narrativas, elas contavam que não podiam separar, mas às vezes precisavam agir com violência também. No entanto, com medo de não conseguir enfrentá-lo e sob o peso da influência religiosa, me submetia àquela situação deprimente.

Eu e os demais membros do meu núcleo familiar, assim como tantas outras famílias, tínhamos muita resistência relacionada à participação em qualquer atividade política, já que aprendemos desde crianças a desvalorizar este tipo de ação. Por volta de 1994, fui convidada pelas minhas primas, Valdeci e Maria Alzira, para participar das reuniões do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central - MMTR. Aos poucos fui me aproximando e me identificando com os assuntos que eram tratados e, quando me dei conta, já estava completamente envolvida. Essa minha atitude foi reprovada e os atos violentos se intensificaram dentro de casa, no entanto, enfrentei o medo e, a partir dessas participações, foi que a minha vida tomou um rumo que eu nunca imaginei. Ouvi relatos horríveis de outras mulheres que passavam por situações semelhantes àsquelas que eu vivia, mas também senti a força e a coragem necessárias para criar estratégias de enfrentamento e combater aquelas atrocidades.

Não sei se milagre existe... só sei que a partir daqueles dias, aos poucos, a mulher sofrida e digna de piedade morreu, e essa morte abriu espaço para uma mulher forte, destemida, com capacidade de enfrentar qualquer desafio. Uma mulher que não aceita passivamente nenhuma forma de opressão surgiu a partir daquela outra. Essa mulher rompeu a barreira das quatro paredes e foi para a esfera pública. Não foi fácil, porque, quando se bate de frente com o agressor, ele se torna ainda mais violento, e esse é um dos motivos que faz com muitas mulheres sofram em silêncio. Participando das atividades do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, tive a oportunidade de aprender muito sobre os tipos de violência doméstica e quais são as medidas possíveis para combatê-la. Me tornei ativista da luta pelo direito das mulheres devido à confiança que conquistei. Fui por elas indicada para concorrer e representá-las no movimento sindical. Em 2001, fui eleita vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro (STR- PE), por um mandato de três anos. No decorrer desse período, participei da luta em defesa dos direitos previdenciários dos trabalhadores rurais, pela reforma agrária, e pela regularização fundiária dos territórios de povos de três quilombos: Conceição das Crioulas, Contendas e Santana, todos localizados no município de Salgueiro. Ao mesmo tempo que estava no

STR, também participava da luta em defesa da regularização fundiária do Território Quilombola de Conceição das Crioulas. Em 2000 fui eleita Coordenadora Geral da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas- AQCC, e o exercício dessas atividades contribuiu para que eu adquirisse experiência no assunto, além de evitar a sobreposição de ações nos territórios quilombolas, em cujo movimento eu atuava concomitantemente ao movimento sindical.

A minha atuação no STR e na AQCC, ao mesmo tempo em que me fortalecia, me gerava grande sobrecarga de trabalho e, por esta razão, estabelecemos que o melhor seria eu não me candidatar para um segundo mandato na diretoria do STR, mas sim priorizar as atividades da AQCC, que aumentavam a cada dia, e a quantidade de pessoas era pequena para desenvolver as ações demandadas. Diante de tal decisão, passei a me dedicar exclusivamente ao movimento quilombola, do qual só me distanciei em 2011. Aprendi que tudo que acontece de bom ou de ruim na vida da gente tem que servir como aprendizado positivo e precisamos fazer bom uso dele. Então tudo isso contribuiu para que eu fortalecesse as alianças, começando dentro de casa com a minha filha, pois tudo que eu ouvi e não me ajudou evitei passar para ela, mas tudo que contribuiu para a minha libertação procurei potencializar. Construimos uma relação de amizade, de modo que ela sabia tudo de mim e confiava a mim seus segredos. O seu apoio foi muito importante para minha decisão de me separar do pai dela.

1.5. De mãos dadas em caminhos de luta! O racismo e a militância no movimento quilombola

Eu e os demais membros da minha comunidade passamos por tantas manifestações de racismo que é impossível quantificar. Até 1995 a maioria das professoras da única escola da comunidade eram as esposas dos fazendeiros ou pessoas muito ligadas a eles. Eu faço parte da geração que, além de ouvir diversas formas de expressões preconceituosas em sala de aula, sofreu castigos rigorosos - a exemplo de ter que ajoelhar-se em cima das pedrinhas e receber açoites com palmatórias de madeira usadas para bater na palma da mão. Hoje compreendo que os ensinamentos oferecidos tinham como propósito nos levar a odiar a nossa própria história. Lembro que certa vez a ordem da professora de fazer a leitura do texto intitulado “A Moura Torta” repetidas vezes, com o intuito de memorizá-lo, sem uma reflexão crítica, despertou em mim o sentimento de revolta contra a personagem

devido a sua característica de mulher malvada. Me via em contradição quando olhava para a minha pele e via a cor da Moura Torta, porém, me sentia bem quando alguém me chamava de morena, parda ou mulata. Esse sentido identitário que buscava “amenizar os efeitos de ser reconhecida como negra” foi vivido por mim de maneira acrítica até o momento em que tive a oportunidade de estudar e ouvir histórias positivas de personagens negras, quando a possibilidade de existirem personagens negras bem sucedidas se tornou finalmente real. Esse episódio é um, entre tantos outros, que representa a violência racista que simbolicamente operava em nosso cotidiano. Entre tantos outros exemplos possíveis, é marcante para nós, na história de Conceição das Crioulas, a destinação exclusiva de salões de dança para brancos, espaços em que nós, negros e que éramos desde muitas gerações habitantes daquele território, não podíamos entrar, fato que, surpreendentemente, ocorreu até recentemente, no início da década de 1990. Hoje, me chama atenção como aquela situação parecia trivial na época.

A autora nigeriana Chimamanda Adichie (2010) lembra como tratamentos depreciativos, repetidos o tempo todo, criam a aparência de normalidade. Talvez isto explique os três tipos de reação que me ocorreram em relação aos episódios de racismo que vivenciei até hoje: a) antes de refletir sobre o meu lugar de fala na sociedade, eu encarava determinadas posturas com passividade e conformismo; b) com a aceitação da minha identidade negra, passei a reagir com rigor aos comportamentos preconceituosos em relação a mim e; c) atualmente, a partir do fortalecimento de minhas experiências na militância política, entendo que algumas situações merecem ser tratadas inclusive com punição, mas, em outros casos, é válido acionar práticas educativas. Não há nessa compreensão a ingenuidade de pensar que as vias educativas sempre funcionam, mas considero-a ainda uma arma importante que temos que empenhar na luta, dada a sua perenidade e a possibilidade de fortalecer redes de apoio e percepções críticas, ao invés de individualizar e fragmentar ainda mais as lutas.

A atuação de Givania no movimento quilombola influenciou também a minha participação e foi, a partir da escuta sensível de suas falas, que compreendi porque preferia ser chamada de morena, mulata e outros adjetivos que nos eram atribuídos e que, de alguma maneira, contribuiriam para que eu me afastasse da minha identidade negra. Situações muito tensas eu viveria também na Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central-FACHUSC, o que surpreende por ser uma universidade local em que grande parte dos estudantes são de Conceição das Crioulas, sendo um espaço para o qual costumamos

trazer o debate sobre a questão quilombola. Em 2003, eu cursava Pedagogia e trazia muitas reflexões sobre as cotas raciais aprovadas para ingresso de alunos negros nas universidades, então uma colega extremamente revoltada com as políticas de ações afirmativas “me chamou para a briga” e travamos intensos debates sobre o tema. Ela se sentiu estimulada a fazer o seu trabalho de conclusão de curso se posicionando contrária às cotas e eu lamento por não ter conseguido concluir o curso para fazer o meu trabalho de conclusão com uma pesquisa sobre a importância das cotas. Isso demonstra a força com que o racismo atua na forma de dissensões entre aqueles sujeitos que estão vivendo sob condições relativamente próximas, o que demonstra a especificidade de ser marcada por interseccionalidades diversas.

Nessa época eu já estava bem familiarizada com esses assuntos, porque havia iniciado a militância na luta em defesa da causa quilombola no final da década de 1990, quando passei a participar ativamente das atividades relacionadas à organização e ao desenvolvimento sustentável do território, inclusive do processo fundação da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – AQCC no final de 2000, quando fui eleita como primeira Coordenadora Geral e reeleita para o segundo mandato, somando um período de quatro anos consecutivos. Concluídos os dois mandatos, fui convidada a continuar contribuindo na execução dos projetos em andamento, permanecendo na AQCC até agosto de 2011. Os projetos tinham como base a formação política e a organização social dos quilombolas para o fortalecimento da identidade étnica e cultural, da luta pela regularização fundiária do território, da produção agroecológica, do extrativismo dos recursos naturais para a produção artesanal e beneficiamento de frutas, garantindo a sustentabilidade ambiental dos quilombolas. Esse período foi determinante para o fortalecimento do meu sentimento de pertença às raízes ancestrais de Conceição das Crioulas e para a definição da minha postura política perante a sociedade.

1.6. Ponto de chegada e novas partidas: caminhos de encontros com a pesquisa



Figura 4. Foto da 4ª turma do MESPT (2017 – 2019)

Tudo que vivi e experienciei se converte naquilo que orientou as minhas decisões de pesquisa. Nesta dissertação estão as dores partilhadas, as reflexões cheias de angústias, o reconhecimento das opressões, mas estão também - e sobretudo - as mulheres que me inspiraram, a força das alianças e do apoio irrestrito que encontrei neste coletivo de mulheres, as quais chamo aqui de Marias Crioulas. Nesta dissertação não há uma autora individual, mas um conjunto multifacetado, já que sou aqui sujeito coletivo. Decidimos juntas e coletivamente o que seria o recorte temático, como o trabalho seria feito, indicando caminhos metodológicos próprios, quais percursos seriam adotados como procedimentos de pesquisa, além do reconhecimento das singularidades de minha fala como mulher negra quilombola e crioula, o que me inscreve em um lugar de outras epistemologias. Coube a mim, em parceria com a minha orientadora, decidir sobre como colocar todas essas coisas vivas no papel, portanto, fizemos uma escolha narrativa, buscando entre a diversidade de formas possíveis, aquela que melhor traduzisse esse sentido de uma pesquisa coletivizada e que, ao mesmo tempo, consiste em uma pesquisa assumidamente implicada, já que envolve diretamente a mim e a minha comunidade, o que

aparece sob a forma mista de um “eu” e como “nós” que guardam a representação de coletivos distintos: o nós da academia (geralmente eu e minha orientadora), o nós crioulas (referente ao coletivo de pesquisa), o nós político (das mulheres negras, dos sujeitos subalternizados, dos quilombolas etc.) e por vezes o nós da comunidade de aprendizagem que constituímos nestes dois anos (dos/das sentidos e sentimentos compartilhados com colegas do MESPT)

Trata-se, pois, de um estudo em parceria profunda, que envolve processos de co-autoria com lideranças mulheres com as quais constituí um grupo de pesquisa, que me estimulou a uma escuta qualificada nos encontros de formação realizados no território sobre o tema, bem como me conduziu por visitas partilhadas aos espaços nos quais as atividades são desenvolvidas pelas mulheres, construindo o que chamamos aqui de “percursos comentados”. Para a pesquisa documental, me apropriei de documentos e informações extraídas da Associação Quilombola de Conceição da Crioulas - AQCC e outros órgãos oficiais, que traduzem a organização social da comunidade, tendo o apoio operacional necessário para acessar os documentos e compreendê-los em seu contexto de produção. A pesquisa bibliográfica foi realizada em literatura especializada de autoras e autores que tratam do tema, além de artigos disponíveis nos sites de buscas oficiais de pesquisas científicas, buscando sempre trazer visões plurais, inspiradas em intelectuais negras, quilombolas, indígenas, latino-americanas e africanas. Uma inovação nesse sentido foi a experiência de socializar as leituras aprendidas na academia com as mulheres de minha comunidade, aproveitando cada oportunidade de retorno à comunidade durante o mestrado para fazer reverberar entre as mulheres de Conceição das Crioulas as leituras acessadas, que me afetavam e impulsionavam a novas reflexões. Apesar de não conseguir conduzir esta prática de maneira mais sistemática, ficou delineado para nós o potencial de investir nessa experiência de reverberar teorias que sirvam para a vida prática e possam fortalecer nossas lutas.

Acerca dessas redes constituídas no processo de produção do trabalho de pesquisa, não posso deixar de me referir ao cotidiano de sala de aula no MESPT (e das alianças que estabelecemos fora dela, entre nossas comunidades). Partilhar as aprendizagens com mulheres de outros contextos comunitários foi, sem dúvida, transformador e, em algum sentido, revolucionário. Para além da sala de aula, a oportunidade de quase todas nós, mulheres oriundas de comunidades tradicionais, ficarmos no mesmo local (os apartamentos de trânsito da Colina no campus Darcy Ribeiro e o alojamento da LEDOC no

campus de Planaltina), gentilmente negociados com a UnB pela coordenação do MESPT durante os módulos, nas semanas em que nos encontramos nos anos de 2017 e 2018, me possibilitou estabelecer uma interação efetiva com as outras mulheres e, assim, colocar em prática uma ideia que surgiu em um diálogo com a minha orientadora. A proposta era compreender os contextos de violência doméstica em outras comunidades conhecendo alternativas que se estabelecem em seus territórios para o enfrentamento das formas de violência a que estão expostas mulheres quilombolas em diferentes contextos, assim como as mulheres indígenas, as pescadoras ou aquelas pertencentes a comunidades de terreiro ou povos ciganos. Tal interlocução foi metodologicamente importante para delimitar as possibilidades de pesquisa, estabelecendo escalas de aproximação e diferenciação em relação às situações que eu já conhecia pela experiência vivida e observada em Conceição das Crioulas. De algum modo, essa ampliação dos espaços de diálogo me permitiu também "estranhar" algumas práticas naturalizadas em minha comunidade, assegurando a construção de contextualização histórica que identificasse caminhos possíveis para o combate à violência em comunidades tradicionais, bem como de possibilidades de emancipação social de mulheres vítimas das situações de violência. O primeiro passo foi, portanto, a realização de entrevistas semi-estruturadas com mulheres quilombolas, indígenas e uma pescadora, todas companheiras da 4ª turma do MESPT.

Naquele momento eu já estava vivendo fora do meu território, morando na periferia de São Paulo, mas em fevereiro consegui vivenciar o “tempo comunidade” da pesquisa quase integralmente em minha comunidade, o que me oportunizou o segundo passo da pesquisa: a realização de uma roda de conversa com mulheres e também a realização de entrevistas semi-estruturadas individuais com algumas mulheres no Quilombo de Conceição das Crioulas. A relação de confiança estabelecida foi fundamental para o diálogo tanto com as mulheres do MESPT quanto com as de Conceição das Crioulas, percebendo que a identificação dessas mulheres com minha história de luta no território seria determinante para que se abrissem, falando de temas que ainda são tabus em nossas comunidades. Vale ressaltar que todas as atividades realizadas na pesquisa do mestrado foram pensadas como estruturantes para ações que continuarei a desenvolver depois do término do curso, que coincidirá com o meu retorno para a comunidade como moradora. Por isso, dizemos que se trata de uma pesquisa implicada, que tem um forte teor de intervenção, estando intrinsecamente associada à minha relação político-cultural junto a Conceição das Crioulas.

Formamos desde o início uma equipe de pesquisa composta por mulheres de minha comunidade, que me apoiaram no desenvolvimento da atividade de pesquisa. Juntas, mobilizamos outras mulheres para a roda de conversa, organizamos os espaços, conseguimos a doação de alimentos para as atividades. A coordenação da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas - AQCC disponibilizou o acesso à internet, impressora, computador, o espaço físico da Casa Comunitária Francisca Ferreira para a realização dos trabalhos, bem como a cantina do Centro de Produção Artesanal para preparar e servir a alimentação. Nos dividimos em cinco pequenos grupos, cada um com perguntas norteadoras para a conversa. Como eu não tinha tempo hábil para orientar todos os grupos, em cada grupo uma mulher da equipe de pesquisa se disponibilizou a assumir a responsabilidade de gravar as falas. Essa iniciativa de apoio coletivo não só facilitou o trabalho, mas foi imprescindível, pois eu não teria condições de realizá-lo sem o apoio das mulheres e sem o uso dos equipamentos que foram disponibilizados pela comunidade. As atividades ocorreram de forma mais intensa no período de fevereiro a abril de 2018 e tiveram continuidade no segundo semestre, em uma ação concentrada em dezembro de 2018.

Sabemos que as lutas negras contra a escravidão vêm desde o continente africano, porque o povo nunca aceitou passivamente tais violências. Apesar do enorme poder exercido por aqueles que sempre usaram a religião cristã como arma potente para justificar a colonização da nossa mente e a violação física dos nossos corpos, como aponta Santos (2015), a história mostra que até os dias atuais a resistência tem superado barreiras quase intransponíveis. As estratégias de lutas são as mais diversas e ganham nova roupagem de acordo com a época e o local. No Brasil, dentre as estratégias de resistência, a formação dos quilombos foi a que teve o maior destaque na história de luta da população negra, conforme apontam Reis e Gomes (1996). Entretanto, muitas outras formas de mobilização foram e são importantes no enfrentamento às diversas manifestações de racismo e preconceitos, entre elas, articulação entre quilombolas e os negros escravizados na casa grande, estratégias de ataque aos escravizadores, economias para comprar alforrias, abortos para não ter filhos escravos. A luta segue de outras formas na atualidade, mas com a mesma resistência dos antepassados. Em todas as frentes de lutas e em todos os tempos, a mulher negra está presente, ou como componente de um coletivo ou individualmente. Em muitos casos, a luta pelos direitos coletivos representa uma forma de fortalecimento para superar os dilemas pessoais que por diversos motivos são guardados como segredos que

fazem parte de subjetividades pessoais, em especial, quando se trata de violência doméstica. Desse modo, a inspiração para trabalhar este tema vem das mulheres quilombolas fortes e aguerridas de Conceição das Crioulas, quilombo do qual eu faço parte. A pesquisa tem como objeto de estudo a atuação dessas mulheres no enfrentamento à violência doméstica em contextos comunitários, partindo da hipótese de que o envolvimento na luta social comunitária é parte importante nesse processo.

Considero importante que esta dissertação se transforme em uma ferramenta a ser utilizada nas instituições de ensino, nas atividades de formação política e cidadã desenvolvidas pelas comunidades, de modo que contribua para a valorização das mulheres e das ações por elas desenvolvidas tanto no Quilombo de Conceição das Crioulas quanto nas demais comunidades em todo Brasil. Visamos que se estimule a continuidade das trocas dos saberes ancestrais para as atuais e futuras gerações, além de contribuir para a reflexão por parte do poder público em relação à aplicabilidade da legislação que garante os direitos das mulheres em contextos singulares que envolvem comunidades tradicionais.

CAPÍTULO 2. HISTORIZAÇÃO E INTERLOCUÇÕES: PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

2.1. Interação e Colaboração: o estabelecimento de alianças entre mulheres e a identificação de interlocutoras no MESPT

Podemos afirmar que, em uma sociedade capitalista fundada com base no sistema patriarcal, os negros, as mulheres e as crianças são as maiores vítimas dos desdobramentos das desigualdades sociais. Sueli Carneiro (2003) aponta que as mulheres em geral lutam para combater as violações de direitos que se manifestam através da violência doméstica e da desigualdade salarial entre homens e mulheres, entretanto, ela afirma que, para as mulheres negras, os desafios se tornam bem maiores, inclusive no interior do movimento feminista, haja vista a necessidade de lutar também pelo reconhecimento étnico-racial, com demandas específicas que, ao não serem consideradas, contribuem para a manutenção da injustiça social.

Desde quando o povo negro migrou compulsoriamente para as Américas, as mulheres têm travado uma incansável luta contra o sistema capitalista que oprime toda a população negra, conforme aponta Angela Davis (1996). Junto ao processo de lutas externas, enfrentam diversas formas de violência dentro das seus lares e comunidades, porque o sistema colonizador - em sua face capitalista e patriarcal - faz com que os oprimidos se tornem agressores (Grosfoguel, 2016). Infelizmente, temos que reconhecer que grande parte dos homens negros com os quais convivemos reiteram este duplo perfil: são oprimidos e, ao mesmo tempo, agressores. Dilema semelhante ao vivenciado por mulheres negras norte-americanas e brasileiras é descrito por Melo (2015) quando trata da condição de mulheres afro-pacíficas colombianas e equatorianas. Desse modo, consideramos este como um fenômeno amplo, em que as vidas de mulheres marcadas por interseccionalidades diversas e que vivem em contextos comunitários, são também inscritas por formas de violência.

Apesar de ainda identificarmos muitas lacunas na literatura em relação às mulheres em contextos comunitários, nós, mulheres, sempre exercemos importantes papéis de liderança na organização social, nos diversos setores da sociedade. Grosfoguel (2016) afirma que historicamente as mulheres africanas de diversas etnias foram detentoras de conhecimentos xamânicos herdados dos seus ancestrais, atuavam em vários setores da

astronomia, biologia e transmitiam outras formas de saber para as novas gerações, portanto, eram empoderadas na organização social. A cidadania que elas exerciam teria incomodado os interesses do patriarcado que deu origem à acumulação capitalista e fomentou a discriminação racial. Por isso, estas mulheres teriam sofrido inúmeras perseguições. Atualmente, milhares de mulheres continuam sofrendo as mais diversas perseguições, são assassinadas silenciosamente pelas fogueiras invisíveis do machismo patriarcal, do sistema capitalista que tira vidas em nome da ganância e da acumulação do capital. No entanto, nem as fogueiras do passado nem as do presente são capazes de deter o poder exercido pelas mulheres. Seguimos em luta cotidianamente em defesa da efetivação dos nossos direitos coletivos e individuais.

A interlocução com mulheres no meu território e com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR, desde a década de 1990, me fez compreender que as situações de violência doméstica que eu vivia poderiam me levar à morte, o que me fortaleceu para o enfrentamento daquela situação que feria os meus próprios direitos humanos. O diálogo com as mulheres quilombolas e indígenas, originárias de várias partes do país e que são minhas colegas do MESPT, assim como a leituras das obras de pesquisadoras/es tais como bell hooks, Patrícia Hill Collins, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez etc., em busca de respostas acerca da violência doméstica e suas interseccionalidades, abriram para mim novos horizontes e me encorajaram a seguir adiante com o desejo de trazer para a dissertação reflexões de mulheres que enfrentam a violência doméstica a partir do envolvimento na luta em defesa dos direitos coletivos do seu povo e de seus territórios. Como contribuição ao meu trabalho de pesquisa, contei com a colaboração de cinco mulheres do MESPT, com as quais dialoguei durante os módulos.

A metodologia de vivência em turmas multiétnicas, experienciada durante os módulos do MESPT, nos propiciou uma boa integração, o que favoreceu, desde o princípio, a observação às falas das companheiras durante os debates em sala de aula e nas conversas que tínhamos nos percursos entre a hospedagem e a sala de aula, bem como entre um descanso e outro durante as intensas jornadas de estudos e elaboração dos trabalhos para as disciplinas dos módulos que antecederam a qualificação. Desde o início, fomos estimulados no curso a compartilhar coletivamente os nossos temas de pesquisa, assim, em todas as minhas falas o meu interesse pelo tema vinha à tona.

A elaboração do memorial, na disciplina *Educação para a Interculturalidade: Trajetividades*, foi para todas nós uma doída volta ao passado, porque lá estão guardadas

muitas coisas boas, mas também outras tantas que gostaríamos de esquecer. Durante as aulas de metodologia, as colegas começaram a me sugerir autoras que tratavam do tema para fundamentar a minha pesquisa, então percebi que o meu tema começava a despertar um interesse cada vez maior por parte das outras colegas. Além do diálogo com a minha orientadora, que me propôs inicialmente que eu dialogasse com mulheres de outros contextos comunitários, outros sinais foram surgindo e despertando a minha curiosidade, o que me impulsionou para a decisão de fazer a interlocução com as mulheres de outros quilombos, mulheres indígenas, de terreiro, pescadora, cigana sobre as manifestações de violência e as formas tradicionais e atuais de enfrentamento em suas comunidades. Para fins de preservação da integridade física e psicológica dessas mulheres, apesar de quase todas terem autorizado a citar os seus nomes. Assim optamos por fazer também em relação às mulheres de minha comunidade, mas todas elas recebem nomes compostos que começam com Maria, a fim de evidenciar o sentido coletivo de suas falas.

O diálogo com essas mulheres sobre a violência doméstica e as estratégias de superação trouxe para mim grande aprendizado, tanto pela troca de experiências quanto por indicar formas de abordagem sobre o assunto. O tema é bastante complexo e rememorar essas experiências causa dores. Foi muito acertada a escolha por estabelecer diálogo com as mulheres do meu cotidiano e que têm história de vida semelhantes à minha por facilitar a fluidez dos diálogos. Nesse sentido, mulheres e divindades negras e indígenas que marcaram a história com suas lutas, orixás e encantados (que são simbologias da religiosidade de matriz afro-indígena no Brasil) deram vozes às narrativas sobre as histórias de vida e luta das mulheres com as quais dialoguei. Essa também foi uma oportunidade político-epistêmica de reverenciar personagens históricas, mítico-religiosas que nos inspiram na vida e na luta. Adotei como critério para escolha destes nomes, características indenitárias que se assemelham às mulheres participantes da pesquisa, representações de mulheres aguerridas. Foi também uma forma de anunciar que mulheres, que historicamente deram contribuições importantes para o exercício da cidadania e dignidade desta sociedade, não receberam o devido reconhecimento e permanecem ainda secundarizadas ou invisibilizadas em nosso imaginário social. Enfim, a decisão de incluir os nomes de orixás e encantados foi uma escolha igualmente política, buscando valorizar os signos de ancestralidade que marcam as trajetórias de mulheres de comunidades tradicionais. Os nomes escolhidos são referências às personagens abaixo descritas.

Companheiras de outras comunidades:

1. Nanã: É uma orixá cultuada no candomblé. Segundo Marques (2018) e NASCIMENTO W. (2016) é um orixá com características de pessoa idosa, representação da experiência. Seu nome significa a forte ligação com o centro da terra, apresentando fortes laços com a lama e poder sobre a morte.

2. Iracema: É uma personagem da obra do indianista José de Alencar (1865). Sua obra faz menção a uma jovem indígena descrita como “virgem dos lábios de mel” e identificada como “pertencente à tribo tabajara”. Segundo o autor, com sua beleza, Iracema encantou o jovem branco Martim, um colonizador português. Assim, ela é a representação da mulher indígena idealizada e associada a um discurso que exalta as características da miscigenação ocorrida entre indígenas e portugueses, conferindo uma visão romantizada destas relações. A escolha desse nome, entretanto, vai em um sentido contrário a esse, na tentativa de ressignificar essa visão idealizada, positivando esta personagem ao atribuir a ela as características de altivez e protagonismo das mulheres indígenas que existem na vida real e que se refletem nas falas de nossa colaboradora.

3. Ceuci: Segundo Nascimento (2019), na mitologia indígena atribuída a povos Tupi, ela é considerada a deusa protetora das moradias e das lavouras, pois é quem protege e acolhe os frutos da nossa terra. Em relação aos filhos, ela se caracteriza como uma mãe protetora e diz respeito à associação da maternidade com a resignação dela decorrente.

4. Oxum: No candomblé, Oxum é a deusa das águas doces e da fertilidade. Há quem diga que oxum é a intercessora dos casais apaixonados e age principalmente por meio das águas calmas para promover a paz. (NASCIMENTO, 2016)

5. Agostinha Cabocla: mulher forte e determinada, que exerceu importante papel durante o início do século XX na luta pela manutenção do território quilombola de Conceição das Crioulas, resguardando-o nas mãos dos descendentes das primeiras Crioulas que ali chegaram. Junto com Antonio Andreino Mendes, foi uma das guardiãs do documento que oficializava as mulheres de Conceição das Crioulas como verdadeiras donas daquele território. Segundo a tradição oral, aquele documento foi emitido por representante da torre do Tombo em janeiro de 1802. Agostinha Cabocla não teve filhos, mas dedicou a sua vida lutando para que as crianças das outras famílias tivessem direito à moradia, a circular livremente dentro do território, razões pelas quais sofreu muitas perseguições. Faleceu com aproximadamente 100 anos no final do século XX, mas sua

história de luta e resistência segue inspirando muitas pessoas, até os dias atuais, a seguir o seu legado.

Parentes quilombolas, as “Marias Crioulas”:

6. Maria de Benguela: referência a Tereza de Benguela, grande líder do Quilombo de Quariterê, no estado de Mato Grosso, próximo de onde hoje se localiza a capital Cuiabá, no período de 1750 a 1770. Durante esses vinte anos, com a morte do seu companheiro, ela comandou várias lutas em defesa da manutenção da liberdade existente no quilombo, local composto por segmentos sociais discordantes das opressões promovidas na época. Por força de muita luta do movimento feminista e negro, ela foi finalmente reconhecida como a Rainha Tereza de Benguela. A partir de 2014, o dia 02 de junho passa ser instituído como o Dia Nacional de Tereza de Benguela. Espera-se que dessa forma, ela não caia no esquecimento. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2017)

7. Maria Dandara: referência a Dandara dos Palmares, uma das mulheres que se destacou na luta contra a escravidão no século XVII. Segundo dados extraídos da Fundação Cultural Palmares (2014), ela foi esposa de Zumbi dos Palmares, com quem teve três filhos e esteve junto nas lutas em defesa da liberdade no quilombo. Por não aceitar a condição de escravidão, preferiu a morte, que ocorreu em fevereiro de 1695. Apesar da tentativa de invisibilizar o papel das mulheres no Brasil desde a sua formação, atualmente muitos espaços e eventos formativos recebem o nome em homenagem a essa mulher, que nunca se curvou diante das injustiças e marcou a história desse país.

8. Maria Carolina: é uma referência à escritora **Carolina Maria de Jesus**, mulher negra nascida em Minas Gerais em meio a muitas dificuldades. Como tantas outras pessoas, migrou para o estado de São Paulo em 1947, onde também viveu muitos desafios. Passou a morar na favela do Canindé e buscar formas para garantir o sustento dela, dos dois filhos e da filha. Teve como principal fonte de renda a coleta de materiais recicláveis, principalmente papelões. Ela costumava escrever relatos do seu cotidiano e das pessoas que viviam naquele lugar. Ela se tornou conhecida pela publicação do livro Quarto de Despejo e depois *Diário de Bitita*, entre outros. (Ver: Literafro, o portal da literatura afro-brasileira, 2019)

9. Maria Gonzalez: é uma referência a Lélia Gonzalez, ativista e defensora do feminismo negro, com forte atuação durante a segunda metade do século XX. Apesar de

reconhecer as grandes contribuições do movimento feminista, não deixou de fazer críticas ao silêncio em relação aos efeitos do racismo na vida das mulheres negras. Fez também autocríticas importantes ao próprio movimento negro, sendo uma importante intelectual brasileira. (Ver: Entrevista concebida a Mali Garcia para o documentário “As Divas Negras do Cinema Brasileiro” publicado em 2010).

10. Maria Firmina: é uma homenagem a Maria, considerada a primeira escritora negra do Brasil. Segundo dados da Fundação Cultural Palmares (2014), Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís do Maranhão em 1825. É autora do romance “Ursula”, reconhecido como a primeira literatura afro-brasileira e, para mostrar a sua posição contra a escravidão, publicou o livro intitulado “A escrava”. Foi responsável também pela idealização de uma escola mista e de acesso gratuito às crianças pobres.

11. Maria Francisca: é uma referência a Francisca Ferreira, uma das seis mulheres negras que aparecem nos relatos dos moradores ao fazerem referência à história de origem do Quilombo de Conceição das Crioulas, Pernambuco. Os relatos apontam também que ela foi responsável pela doação de um pedaço de terra para a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição, santa de sua devoção. O local se tornou um dos principais pontos de referência dentro do território, lugar em que acontecem os encontros e realização das principais atividades políticas no território. Nesta vila central, estão localizadas as maiores escolas, o posto de saúde, as igrejas etc. Devido a sua importância, Francisca Ferreira é uma das mulheres homenageadas através das bonequinhas feitas com fibra de caroá, artesanato que contribui para a divulgação da história de Conceição das Crioulas, dentro e fora do país.

12. Maria Magá: é uma referência a Margarida Maria, uma das mais importantes lideranças de Conceição das Crioulas. Em virtude da sua atuação como parteira e conhecedora de importantes orações, se tornou uma verdadeira autoridade local, respeitada por homens, mulheres e crianças, dentro e fora do território. A maioria das pessoas do quilombo, que nasceram na segunda metade do século XX, a chamam de Mãe Magá. Já as mães e pais a chamam de comadre Magá, em reconhecimento à tarefa de acompanhar as mulheres durante a gravidez, realizar o parto e seguir acompanhando até a criança crescer e a mãe se recuperar. Muitas vezes ela usou a sua autoridade para conter os maridos agressores das esposas. Além da habilidade de cuidar da população, ela era detentora de muitos outros saberes herdados das nossas antepassadas, a exemplo da astrologia e a importância da utilização dos recursos naturais. A sua casa sempre foi rodeada por árvores

nativas, a exemplo dos pereiros que tinham os caules trançados por ela para crescerem com uma copa perfeita e que existem ainda hoje. De acordo com Faria (2016), ela continua a ser uma inspiração de força e persistência na comunidade. É homenageada no Posto de Saúde da comunidade, que recebeu o seu nome.

13. Maria Garcia: é uma referência a Esperanza Garcia, mulher negra que foi escravizada no estado do Piauí, e se tornaria conhecida séculos depois pela carta que enviou ao Estado brasileiro, denunciando as violências que ela e outras pessoas negras sofriam. Na carta ela exigia que providências fossem tomadas e que a justiça fosse feita aos oprimidos pelo sistema de escravidão, ainda em 1770. Conforme aponta Gumiere (2017), a sua iniciativa permitiu que, passados 247 anos, a pedido da Comissão da Verdade da Escravidão, ela fosse simbolicamente reconhecida como a primeira mulher advogada do estado do Piauí.

As mulheres entrevistadas começam as falas com certa timidez, como se estivessem procurando uma forma de olharem para dentro de si mesmas e encontrar uma forma de lidar com a dor que gostariam de apagar da memória. Em seguida, relatam que entendem que, para o seu próprio bem interior e para que outras mulheres não passem pela mesma situação, é relevante remexer nas feridas que carregam. seus nomes, optamos por adotar nomes fictícios a fim de que elas não sejam expostas. As mulheres de comunidades tradicionais anunciam a importância de fortalecer alianças de maneira a combater as violências praticadas contra as mulheres, envolvendo tanto as que já têm uma atuação consolidada quanto aquelas que ainda se encontram vulnerabilizadas, sem conseguirem reagir, como explica uma destas mulheres interlocutoras:

“...a gente não pode silenciar, quem tá de fora também precisa tomar parte, porque às vezes quem tá dentro do problema, tá tão fragilizada que não consegue ver, que não consegue reagir, que acha que não vai conseguir.[...] isso é muito dolorido, eu levei muitos anos que eu não conseguia falar disso, não é fácil você enfrentar esse processo de violência em casa. (Relato oral de Nanã, concedido à autora em abril de 2018)

Nanã é uma mulher quilombola e pescadora de águas salgadas, seu território se localiza no estado da Bahia, composto por terra e águas marinhas, local do qual, junto com sua família, retira o sustento através da extração do marisco e da produção agroextrativista. Ela começa relatando que, apesar de nunca ter sido vítima direta de violência doméstica, desde a infância foi violentada indiretamente, pelas agressões que viu a mãe sofrer pelo

pai. Se destaca em sua narrativa a ideia de que, apesar do pai ser violento, é uma pessoa a quem ama profundamente e que não deseja vê-lo preso como “*mais um corpo negro jogado nas penitenciárias*” (Relato oral de Nanã, concedido à autora em abril de 2018). Apesar da afirmação da narradora sobre a forma como foi atingida indiretamente pela violência, há de se considerar que, ainda que a criança não seja agredida fisicamente, ao presenciar situações de violência, ela é diretamente afetada.

Agostinha Cabocla, mulher quilombola do estado de Goiás, destaca em sua narrativa as violências que sofreu diretamente, entre elas, uma tentativa de feminicídio que quase lhe custou a vida. Sua própria experiência se entrelaça com as narrativas de outras mulheres: a sogra atual, a concunhada e outras de sua comunidade. Traz, junto à sua história, as narrativas de outras mulheres, inclusive da sogra que passou anos sofrendo todos os tipos de abusos cometidos pelo esposo. Para além desses relatos das violências sofridas, faz importantes relatos de como a família, a comunidade e as alianças entre as próprias mulheres contribuem para que todas se encorajem e superem a violência, buscando formas de vida que as façam felizes.

Iracema, mulher indígena de uma região de fronteiras no norte do país, aponta com muita firmeza as contradições entre as leis e a realidade cotidiana nas comunidades distanciadas dos grandes centros urbanos, como a dela. Para ela, “*as leis representam ferramentas intimidatórias e a forma como têm sido aplicadas até o momento não se convertem em solução para o problema das violências entre povos indígenas*” (Relato oral de Iracema, concedido à autora em abril de 2018). Ela acredita que o que vai promover a mudança no comportamento dos homens é a educação conscientizadora sobre a importância da contribuição das mulheres, tanto para a família quanto para a sociedade como um todo. Ela explica que entre o seu povo também se encontram várias contradições, e a violência contra as mulheres também acontece e precisa ser combatida.

Ceuci, mulher indígena de Minas Gerais e que hoje vive entre parentes indígenas do nordeste, começa falando que não tem conhecimento dos casos de violência. Mas à medida que a conversa flui, ela começa a fazer relatos tanto em relação a situações que ela própria vivenciou quanto às vivenciadas por mulheres de seu território de origem e do local em que mora hoje. Ela faz um comparativo entre as formas de organização das mulheres das duas comunidades e, a partir dessa análise, consegue apontar as estratégias de superação que ocorrem tanto em uma quanto na outra comunidade.

A última delas, **Oxum** é uma quilombola do Pará que guarda fortes marcas de ancestralidade negra e indígena combinadas. Sua narrativa destaca as violências sofridas pelas tias e pelas irmãs com as quais conviveu desde a infância. Depois relata as violações vividas por ela própria.

No geral todas as mulheres apresentam certa dificuldade para falar da sua própria experiência, elas se sentem mais à vontade para falar da experiência das outras mulheres enquanto a sua memória é ativada para trazerem relatos da vida pessoal. Em cada diálogo, eu pretendia repetir as mesmas perguntas norteadoras, mas, como percebi que algumas tinham dificuldades para começar falando sobre os problemas a partir das perguntas, deixei que ficassem livres para abordar o assunto, falando sobre elas mesmas ou partindo da história de outras mulheres. Portanto, tal aspecto foi produtivo, uma vez que possibilitou que, em seus relatos, elas apresentassem representações sobre si mesmas e sobre outras mulheres que vivenciaram ou vivenciam situações de violência doméstica, cada uma guardando suas especificidades.

2.2. Violências experimentadas enquanto crianças

Historicamente a violência doméstica recai com muita intensidade sob as crianças, uma das razões pelas quais foi criada a lei 8.069/1990 (o Estatuto da Criança e Adolescente). Guerra (2011) traz um histórico de violências praticadas contra as crianças e adolescente no Brasil desde o período colonial, demonstrando que essas práticas têm sustentação em uma lógica escravista, que faz com que diversos elementos permaneçam e sejam naturalizados. As falas das mulheres com as quais dialoguei demonstram como elas e outras crianças do seu convívio começam a ser afetadas pela violência doméstica desde crianças, levando as marcas dessas violências para a vida adulta. Como desdobramento deste círculo de violências, muitas mulheres (assim como muitos homens em comunidades) se casavam ainda adolescentes com o desejo de se livrar das opressões que ocorriam no interior das famílias, conforme nos indicam as narrativas:

“Meu pai, não deixava andar de bicicleta, ele não deixava a gente assistir televisão, ele não deixava a gente brincar com as pernas para cima, meu pai via sexualidade em tudo, via maldade em tudo. [...] minhas irmãs e meus irmãos casaram com quinze, dezesseis anos, para se verem livres daquela situação, mas eles passaram por várias situações difíceis. Várias vezes a gente acordava de madrugada e minha mãe estava sendo enforcada por meu pai, ou ele estava tentando esfaqueá-la. A gente se via envolvidos naquilo, um bocado de meninos envolvido

naquela briga.” (Relato oral de Nanã, concedido à autora em abril de 2018)

A narrativa mostra como a violência impacta a vida das crianças, especialmente, quando ela é constante. As consequências se manifestam das mais variadas formas, desde se constituírem traumas como é caso de Nanã que, com aproximadamente 30 anos, afirma que não consegue estabelecer um relacionamento amoroso sério, porque tem medo de passar pelo que a mãe passou, até apresentar o temor de que ela própria e seus irmãos se tornassem pessoas violentas. Nesse sentido, outra entrevistada conta sobre seus dois primos que, ainda crianças, tramaram o assassinato do pai, porque não suportavam mais as agressões que sofriam junto com a mãe:

“Quando o navio chegava, o pessoal aproveitava para vender as coisas, aí eles foram vender, quando os meninos enxergam ele (o pai) no navio saíram em disparada para casa, porque ele era violento. Aí quando ele chegou lá na casa, o Jôse disse que ele deu.. que ele bateu neles, bateu nela, bateu tanto neles, no Jôse que ele mijou, aí nesse dia eles disseram que iam matar ele, os três mais velhos, iam esperar ele dormir que eles iam matar ele. Na época eles tinham entre 10 e 15 anos.” (Relato oral de Oxum, concedido à autora em junho de 2018)

Felizmente o plano não se concretizou, mas relatos como esse nos mostram como os efeitos da violência doméstica atingem a toda família e o quanto povos e comunidades tradicionais, ao mesmo tempo que recebem a influência do sistema patriarcal, que é capitalista e racista, estão à margem das providências do Estado, dificultando que se solucione - via políticas públicas - os conflitos em contextos comunitários. Apesar das mulheres atualmente exercerem funções fora do âmbito doméstico, ainda são elas que ficam mais tempo com as crianças. No entanto, as mulheres com as quais dialoguei, não apresentam suas mães como suas agressoras, ao contrário, elas sempre aparecem nas falas como as principais aliadas no enfrentamento aos seus algozes desde a infância, principalmente por parte das filhas e dos filhos em defesa das mães. É de tal forma que, independentemente de quem esteja sofrendo, a dor parece ser única e, mesmo quando estão na condição de crianças, elas se posicionam em defesa da mãe.

Agostinha Cabocla relata a situação de uma mulher da sua comunidade que, em um dos momentos em que foi agredida, todos os filhos partiram para cima do pai com tapas, socos e pontapés. Segundo ela, eles reagiram mesmo sabendo que, em virtude dos seus tamanhos, os seus esforços não faziam muita diferença diante do corpo de um adulto. Portanto, tem razão Guerra (2011), ao destacar a importância de que se analise as questões

relacionadas à criança e ao adolescente, considerando o contexto em que elas estão envolvidas e nunca isoladamente, a fim de não incorrer no risco de descolar a situação da realidade social. E, em se tratando das crianças quilombolas, há especificidades que demandam uma análise bem cuidadosa a partir do meio em que estão inseridas. Todas as mulheres entrevistadas afirmam que já passaram por algum tipo de violência. Em alguns casos foram vítimas diretas, em outros foram afetadas pela violência que a princípio era praticada contra outra mulher. Na maioria dos casos, a outra mulher é a mãe.

Eu também sou uma vítima da violência doméstica. Não como a companheira que foi violentada, mas como a filha que viu a mãe ser violentada e que essa violência que era imposta a minha mãe, ela tinha assim... respingos profundos em mim e nos meus irmãos. (Relato oral de Nanã, concedido à autora em abril de 2018)

Para Nanã, os impactos psicológicos dessa experiência foram extremamente violentos e, pelo tom da sua voz, é perceptível que ainda existe muita dor em função disso. A maioria dos relatos trazem os impactos decorrentes dos conflitos dos adultos na vida das crianças. A narrativa da própria Nanã evidencia o quanto a violência contra crianças e adolescentes é banalizada, e o seu relato expressa também a necessidade de aprofundarmos os estudos e as reflexões sobre a legislação em defesa da mulher e da criança. Mesmo afirmando que o pai a proibia de praticamente tudo, ela diz que o que lhe causava dor era a violência praticada contra a mãe dela, por ver a mãe ser agredida. Fica evidente a banalização destas formas de violência, de modo que ela não reconhece que também está sendo violentada nesse processo, sendo complexo então caracterizar estas formas de violência como diretas ou indiretas. É significativo que o ciclo de violências venha sendo alimentado desde antes, mas que a percepção de violências que ocorrem diretamente contra elas estejam associadas a acontecimentos ocorridos depois de casadas, sendo estas praticadas por aqueles que inicialmente se apresentavam como potenciais companheiros para a vida toda.

2.3. Experiências vivenciadas contra elas próprias

O sistema educacional patriarcal, muitas vezes, aliado a influências religiosas, faz com que as diversas situações de violências praticadas contra as mulheres sejam invisibilizadas. Muitas sofrem as mais diversas atrocidades em silêncio durante anos, outras morrem em decorrência das agressões físicas ou adoecem profundamente em função

da violências psicológicas, fatos que nem sempre aparecem na análise dos documentos oficiais. Entrecruzando todas as formas de violência, o caso relatado pela entrevistada Agostinha Cabocla é gravíssimo. Ela relata que passou por toda forma de violências: psicológica, sexual, moral, física, patrimonial. E esse processo culminou com uma facada que perfurou um dos pulmões e o estômago e quase atingiu o coração.

No momento de elaboração de nossos memoriais no MESPT, sem me dar conta de que ela teria enfrentado essas violências, ela começou a me chamar a atenção ao comentar sobre a dificuldade que estava vivenciando para trabalhar o seu texto autobiográfico. Indaguei sobre qual era o problema e se eu poderia ajudar de alguma forma, então ela respondeu: “*Não, Cida! o problema está em mim mesmo, ainda não consigo escrever sobre mim, a minha história é muito doída, eu não consigo.*” Nessa afirmação da companheira, encontro conexão com a afirmação de Roberta Gregoli (2017), ao comparar a violência contra a mulher a um *iceberg*, que não se apresenta por completo. Quando a violência é evidenciada, a mulher já está correndo sério risco de morrer. A narrativa a seguir expressa o momento em que as situações de agressões que ela vivia constantemente se tornaram públicas na comunidade, quando ela foi esfaqueada pelo marido e socorrida pelos vizinhos, sendo internada sob o risco de morte.

"Após ser atingida com uma faca que passou a três milímetros do meu coração, no peito esquerdo, perfurou meu pulmões e meu estômago, eu sofri... e o sangue entrou para a barriga, e aí eu precisei fazer uma cirurgia chamada gastrorrafia, essa cirurgia era pra tirar todo sangue da barriga né, todo o contexto e eu fiquei com três marcas dessa violência doméstica, que foi a marca do perfuro da faca, a marca da cirurgia e a marca de um dreno para retirar o sangue." (Relato oral de Agostinha Cabocla, concedido à autora em fevereiro de 2018)

Ela conseguiu sobreviver e agora, em especial depois da nossa conversa, já consegue falar sobre a situação que vivenciou: “*De hoje em diante luto com todas as forças para que uma situação igual a essa não se repita, nem comigo nem outras mulheres*”. Antes da violência cometida contra a mulher chegar ao ponto acima descrito, as suas formas intempestivas, periódicas ou “pequenas” violências são tratadas como algo normal que pode acontecer na vida de qualquer casal e que ninguém deve se envolver. Essa é uma postura construída culturalmente e é tão violenta que as mulheres agredidas se sentem intimidadas, envergonhadas e acuadas, sofrem em silêncio, conforme apontam Mizuno, Fraid e Cassab (2010). Muitas vezes são levadas a acreditar que vivenciam algo que o destino lhes reservou. As autoras alertam para o alto risco a que se expõe as

mulheres que se encorajam e tomam a decisão de finalizar um relacionamento que lhes causa sofrimento. Essa reflexão vai ao encontro do que afirma Oxum, sobre uma das muitas cenas de violência que vivenciou.

“...ele começou a ficar agressivo, [...] entortou meu braço que ficou todo roxo.[...] a gente ia se separar, uns três dias que ele tinha ido embora e eu fiquei sozinha na casa da mamãe. Como eu tava sozinha, eu dormia sozinha. Quando me acordo de manhã, que eu abro meu olho, ele tá em pé me olhando com a cara de demônio assim mesmo, sabe aquela cara de que vai te fazer o mal, tanto que assustei me levantei rápido da cama, aí ele virou para mim e disse assim: “Se eu quisesse eu tinha te matado agora, dormindo e tu não ia nem sentir.” (Relato oral de Oxum, concedido à autora em junho de 2018)

Antes da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, muitos comportamentos que levam à morte das mulheres nem eram classificados como crimes. Por exemplo, as normas estabelecidas pelo antigo Código Civil de 1916, que abriam margem para que o homem se sinta o dono da mulher, intensificou a cultura do machismo com o argumento de que a mulher tinha que ser submissa ao homem, e aquela que ousasse lhe contrapor era castigada, inclusive até matar em nome da defesa da honra era atenuante de pena. Campos (2017) afirma que, a partir da década de setenta, o Movimento Feminista fortalece a luta contra esse tipo de opressão. Mas, mesmo com a lei Maria da Penha em vigor, não há investimento por parte do Estado no sentido de estruturar as condições para a sua aplicabilidade, de modo a verdadeiramente beneficiar as mulheres. Muitas de nós ainda somos obrigadas a sofrer os efeitos da violência praticada dentro e fora das nossas casas (ver MIZUNO, FRAID, CASSAB, 2010). Essa situação se torna ainda mais acentuada em relação às mulheres que ainda não conseguiram romper a barreira das quatro paredes e se envolver em atividades sociais que lhes fortaleçam e promovam conhecimentos sobre os seus direitos. A narrativa a seguir ilustra como a participação em atividade sociais contribui para que a mulher tome conhecimento sobre os comportamentos violentos em relação a ela.

“Eu passava por alguns momentos de violência, eu só fui saber que era violência depois que eu participei da Comissão de Mulheres, nessas reuniões acontecem as oficinas que tratam vários assuntos, quando eu comecei a participar lá por volta de 2008 por aí, é que eu fui entender o que seria alguns tipos de violência.” (Relato oral de Ceuci, concedido à autora em abril de 2018)

O relato acima traz a importância da construção e participação das redes em defesa dos direitos e combate à violência doméstica, propiciando a ampliação dos conhecimentos,

fortalecimento e encorajamento da mulher para superação da violência. Todas as mulheres com quem interagi em rodas de conversas, nas visitas individuais ou em conversas informais relatam situações reiteradas de violência, nenhuma delas passou por “uma única” situação. Certamente as narrativas dessas mulheres representam uma pequena amostra das inúmeras situações que precisam ser analisadas para que medidas sejam adotadas com o intuito de mudar esse quadro lamentável que vitima as mulheres nas comunidades quilombolas, indígenas e demais comunidades tradicionais.

2.4. Compartilhando vidas (e narrativas) de outras mulheres

Durante as nossas conversas, as mulheres trouxeram, em suas narrativas, casos de graves agressões que ocorrem com outras mulheres quilombolas, indígenas e de demais comunidades tradicionais. São mulheres que têm entre si fortes laços de parentesco ou de amizade por residirem na mesma comunidade, onde todas as pessoas se conhecem. A aproximação facilita a circulação das informações e a construção de vínculos de solidariedade entre elas, através das formas de organização em que as mulheres estão inseridas. Para Bandeira (2017), o comportamento violento do homem está vinculado a uma cultura patriarcal que fomenta no homem o poder de dominação sobre o corpo e o pensamento da mulher. E, não havendo nenhum tipo de intervenção, a mulher é vitimada pela violência doméstica ainda criança e, quando chega à vida adulta, se casa muitas vezes com a ilusão que vai se libertar, não demora para concluir que na verdade está nas mãos de um algoz muito mais cruel, como alerta a narrativa a seguir:

A maioria das mulheres adultas que conseguem falar da violência que elas sofrem hoje, elas já sofreram violência na infância com os pais e acreditaram que o casamento ia proporcionar uma libertação, uma vida melhor, às vezes sofreu violência na primeira relação, no primeiro casamento, tá num segundo ou no terceiro casamento e sendo vítima de violência. (Relato oral de Nanã, concedido à autora em abril de 2018)

Quando se trata de mulheres que hoje estão com idade acima dos setenta anos, percebemos que a situação de opressão era muito mais intensa e elas são e foram muito mais silenciadas. A mulher era praticamente entregue por sua família ao homem que, por sua vez passava, a exercer a ferro e fogo o seu poder masculino sobre o seu corpo, conforme relata Agostinha Cabocla sobre a situação que a sogra lhe contou que vivera no casamento:

“Meu sogro batia, na minha sogra, e o vizinho mais perto dela era meu tio-avô, ele sempre socorria ela dele. Nesse dia o meu tio-avô não estava em casa, aí o meu sogro bateu nela, bateu, bateu de vara, ela disse que foi de vara, não foi de cipó não. Bateu tanto que ela disse que a pele dela minava sangue do sinal da vara e o bebezinho dela de dois aninhos, só de cuequinha acompanhando tudo. Ela disse que via passar aquela tonteira nela pra desmaiar, aí não tava aguentando mais. Pedia pra ele parar e ele não parava de bater nela.” (Relato oral de Agostinha Cabocla, concedido à autora em fevereiro de 2018)

Esta parte do relato mostra que o histórico de violência contra as mulheres vem de longe e, na maioria das vezes, os praticantes são seus esposos. É difícil entender e aceitar que daquele de quem mais se espera respeito e companheirismo venha a humilhação. No entanto, aprendemos desde cedo que a mulher deve obediência ao homem, sem direito de contestar. O homem pode "corrigir" a mulher da forma que ele quiser, assim ele mantém a postura de autoridade. Observação semelhante a essa foi apresentada por Melo (2015), durante a sua pesquisa de mestrado junto a mulheres afro-colombianas e as afro-equatorianas que relatam que, em "nome da honra", os homens espancam, infantilizam e violentam sexualmente as mulheres, tentando mantê-las sempre em posição de inferioridade perante a sociedade. Concordo em parte com Bandeira (2017, p.22), quando ela afirma que *“quando esse ‘poder’ masculino é abalado ou quebrado, recorre-se à violência.”* Na verdade, quando o poder é abalado, o homem agressor intensifica o processo de violência que vem praticando há tempo com a mulher sem que a sociedade tome conhecimento. O agressor se sente dono e trata a mulher como se ela fosse um instrumento seu e, como tal, se sente no direito de impor seus desejos, humilhar, espancar e até matar. Acredita que pode demonstrar o seu poder diante dos amigos que geralmente têm comportamento semelhante. Nessa fase do relacionamento, aumentam os riscos da mulher sofrer feminicídio. (MIZUNO; FRAID; CASSAB, 2010)

A professora Ceuci faz uma reflexão sobre os abusos sexuais praticado contra algumas mulheres do seu convívio. Ela afirma que agora já é possível se observar tímidas mudanças, mas no passado as mulheres eram tratadas como objeto sexual para satisfazer os desejos do homem. Para ilustrar a sua fala, ela traz o exemplo da avó paterna que teve catorze filhos, destes, cinco nasceram antes do anterior completar um ano, ou seja, em um intervalo de um ano ela tinha dois filhos:

“É como se a mulher fosse um ser sexual para satisfazer ao homem, ter relação mesmo quando ela não quer. Quando ela não tá a fim, o homem acha que ela tá tendo um caso com outra pessoa.. Minha avó mesmo, por

parte de meu pai, ela engravidou várias vezes, teve catorze filhos, desses, cerca de uns quatro ou cinco filhos, ela engravidou antes do resguardo terminar ela ainda tava de dieta. Agora esse ano mesmo já teve dois ou foi três casos de mulheres que foram mortas, assim espancadas pelo marido.” (Relato oral de Ceuci, concedido à autora em abril de 2018)

A narrativa refere-se a um dos inúmeros casos em que as mulheres são submetidas a situações de estupros e que, por uma série de condicionantes, se veem obrigadas a silenciar tudo o que vivem durante anos e anos. Graças aos diversos meios de controle de natalidade e campanhas educativas, diferente de alguns anos atrás, dificilmente as mulheres têm uma quantidade grande de filhos, mas os índices de diversas formas de violências são crescentes e permanecem assustadores. É importante salientar que nós, mulheres, não estamos salvas da violência sexual nos espaços públicos nem no interior das residências, e Quando se trata de um local onde todos se conhecem, característica da maioria das comunidade tradicionais, nos casos de estupros conhecidos, a situação de constrangimento é muito mais acentuada, porque as influências do sistema patriarcal e suas diversas normatividades sempre culpabilizam a mulher pela agressão que ela sofre. Antes de interpelar o homem sobre a sua atitude desrespeitosa, geralmente já se faz uma lista de afirmações “é porque ela anda de saia curta e desacompanhada, anda sorrindo” e tantas outras justificativas. Quando não se tenta justificar, simplesmente se ignora o crime como se nada tivesse ocorrido e a mulher fica sempre em uma situação desconfortável. A cultura do patriarcado é forte mesmo nas comunidades tradicionais e Muniz (2017) afirma que o estupro e o feminicídio são as faces mais cruéis da desigualdade que é fundamentada no argumento de inferioridade da mulher em relação ao homem.

A fala das mulheres mostra que a violência se manifesta das mais variadas formas, desde o estupro até outras formas de agressões físicas, destruição de bens adquiridos por ela ou por comportamentos que causam constrangimento à mulher diante de outras pessoas:

“A Tia Conciá tava tomando um banho e era um banheiro, sabe aquelas banheiros que é tudo palha e a pessoa faz uma portinha assim, na verdade só é uma dobrança de palha né, o dela não era nem de palha, o dela era uma lona assim, aí ele rasgou a lona e começou a bater nela e ela ficou nua, ele rasgou todo banheiro.” (Relato oral de Oxum, concedido à autora em junho de 2018)

A narrativa acima é um exemplo dos inúmeros casos em que mulheres sofrem ao mesmo tempo um conjunto de violências que certamente impactam sua saúde física e

psicológica. Casos como esses tem que ser reportados ao estado e à sociedade para que medidas de enfrentamento à violência sejam articuladas e adotadas (CAMPOS, 2017). É perceptível que, a partir do momento em que as mulheres se sentem à vontade, elas expressam a necessidade de conversar não apenas sobre os problemas pessoais, mas também sobre a situação vivenciada por outras mulheres a partir do que viram ou ouviram, demonstrando empatia em relação a elas.

2.5. Identificação de opressões que entrecruzam classe, raça/povo, gênero etc.

Em nome da acumulação de riquezas, empresários com anuência do Estado promovem conflitos internos, invadem os territórios ancestralmente ocupados e expulsam centenas de famílias para outras regiões. Nós mulheres participamos ativamente das lutas em defesa dos interesses comunitários, o que nos leva a ocupar lugares de destaque nas comunidades onde atuamos, mas, ao mesmo tempo, nos vulnerabiliza. Se por um lado ganhamos evidência, por outro ficamos muito mais expostas às perseguições, ameaças e assassinatos, conforme aponta a CONAQ² e Terra de Direitos³, no livro intitulado "Racismo e violência contra quilombos no Brasil", lançado em 2018. Além da violência estrutural, muitas de nós temos que enfrentar a violência doméstica, conforme mostra a narrativa a seguir:

“A gente tratava muito a violência dos grandes empreendimentos. Essa mulher que sofre violências diversas, além de ser violentada pelo Estado, pelos grandes empreendimentos que chegam no costeiro de pesca e de mariscagem, além de ser violentada na negação dos seus direitos, ela sofre muito do processo de violência doméstica”. (Relato oral de Nanã, concedido à autora em abril de 2018)

Deve-se lembrar também que a lógica patriarcal torna desafiador o exercício protagonista das mulheres, principalmente, quando se trata das organizações de movimento sociais mistas, com atuação de homens e mulheres, já que, simbolicamente atua um silenciamento em relação ao papel exercido pela mulher nos processos de luta ou de decisão política nas comunidades. Muitas vezes, quando os homens têm maior destaque

² Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, fundada em 1996, com a missão de lutar contra a discriminação racial e a favor das políticas públicas para o povo quilombola, em especial pela regularização dos territórios quilombolas do Brasil.

³ A Terra de Direitos é uma organização de Direitos Humanos que atua na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais. Foi fundada em 2002 para atuar em situações de conflitos que envolvem violação de direito à terra em contextos urbanos e rurais. Atualmente tem atuação nacional e internacional em defesa dos direitos humanos.

como lideranças, principalmente nos espaços institucionalizados como coordenação de associações e outras instâncias, as ideias que os homens apresentam como sendo deles, muitas vezes são absorvidas das mulheres.

“...os homens ficavam como protagonistas, mas na verdade [...] iam para as reuniões fazer seus discursos lindo, bonito e maravilhoso. Mas na casa, fazendo o almoço, fazendo o café, que eles conversavam, as mulheres iam dando as dicas, fazendo as reflexões e eles acatavam aquilo lá das mulher e levavam para as reuniões como se fosse palavras deles, mas na verdade, eram das mulheres.” (Relato oral de Ceuci, concedido à autora em abril de 2018)

Ela explicita uma das formas pelas quais os homens se apropriam das ideias das mulheres ao mesmo tempo que inviabilizam suas participações nos espaços e momentos de decisões. Em alguns casos, esse tipo de violência começa na infância, quando a criança é impedida de expressar os sentimentos. Isso explica nossas dificuldades em falar em público, o medo de não saber se expressar adequadamente e de ser ridicularizadas, nos limitando por muito tempo. Além do mais, existe um interesse socialmente construído para invisibilizar as ações desenvolvidas pelas mulheres em várias áreas, como aponta Davis (2016) em relação às mulheres norte americana. Mas isso não quer dizer que as mulheres quilombolas estão acomodadas, pois, apesar da invisibilização, são muitas mulheres que historicamente contribuem com a luta em defesa da causa quilombola, conforme descreve a CONAQ e Terra de Direitos (2018), reverenciando a figura da rainha Tereza de Benguela.

Para Segato (2012, p.110), enquanto a intervenção do Estado fere a autonomia dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais, o aparato estatal moderno se utiliza dos seus representantes e pressiona as comunidades a estabelecer critérios de objetividade nas políticas públicas. Orienta a apresentação de números e resultados rápidos, o que os leva a abordar os indivíduos sem contextualizar os fatores mais amplos que provocam tais situações, prejudicando as estratégias comunitárias de enfrentamento à violência, para fazer frente a situações muitas vezes criadas pelo próprio Estado. O Estado foi e continua sendo um potencial violador de direitos, principalmente das mulheres em situação de vulnerabilidade. Um exemplo da fragilidade destas políticas destinadas a mulheres é narrado pela quilombola Agostinha Cabocla quando ela foi à delegacia registrar o boletim de ocorrência por conta das facadas que levou do marido. Veja o relato sobre as providências tomadas pelo poder público em 2010, quando a lei Maria da Penha já estava

em vigor há quatro anos.

“...a gente foi pra delegacia fazer o Boletim de Ocorrência. Dias depois a gente retornou lá pra saber qual seria a pena que ele ia pegar. Eu ainda tava de repouso por causa da cirurgia muito séria que tive que fazer por causa disso. A cirurgia, o nome é gastrorrafia para retirar o sangue da barriga. A resposta deles é que como pena, ele tinha que pagar seis meses de cesta básica para uma instituição. Eu fiquei ouvindo aquilo e pensei: não gente, não acredito que estou ouvindo um negócio desse! [...] Eu fiquei chocada com aquilo, meu pai, quase deu um treco, minha mãe, todo mundo ficou revoltado com aquele negócio! Eu preferi ir embora logo, não quis nem saber de ficar lá, vim embora... o povo da delegacia ficou me ligando pra dar continuidade no processo. Eu falei: Sim... Eu voltar lá? Para dar continuidade no processo? Quem vai ganhar a cesta básica não é nem eu, que fui atingida! Falei pra eles que se eles quisessem podia até anular o processo. Eu tinha que ir lá umas três vezes no mínimo em Goiânia, eu, meu pai e minha mãe, três pessoas pagando do nosso bolso. Meu pai falou: minha filha o que você decidir tá decidido, eu falei: Eu não vou correr atrás disso, num vai valer a pena. E daí eu larguei todo processo pra lá”. (Relato de Agostinha Cabocla, 08/02/2018)

É importante ressaltar que esse tipo de postura institucional fere de morte a lei Maria da Penha, principalmente o que está estabelecido em seu Artigo 10, que trata das providências que devem ser tomadas pelas autoridades policiais. Nesse caso, fica explícito o total despreparo dos agentes públicos para solucionar os problemas que afetam a vida das mulheres, desconsiderando as dificuldades enfrentadas por mulheres que vivem em localidades rurais, muitas vezes distantes das capitais. Explica também porque muitas mulheres não se atrevem a registrar queixa contra os violadores de direitos. A história da companheira mostra que ela e a família (mãe e pai) foram condenados a arcar com as despesas de tratamento. com a saúde debilitada, ainda tinha que se deslocar em um percurso de aproximadamente 500 km de distância, arcando com as despesas decorrentes a partir do próprio bolso, custeando passagens para três pessoas. Nesse sentido, têm razão Segato (2012), assim como Achille (2017), ao afirmarem que o Estado, ao intervir nas relações comunitárias, inoculam o antídoto e o veneno por ele criados, que mais prejudica quem beneficia quem busca pelos seus direitos. Em muitas falas, há a compreensão de que "a bebida alcoólica" em excesso explique tais atitudes:

“os homens hoje já são muito machistas e estressados com as mulheres, a questão da submissão de gênero. Mas aí o que acontece, quando ele ingere a bebida alcoólica parece que tudo que passa no dia-a-dia, todas coisas que vão acumulando durante o dia a dia eles

querem descontar ali naquela hora.” (Relato oral de Agostinha Cabocla, concedido à autora em fevereiro de 2018)

Apesar de a narradora apontar o uso de bebida alcoólica como potencializadora do comportamento violento do homem, hooks(2000) nos lembra que as motivações para tal comportamento são muito mais profundas, são fundamentadas na lógica do sistema patriarcal a que homens e mulheres estão submetidos. O que sustenta esse tipo de comportamento é o machismo herdado do patriarcado mais do que qualquer outra razão. A violência doméstica não é a única que as mulheres das comunidades tradicionais enfrentam, elas estão expostas a outras formas de violências resultantes da associação do patriarcalismo, capitalismo e o racismo. Tais violências se manifestam através da negação do acesso às melhores condições de trabalhos, educação, saúde, a segurança a desvalorização ou invisibilização das atividades por elas desenvolvidas. A banalização da violência faz com a sociedade culpe a mulher por ter o seu direito violado, principalmente quando essa mulher resolve não ter um homem na sua companhia. Nesse caso a violência de gênero não parte exclusivamente dos homens, muitas mulheres negras e brancas que se imaginam protegidas das “más línguas” por estarem ao lado de um homem, ainda que seja um agressor, se sentem no direito de humilhar as que por alguma razão são arrimo de família.

2.6. Por que permanecer no casamento?

Os diálogos com as mulheres colaboradoras, mostram evidências de que, apesar das situações de violência que vitima as mulheres, dificilmente elas adotam a separação ou o registro de boletim de ocorrência como primeiras providências. Os motivos para esse comportamento são inúmeros, mas, entre eles, se destacam: a descrença nas instituições de segurança, o receio do julgamento social, a dificuldade de assumir sozinha as filhas e filhos que, em alguns casos, são muitos, o medo da violência aumentar e a crença nas promessas de melhoria do agressor, conforme exemplifica o seguinte trecho : *“Eu era muito submetida a medo, porque ele ameaçava, depois ele jura, promete que vai melhorar e a gente muito boba acredita no sem vergonha ainda. (relato oral de Agostinha Cabocla concedido à autora em fevereiro de 2018)*

As motivações aqui elencadas têm forte conexão com as descritas por Mizuno, Fraid e Cassab (2010) sobre as causas da permanência das mulheres com o agressor por tanto tempo. Além de todos os argumentos acima apresentados, existem os sentimentos

que envolvem toda a família em contextos comunitários, que interferem na decisão das mulheres de se separarem ou permanecerem no relacionamento. O relato a seguir explicita bem essa situação.

às vezes eles estavam no momento de sanidade do meu pai, eles faziam umas DRs de madrugada né e você via ela dizer: vinte anos de sofrimento porque dos meus filhos, num sei quantos anos de sofrimento porque dos meus filhos. Ela não podia se libertar, porque ela tinha tantos filhos... (Relato oral de Nanã, concedido à autora em abril de 2018)

É importante lembrar que a violência doméstica, como já dissemos anteriormente, afeta toda a família, seja ela praticada pelo pai, esposo, irmão ou filho. Apesar disso, chama a atenção que, nos relatos das mulheres aqui apresentadas, dificilmente se desenvolve ódio ou sentimento de vingança ao agressor. Contraditoriamente, existem relações de afetividade nesses contextos que precisam ser considerados. Em muitos casos, a punição ao agressor também causa dor nas vítimas, principalmente nas filhas e filhos, porque o desejo é que ele mude o comportamento para que haja uma boa convivência familiar e comunitária, sem consequências danosas para a luta coletiva dos povos aos quais pertencem. É o que explica Nanã, quando conta como acompanhou todo o processo de violência que a mãe viveu:

“Mas pra pensar essa questão geral, também eu acho importante dizer que minha fala é uma fala afetada, mas não é uma fala odiosa, é uma fala de quem viveu a violência mas que consegue identificar no agressor, violentador, uma vítima também de um sistema. E a minha fala também é carregada de muito amor por esse agente promotor da violência que é o meu pai. (Relato de Nanã.” 11/04/2018)

Nah Dove (1998) descreve que mulheres africanas por ela pesquisadas não odeiam nem se separam dos maridos, ainda que a convivência não seja a melhor. Ao contrário disso, elas defendem que os filhos sejam respeitosos com as mulheres e sejam valentes em defesa do coletivo, porque para elas o que representa ameaça maior é a predominância do poder do capital, representado pelo avanço do agronegócio, das mineradoras, dos grandes empreendimentos que atropelam sem pesar as populações tradicionais, independentemente de quem lá se encontra, seja homem, mulher, criança ou idoso.

A postura das mulheres africanas descritas por Dove (1998) vem ao encontro do comportamento da maioria das quilombolas com as quais dialoguei. Nós queremos que os homens compreendam que não devem ter as mulheres como alvo da sua valentia e, sim,

que nos valorizem como aliadas na luta contra aqueles que oprimem a todas(os) nós. Muitos desses homens também são lideranças importantes na luta coletiva e certamente, ao se libertarem do seu próprio machismo, podem se converterem em potenciais aliados contra as opressões que vitimam as mulheres. Para o bem de toda a comunidade, esses homens devem ser educados contra a violência de gênero e, desse modo, possibilitar que os nossos meninos sejam homens aliados nas lutas relacionadas aos direitos das mulheres.

Ceuci traz um comparativo da situação das mulheres da sua comunidade de origem com as da que reside atualmente. Ela observa como a autonomia financeira fortalece as mulheres no enfrentamento à violência doméstica. Um dos fatores que ela visualiza na comunidade indígena de Minas Gerais como potencializador da violência são as dificuldades financeiras que levam as mulheres a serem muito mais dependentes dos maridos e, em função disso, se submetem àquela situação, mesmo cientes dos abusos que vivem. Na comunidade em que vive na Bahia, as mulheres têm seus próprios roçados, produzem e comercializam seus produtos e, portanto, não dependem das decisões dos homens para adquirir o que elas julgam importante para suprir as suas necessidades. A experiência, no entanto, demonstra que as principais lideranças enfrentam todo tipo de opressão promovido pelos grandes empresários da região que têm interesse em expulsá-los do território para abrir espaço para o desmatamento e cultivo de monoculturas e exploração mineral da região. Esse exemplo demonstra como, mesmo que os territórios não fiquem tão distante geograficamente, cada uma tem sua singularidade e, portanto, merecem um olhar específico, como a interlocutora a seguir relata:

“Na Comunidade lá em Minas o homem é responsável para trazer o dinheiro para casa, na comunidade da Bahia não tem isso, a mulher faz sua roça de mandioca, faz sua farinha, vende e tem seu dinheiro, então assim se ele for prender a mulher por causa de questão financeira ele não consegue.” (Relato oral de Ceuci, concedido à autora em abril de 2018)

Outro fator que aparece nas falas como motivador para as mulheres permanecerem em um relacionamento abusivo e violento é a influência religiosa. Neste caso as mulheres se sentem obrigadas a seguir à risca os dogmas da religião da qual fazem parte. Veja a narrativa da Oxum sobre uma das tias.

“Até hoje fala que morria mas não se separava e ela não se separou. Eles estão juntos até hoje, fizeram cinquenta anos de casados. [...]ela é muito católica né, e ela dizia que não podia separar, “casou, morre

junto, Não pode separar,” até hoje ela fala que ela morria mas não se separava dele.” (Relato oral de Oxum, concedido à autora em junho de 2018)

Em alguns casos, esse comportamento fundamenta-se em algumas frases bíblicas frequentemente repetidas fora de contexto, descoladas da realidade, entre elas, destacam-se: *“A mulher sábia edifica a sua casa, mas com as próprias mãos a insensata derruba a sua.” Provérbio 14-1; “Assim não são mais dois, mas uma só carne”. Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem. ”Mateus 19-6.”* Essas são algumas das frases que se parecem simples jargões, mas exercem um poder muito grande, principalmente sobre um grande grupo de mulheres religiosas que acreditam que a Bíblia deve ser seguida ao pé da letra, sem fazer uma leitura crítica. Tal influência contribui para que mulheres passem anos ou a vida inteira lutando em silêncio contra a violação dos seus direitos.

A violência simbólica é tão prejudicial quanto a física, pois ela faz as mulheres se sentirem culpadas pelas próprias dores e desencorajadas a falar publicamente sobre as agressões que sofrem em âmbito doméstico. Entretanto, há aquelas que conseguem romper tal barreira constroem alianças, juntas se fortalecem e, em muitos casos, se tornam grandes lideranças comunitárias.

2.7. Estratégias individuais de enfrentamento imediato das violências

Por maior que seja a opressão contra as mulheres, ainda que haja diversos fatores que favoreçam as práticas de violências, nunca aceitamos passivamente as situações que nos são impostas. Da mesma forma que muitos casos de violência doméstica não vêm a público, os processos de resistência da mulher também ocorrem por muito tempo sem que a sociedade saiba. Não trazer a público não significa que a mulher seja conivente com tal situação ou que nada é feito por ela. Quando não é possível reverter sozinha a situação, o apoio de outras pessoas é acionado e essa busca geralmente começa pelos familiares mais próximos. A narrativa a seguir exemplifica alguns casos de medidas adotadas pela mulher, a família e as lideranças da comunidade.

“...ela tenta dialogar com o marido dela, às vezes ela vai com o pai com a mãe, conversam ali com o marido, ela consegue superar isso, mas quando ela percebe que não consegue, se acontecer uma, duas vezes, três vezes aí ela já busca a liderança maior, no caso procura eu, minha irmã, meu pai.” (Relato oral de Iracema, concedido à autora em fevereiro de 2018)

Entre as tentativas individuais estão, em primeiro lugar, a tentativa de diálogo, em alguns casos culminando, inclusive, em lutas corporais com seus agressores, em seguida há a busca do apoio familiar e, em último caso, se decide pelas denúncias nas delegacias, como nos conta Nanã que precisou fazer com o pai para evitar que ele matasse sua mãe. “Eu tomei coragem, chamei a polícia [...] quando chegou, ele foi pego em flagrante com a faca na mão”, ou como aconteceu com Agostinha Cabocla na ocasião em foi esfaqueada pelo marido. Em alguns casos, a reação violenta também se fazia necessária, conforme nos aponta o relato a seguir sobre um momento de agressão a uma mulher da comunidade da colaboradora.

“Ela disse que correu no rumo de umas fornalhas de três pé. E quando viu que ia cair, desmaiar que ela não tava aguentando... olhou e viu um cavador (equipamento de fazer buracos no chão) e ele vinha atrás dela pra bater mais e dizendo que tava chegando, ela lançou a mão nesse cavador, [...]e "sentou" esse cavador nele assim sem olhar o rumo, disse que foi pra cabeça (risos). [...] Ela disse que pensou, já que vou morrer mesmo, ele vai morrer, mas eu... Ela disse que sentou o cavador nele e desmaiou, ela ficou desmaiada, isso foi a tarde mas ou menos, ela conta que sol tava quente, era tipo duas, três horas da tarde, disse que acordou, [...] no outro dia [...] e ninguém não tinha ido lá. E ela acordou com o filhinho dela de dois anos rudiando ela e chorando de fome [a narradora chora]”. (Relato de Agostinha Cabocla., 08/02/2018)

O relato acima retrata a reação da mulher em um momento de desespero, quando já se encontrava sem forças para continuar de pé. A sua atitude foi praticamente instintiva, mas esse comportamento serviu para que a sogra percebesse o quanto era forte e que precisava se defender, tendo ou não o apoio de outras pessoas. Segundo Agostinha Cabocla, sua sogra se tornou uma conselheira de outras mulheres, inclusive das noras. De certa forma, ela precisou ser violenta para romper com a opressão que vivia sendo praticada pelo esposo desde os primeiros dias de casamento, então na sua opinião “o homem só para de bater quando a mulher dar uma boa surra nele”. Esse é o conselho que ela dá para as outras mulheres. Situações semelhantes são descritas por Melo (2015) sobre as mulheres matronas afro-pacíficas, que formam alianças para o enfrentamento à violência doméstica, assim como para conter os impactos resultantes dos conflitos armados que impactam e desarticulam as organização internas dos territórios afro-pacíficos.

2.8. Estratégias familiares de enfrentamento imediato às violências

As mulheres evidenciam que, além das estratégias adotadas individualmente, na maioria das situações, a família toda se envolve com o objetivo de solucionar o problema. Os filhos e as filhas geralmente crescem vivenciando junto com a mãe as violências praticadas pelo pai, por isso, na maioria das vezes, são os primeiros a enfrentá-lo. São momentos tensos, porque envolvem sentimentos de muita revolta interiorizada pelos filhos, devido ao histórico de violência presenciado desde a infância. Em alguns casos, o apoio para a mulher agredida também vem do pai, da mãe, dos irmãos e irmãs. Na maioria dos casos ocorre um misto de afetividade e revolta em relação ao agressor. Nanã, por exemplo, conta que, depois de dialogar com os irmãos e irmãs, resolveu retirar a queixa que havia prestado à polícia contra o pai. Ela faz questão de enfatizar que todas as filhas, inclusive ela, têm um profundo amor pelo pai apesar de ser um violador de direitos tanto da mãe quanto de toda a família. Em nome desse sentimento decidiram fazer uma espécie de julgamento familiar.

“A família fez o julgamento. Meu pai ficou proibido de botar os pés na casa de minha mãe. A gente disse pra delegada quais eram os termos que a gente ia apresentar pra ele e ela ajudou no primeiro momento só a conversar com ele, mas deixando claro pra ele, que não era ela que tava determinando, que a determinação dela era levá-lo a julgamento para ir para a penitenciária.” (Relato oral de Nanã, concedido à autora em abril de 2018)

Nesse caso, fica evidente que o desejo da família é que ele mude o comportamento para o restabelecimento de uma boa convivência familiar, sem consequências danosas para a família e para a comunidade à qual pertence. Na opinião da família de Nanã, a prisão não resolveria o problema, por isso decidiram juntos qual seria a medida a ser tomada. Ela afirma que as filhas e os filhos se organizaram e construíram uma casa para o pai dentro do território. Hoje a mãe e o pai são separados, mas os vínculos familiares não foram completamente desfeitos e ela se orgulha de dizer que ainda evitaram que o pai se tornasse mais uma estatística dentro das penitenciárias brasileiras. Agostinha Cabocla também afirma que para se recuperar da tentativa de feminicídio, recebeu o apoio incondicional e pelo tempo necessário da família e da comunidade para se reerguer e se libertar das sequelas.

“Contei com ajuda da família primeiramente né, dos pais e de toda a

família, tios, tias primos e primas e depois a comunidade, porque a nossa comunidade é muito unida, quando acontece uma coisa é como se a gente fizesse parte de toda aquela família que vive ali.” (Relato oral de Agostinha Cabocla, concedido à autora em fevereiro de 2018)

É importante lembrar que, no caso de Agostinha Cabocla, o promotor da violência não pertence à comunidade da qual ela faz parte. Dificilmente alguém irá encontrar, nas comunidades tradicionais, um planejamento escrito com definição de local, horários e datas para começar e terminar o apoio, é o tempo que o se fizer necessário para que a mulher recupere a auto-estima e estabeleça metas para o futuro. As ações comunitárias variam de um lugar para outro, sendo que, na maioria das vezes, a mulher conta com o apoio da família com quem convive diariamente, depois com o apoio de outras mulheres, como relata a indígena Iracema sobre a resolução desse tipo de conflito no seu território.

“...dependendo do que tenha acontecido entre essas pessoas eles tomavam a decisão de punição ali dentro (da comunidade) mesmo, colocava a pessoa pra fazer um roçado. Muitas das vezes tomava a esposa do marido [...]o pai pegava de volta, ou então, muitas das vezes trazia marido junto com a filha para perto de casa, Para morar ali, essa era uma forma de dialogar com ele, acompanhar e ensinar a ele um pouco da vida de casal...” (Relato oral de Iracema, concedido à autora em fevereiro de 2018)

Todos os casos relatados mostram como o apoio da família é importante para que as mulheres superem as situações de violências a que estão submetidas. Para o povo quilombola, o Estado costuma agir de forma repressiva, não considera as dinâmicas comunitárias antes de emitir seus pareceres e os resultados, na maioria das vezes, são desastrosos. Por tudo isso, as mulheres e as famílias buscam suas próprias alternativas de auto-proteção, conforme relata Oxum, que foi resgatada do relacionamento abusivo quando muito jovem.

“...um dia o pessoal lá de casa apareceu: minhas irmãs, meu irmãos, somos treze e foram uns sete lá atrás de mim, foram em um carro, aí disseram que se eu não fosse embora naquela hora com eles ninguém mais ia atrás de mim, aí eu resolvi ir, eles colocaram minhas coisas no carro e me levaram.” (Relato oral de Oxum, concedido à autora em junho de 2018)

Tanto a narrativa anterior quanto a que se segue confirmam o quanto os conflitos domésticos afetam a estrutura da família e como ocorre um misto de defesa e violência ao mesmo tempo. Configura-se em uma situação complexa que demanda muita sabedoria

para que alguém externo possa intervir.

“o próprio marido dela começou a usar algumas palavras muito pejorativas, eu tava na casa dela quando vi que tava demais fui intervir. Cheguei na sala e falei para ela: Mãe, a senhora não tá ouvindo tudo isso que ele tá dizendo com a senhora não? Uma mulher que levanta cinco horas da manhã e vai trabalhar e tal! [...] Aí ele reagiu depois que eu falei um monte de coisa e veio para cima de mim e ela tentou intervir para nós não brigar.” (Relato oral de Ceuci, concedido à autora em abril de 2018)

É importante entender que o problema da violência doméstica e familiar é um desdobramento das questões sociais alimentadas pelo sistema patriarcal capitalista, machista e racista e que para combatê-lo demanda um conjunto de ações integradas entre as organizações de defesa dos direitos humanos e o Estado brasileiro. Nesse sentido, vale considerar as reflexões feitas por Segato (2012: p.112), que sugerem “um bom Estado, longe de um Estado que impõe sua própria lei, será um Estado *restituidor da jurisdição própria e do foro comunitário, garantia da deliberação interna*”. Apesar de ser real a existência da violência doméstica nas comunidades tradicionais, também é verdade que todas as narrativas apontam medidas próprias de enfrentamento, sejam elas adotadas pela ou comunitariamente, conforme exemplo da comunidade de Iracema e o da família de Nanã, que preferiram resolver internamente sem exposição e sem as medidas adotadas pelo estado que geralmente atua quando caso é extremo e não cabe mais medidas preventivas como estabelecidos na lei 11.340/2006 no artigo 8º, incisos de IV a XI.

2.9. Compreensão sobre as leis protetivas às mulheres

Graças à incansável luta dos movimentos de mulheres, muitos avanços ocorreram no Brasil no sentido de se contrapor aos massacres cometidos contra todas nós, mulheres. Algumas medidas importantes, adotadas pelo Estado brasileiro, merecem destaque, a exemplo das leis 11.340/2006 (Maria da Penha), a lei 12.015/2009 (que estabelece o crime contra a dignidade sexual) e a lei 13.104/2015 (que caracteriza o feminicídio). Por força desses instrumentos, os governantes são obrigados a investir em políticas públicas de proteção à mulher e não apenas punir o agressor. As medidas têm como objetivo garantir que casais vivam em harmonia sem que um humilhe o outro em função das ideias e pensamentos diferentes. Segundo Wânia Pasinato (2016), tais políticas ampliaram o número de denúncias e muitos casos de violência passaram a ter mais visibilidade. Hoje,

nós mulheres temos, em nosso benefício, a certeza de que muitos comportamentos que nos expõem a constrangimentos e riscos, agora são crimes passíveis de punição.

Desse modo, as mulheres de comunidades e territórios tradicionais reconhecem a importância dos dispositivos legais, porém fazem algumas críticas que precisam ser levadas em conta em relação à forma como muitos servidores os têm colocado em prática. O despreparo ou a falta de compromisso por parte de alguns servidores, somados à falta de conhecimento mais aprofundado por parte da população, tem deixado às mulheres das comunidades tradicionais receosas de procurar as instituições de segurança e as justificativas são as mais variadas, exponho alguns relatos para ilustrar. Nanã faz a seguinte afirmação: “...eu acho que a lei Maria da Penha não dá conta, acho que a gente precisa continuar lutando para ter uma sociedade menos machista.” Essa afirmação nos leva a refletir sobre a necessidade de intensificar ações que valorizem e fortaleçam as medidas já adotadas comunitariamente. Para que homens e mulheres vivam uma relação de respeito é necessário que medidas educativas que contribuam para a conscientização e mudança de atitude do agressor sejam implementadas urgentemente. É necessário que seja implementada formação continuada sobre a lei Maria da Penha, no âmbito das instituições operadoras. É necessário também que o conteúdo da lei chegue, com melhor eficácia, até as mulheres das comunidades tradicionais, com vistas a lhe dar condições de fazer melhor uso desse instrumento legal, sem deixar de lado as formas próprias já adotadas comunitariamente.

“...eu vejo hoje que os homens ao invés de bater, eles tão matando as mulheres, depois da lei Maria da Penha. [...]eu afirmo que hoje se um homem matar, ele sai mais livre do que se ele bater, ou se já tiver alguma passagem pela polícia, pela mesma situação de crime.” (Relato oral de Agostinha Cabocla, concedido à autora em fevereiro de 2018)

Agostinha Cabocla baseia sua fala, na grave situação de violência que viveu em 2010 ao ser esfaqueada pelo então marido. No caso dela, ela relata compreender que “os operadores violaram a lei Maria da Penha ao aplicar doação de cesta básica como pena ao agressor”. Vale ressaltar que, por desconhecimento do que o texto da lei estabelece, a vítima tende a acreditar que houve um cumprimento legal e a lei é ruim, o que não ocorreu neste caso. Em

“... a lei Maria da Penha não cumpre todo papel que deveria cumprir, por exemplo, um homem que estupra a mulher, eu acho que somente a

prisão não resolve a questão. [...] Porque eu acho que a pessoa prender, ele volta de lá com mais fúria e aí, volta e ameaça e quer matar a pessoa que foi lá, que denunciou ele.” (Relato oral de Ceuci, concedido à autora em abril de 2018)

Os relatos acima são, respectivamente, de uma mulher quilombola e uma mulher indígena. Elas demonstram um dado preocupante, que é reiterado por muitas mulheres de contextos comunitários: a ideia de que há um acirramento das violências, já que, mesmo com a difusão de informações sobre a Lei Maria da Penha, os homens agressores acreditam que é mais propício a eles "matar" do que simplesmente "agredir", visto que a aplicabilidade da lei não tem gerado resultados satisfatórios às agredidas. Por isso nos parece muito importante que sejam criadas condições propícias à educação de homens agressores. Nesse mesmo sentido, apontam a importância de políticas de reconhecimento e valorização das mulheres internamente às comunidades, já que não tem sido eficaz que as leis funcionem meramente como ferramenta de intimidação.

“... a lei Maria da Penha ou qualquer uma outra lei [...]eu vejo muito como uma ferramenta de intimidação ao homem. Eu acho que deveria [...] um processo de conscientização, de valorização da mulher, seja ela mulher, seja ela criança, homem o que for. Mas eu acho que em todos os sentidos o vai fazer a diferença é a conscientização mesmo, o processo educacional”. (Relato oral de Iracema, concedido à autora em fevereiro de 2018)

Como vimos, conjugando os relatos de Ceuci e Iracema, a mulher se sente insegura ao denunciar o agressor porque sabe que ele pode até ficar preso por um tempo, mas, se ele não passar por um processo educacional que o leve a repensar as suas atitudes, ao ser liberto, a mulher estará exposta a um risco ainda maior. É importante lembrar que todas as mulheres com as quais dialoguei estão inseridas em contextos comunitários fora de centros urbanos. Sabemos que algumas destas situações são enfrentadas por mulheres em contextos urbanos, entretanto, nas comunidades, já muito pouco assistidas pela presença cotidiana do Estado, as políticas ou não chegam ou chegam com grande ineficiência, e em especial quando se trata das instituições de segurança pública que na prática são aquelas que efetivam as ofensivas em favor dos grandes interesses do capital sob nossos territórios. Desse modo, ao serem questionadas sobre o entendimento acerca das leis em defesa das mulheres, a expressão que domina é a de decepção, visto que a presença do Estado, em nossos territórios, historicamente ocorreu na forma de violação aos nossos direitos e como agente repressor.

Pasinato (2017) evidencia os avanços proporcionados pelas leis de combate à violência contra as mulheres, mas ao mesmo tempo chama a atenção para o fato de “*que circular informação nem sempre significa que estamos informando corretamente as mulheres ou a sociedade. (p.47).*” Mulheres indígenas, quilombolas e pescadoras com as quais dialoguei apontam a necessidade de medidas preventivas a partir do fortalecimento das estratégias comunitárias, incluindo ações educativas aos homens, que envolvam desde as crianças até os adultos, sejam eles agressores ou não, pois, parece mesmo que circular a informação não seja suficiente. É necessário contribuir para uma mudança de atitude dos homens, único modo de apresentar um contraponto à histórica imposição de um sistema patriarcal, que é acentuado pelo racismo no caso das comunidades tradicionais. Neste caso, podemos pensar que os homens de nossas comunidades estejam duplamente influenciados, pela violência ensinada pelo machismo, que opera como parte fundante da lógica patriarcal das instituições colonizadoras, e pelo racismo.

Na conjuntura atual, em que os poderes legislativo e executivo têm empreendido esforços para desmontar os direitos que foram conquistados até o momento, se faz necessário que as organizações de defesa desses direitos intensifiquem suas ações, promovendo maior conhecimento sobre os seus conteúdos. Tão importante quanto a divulgação sobre os direitos é a necessidade de construção de estratégias para pressionar o Estado a cumprir o estabelecido em lei, principalmente em relação às ações preventivas. Para tanto é importante estabelecer parceria com as comunidades e considerar as medidas por elas adotadas, conforme sugere Segato (2012) em relação aos desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais. Caso contrário, os números negativos sobre a violência contra as mulheres apontados pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (2018) e Instituto Patrícia Galvão (2017), e pelo Atlas da violência (2019), continuarão aumentando e a própria legislação passa a correr sérios riscos.

2.10. Práticas de combate à violência experimentados em suas comunidades de forma coletiva

Já argumentamos que, do ponto de vista das políticas públicas, o Estado se mantém distante dos nossos territórios quilombolas e daqueles dos demais povos e comunidades tradicionais, desse modo, as próprias lideranças seguem criando suas estratégias de enfrentamento às violências praticadas contra a mulher. Além das medidas tomadas individualmente, nós mulheres costumamos realizar várias atividades coletivas, que são

momentos muito importantes para a socialização das nossas dores, bem como para fortalecer o nosso empoderamento. Maria Dandara, quilombola de Conceição das Crioulas, afirma que quando uma mulher aceita o convite de outra para participar das atividades coletivas, a exemplo de encontros e reuniões formativas, à medida que ela ouve os relatos de superação das outras mulheres, aos poucos ela se fortalece para continuar a luta contra a violência doméstica, e se encoraja a aderir à luta comunitária.

Esse pensamento é convergente com a afirmação de Patrícia Hill Collins (1990). *“Por trás da máscara de um comportamento conformado imposto às mulheres afro-americanas, há muito tempo existem atos de resistência”* (p.1). A autora também afirma que, quando as mulheres se juntam para lutar, elas se tornam mais fortes. A professora quilombola Agostinha Cabocla conta que foi o acolhimento de toda a comunidade que lhe deu forças para superar a violência que sofreu: *“Quando eu cheguei na comunidade de volta, já tinha todo aquele contexto de acolhimento e esse acolhimento me ajudou bastante a superar o trauma da violência que sofri.”* Entretanto, em muitas situações, quando a mulher começa a interagir com as outras, o marido agressor tem medo de perder o controle sobre ela e, assim, intensifica as agressões. A narrativa abaixo mostra como interação entre as mulheres modifica as posturas e ao mesmo tempo "irrita" o homem agressor.

“As mulheres têm uma habilidade com o trabalho de ganho, então além de capturar os pescados e beneficiar, as mulheres vão muito às feiras da capital vender os mariscos, vender os pescados. Quando eu era criança ou adolescente, mãe começa a ir também e o meu pai odiava isso, odiava porque não queria que ela conversasse com as mulheres das outras comunidades que ficaram mais ousadas depois que começaram a negociar. Porque aí, você consegue ter o dinheiro na mão, um dinheiro mais significativo no final de semana...” (Relato oral de Nanã, concedido à autora em abril de 2018)

O relato que se segue mostra como uma comunidade indígena estabelece suas próprias normas e punições para aqueles que infringem as determinações coletivas da comunidade.

“... dependendo do que você fez com sua mulher você vai ficar dois ou três dias limpando a roça de alguém ou então limpando ao redor da comunidade, do centro da comunidade [...]se repetir o erro, vai subindo o grau de punição. Digamos, na primeira o recado foi um conselho, se pessoa voltar a fazer de novo, [...]as lideranças da comunidade, se juntam, conversam, reúne toda comunidade e coloca as pessoas ou aquela pessoa no meio da roda e vai falar. Chama todos os jovens que

estão ali para entender porque que aquela pessoa tá passando por aquilo, e aí se ele repetir ou fizer alguma outra coisa, o grau de punição vai subindo” (Relato oral de Iracema, concedido à autora em fevereiro de 2018)

A metodologia adotada por essa comunidade inclui tanto a pessoa que cometeu a infração quanto às outras, principalmente os jovens para entenderem que determinados comportamentos não são compatíveis com as normas estabelecidas pela comunidade. Iracema afirma que essas são medidas pedagógicas e todos preferem assim do que ter um dos seus membros em uma penitenciária de onde pode sair pior do que entrou.

2.11. Reconhecimento de estratégias de emancipação vivenciadas por mulheres

Considero que o que há de mais belo na história das mulheres com as quais dialoguei no decorrer da pesquisa é o poder de superação, o poder de se reinventar e a força de influenciar outras mulheres a também buscarem outras formas de enfrentamento às violações que estão vivenciando. E é justamente sobre estas experiências que tratarei nesta parte do trabalho e, para tanto, lanço mão das narrativas das mulheres quando elas trazem, em seus depoimentos, a comprovação de que com muito cuidado é possível, sim, transformar uma vida de sofrimento em liberdade, em alegria e vontade de seguir viva:

“Minha mãe ressignifica a vida aos cinquenta e cinco, sessenta anos. [...] Ela começa a participar dos grupos de idosos, tem vontade de dançar, quer ir para todos os passeios, E aí ela aumenta o prazer que ela tem em receber as pessoas, porque a gente tinha muita vergonha de receber as pessoas, não porque a casa da gente era acabada, feia, não sei o que, mas porque na mesma hora que tava tudo bem começava um circo.” (Relato oral de Nanã, concedido à autora em abril de 2018)

É importante lembrar que o caso acima se refere ao resultado da superação de uma situação de violência extrema já apresentada em relatos anteriores. Mas, a partir de medida articulada entre a família e os profissionais envolvidos no caso, foi possível solucionar o problema e a paz passou a fazer parte do cotidiano da família. Como alerta Segato (2012), se o Estado ouvisse mais as comunidades, certamente ainda continuaria ocorrendo casos de violação dos direitos das mulheres, mas, com certeza, os resultados positivos passariam a ser bem significativos e relatos, como o que transcrevo abaixo, seriam ouvidos com muito mais frequência.

“Desde solteira eu fui independente, então quando eu comecei a

trabalhar na comunidade, isso fez eu me superar muito porque eu pensava muito no meu filho, porque foi o pai dele que fez tudo isso comigo, daí eu pensava que eu tinha que fazer algo por ele (pelo filho). Então isso me deu muita força para dar a volta por cima. Como eu tinha um sonho de estudar, eu pensei: surgir uma oportunidade eu vou estudar, entrei na escola trabalhando como professora, só tinha o ensino médio e alguns outros cursos. No mesmo ano que cheguei na comunidade entrei na escola como professora. Em 2015 terminei a graduação e coleí grau em 2016, daí meu sonhos foram se realizando.” (Relato oral de Agostinha Cabocla, concedido à autora em fevereiro de 2018)

Para Agostinha Cabocla, a profissão de professora e o retorno aos estudos, se tornou o símbolo da sua superação. É através dos estudos que ela vislumbra caminhos de emancipação pessoal e profissional. Atualmente ela é uma grande apoiadora de outras mulheres na luta contra as injustiças. O seu trabalho de pesquisa tem como tema a importância do uso das plantas medicinais por parte das mulheres da comunidade, que, por meio oralidade, ensinam e aprendem a tirar da natureza a cura para dos adoecimentos que atingem pessoas da comunidade. Na sua metodologia de pesquisa, ocorrem encontros de saberes, que envolvem as gerações representadas por mulheres de mais idade e crianças do ensino fundamental da escola da comunidade. O modelo de ensino aprendido, descrito por ela, sobre o povo do seu quilombo, se assemelha ao que descreve Hampaté Bâ (2010), em relação à tradição viva da oralidade de alguns povos africanos do Mali e ao encontro conexões também com as descrições de Davi Kopenawa (2018) no livro "A Queda do Céu", que traz as experiências vivenciadas pelo Povo Indígena Yanomami.

Todas mulheres apontam a educação como instrumento para a conquista da emancipação. Assim também ocorre para a indígena Ceuci e para a quilombola Oxum, conforme apontam em seus relatos: *"Eu aposto muito na educação, então, acho que o caminho é levar projeto educativos para dentro das escolas para trabalhar com as crianças desde pequenas, além de trabalhar na comunidade também..."* (Relato oral de Ceuci, concedido à autora em abril de 2018); ou quando diz: *"A mamãe e o papai sempre incentivaram a gente a estudar e trabalhar e a gente segue até hoje, todas trabalham ou estudam."* (Relato oral de Oxum, concedido à autora em abril de 2018). Com certeza a educação escolar é um importante instrumento transformador, mas não podemos perder de vista que historicamente os processos educacionais vão na contramão dos interesses de quem defende uma educação que promova um pensamento crítico e busca por justiça social. Para que a educação se torne um instrumento de transformação a nosso favor, é preciso que façamos um esforço para ocupar esses espaços, com o compromisso de

transformá-la, através da pedagogia engajada como sugere Hooks (1994), no Ensinando a Transgredir, assim como também Givânia Silva (2016) descreve o que seria a educação escolar quilombola. Apesar da ausência ou a presença repressiva do Estado, as mulheres têm se organizado de várias formas para superar as dificuldades e fortalecerem a resistência.

2.12. Percepção das formas de alianças que mulheres estabelecem em suas comunidades

Além das violências física, psicológica, sexual e patrimonial, existe a simbólica, praticada socialmente, que fere profundamente a auto-estima da mulher. Ela costuma se manifestar através de frases verbalizadas, como conselho aparentemente amigável, a exemplo de: *“Ah, mais tenha paciência, com tempo ele muda! Casamento tem que durar até que morte os separe.”* Ou frases irônicas e indiretas como: *“Por que ela apanha e continua com ele?”* *“Não denuncia porque não quer”* Ou então, se coloca logo a seguinte afirmação: *“se ela apanha e continua com ele é porque gosta de apanhar.”* Se algumas dessas frases são lançadas com o intuito de compreender melhor a situação ou mobilizar a mulher a tomar iniciativas, acaba resultando somente na culpabilização pela violência que a acomete

Dessa forma, comunitariamente, a mulher é julgada e condenada sem direito à resposta. Em relação ao homem agressor, praticamente não se questiona: *“por que ele bateu?”* *“por que não separou ao invés de bater?”*, *“ele não pensou no impacto que causaria na vida dos filhos?”* Em resposta a esses questionamentos, além das autoras Mizuno, Fraid e Cassab (2010) trazerem importantes contribuições, me chamou a atenção a reflexão de Valéria Vilhena (2009), que trouxe na sua dissertação as consequências da construção do ser mulher a partir do masculino. Ela explica que as mulheres nunca concordaram com a agressividade e, a partir do momento que conseguem quebrar o silêncio, elas se sentem mais fortalecidas, ainda que a violência perdure. Penso que elas passam a agir com muito mais impulso a partir da construção de alianças com outras mulheres (ver COLLINS, 1990) e nem sempre elas enxergam a separação como solução dos problemas. Nenhuma mulher entra em relacionamento para ser violentada, o que se quer é uma vida feliz e em harmonia, portanto, é compreensível o desejo de que o marido algoz venha a se tornar o companheiro que um dia ela vislumbrou. Os relatos a seguir

expressam algumas formas de alianças construídas pelas mulheres no enfrentamento à violência.

“A gente tinha uma vizinha, dona Joana, é até uma mulher branca. Mas na ausência da mãe de minha mãe e da mãe de meu pai ela era autoridade. Quando ela ouvia os gritos, ela sempre invadia a casa, era a única pessoa que conseguia intervir, e ele respeitava ela. Quando ela invadia a casa, ela invadia com autoridade como se fosse a mãe dele. Ela chamava ele a razão. Quando dona Joana morreu, ela deixou uma filha e eu considero que dona Madá, ela tinha vários defeitos porque ela era uma mulher branca e racista, mas quando começava o desespero lá em casa, ela não hesitava em colocar a vida dela em defesa da vida da minha mãe.” (Relato oral de Nanã, concedido à autora em abril de 2018)

Nesse caso, o que prevaleceu foi o sentimento de uma comunidade onde a dor de uma é dor da outra e a solução dos conflitos passa por uma relação de respeito e não apenas de imposição. A dona Joana usava a autoridade de uma mãe para socorrer a mãe de Nanã. Tal comportamento contribuiu para a construção de uma amizade sólida e uma relação de confiança que foi passada da mãe para filha. As alianças ancestrais entre as mulheres dessa comunidade são mantidas, mesmo quando quem descende dessas alianças é uma mulher branca reconhecida como racista. Essas alianças contribuem para o encorajamento da mulher no enfrentamento e libertação de uma situação de violência. A partir do momento que a mulher se sente segura, ela assume o compromisso de encorajar as outras a partir da sua experiência. É o que afirma Agostinha Cabocla ao sugerir ações de enfrentamento à violência contra as mulheres.

“... eu mesma já cheguei a conversar com mulheres que sofriram violência em casa. Conteí a minha história e elas ficaram chocadas, elas também passaram a resistir, porque quando conheceram a minha história, passaram a ser conhecedoras que têm histórias que na maioria das vezes são piores. Elas acabam tendo força e começam a acreditar nelas, que também podem superar e dar a volta por cima.” (Relato oral de Agostinha Cabocla, concedido à autora em fevereiro de 2018)

Quanto mais as mulheres participam de atividades formativas e se articulam com outras mulheres mais elas ampliam os conhecimentos sobre os seus direitos e sobre os comportamentos agressivos que até então sofriam, mas não sabiam que eram tipificados como crime. A partir daí se tornam ativistas em defesa das outras as mulheres das comunidades. A afirmação feita por Ceuci sobre uma das comunidades onde ela está inserida confirma a importância da participação nessas atividades: *“essas articulações e*

mobilizações, elas ajudam muito. Tem muitas mulheres que quando vão para essas atividades elas voltam mudadas.” (Relato oral de Ceuci, concedido à autora em abril de 2018). Seja qual for a forma de apoio, eles são muito importantes para as mulheres seguirem se mobilizando mais e mais.

“A minha família foi lá e ficou me apoiando. O pessoal no trabalho também me deu apoio, as pessoas que sabiam. E outra coisa, assim que eu percebi, parece que eu não enxergava o que estava acontecendo comigo, eu acho que tinha que ter uma forma de fazer com que essas mulheres enxergassem porque elas não vão fazer denúncia, eu pelo menos eu não conseguia me ver indo fazer uma denúncia, se não chegasse... se o pessoal não tivesse ido lá, então para me dar aquele apoio... porque parece que a própria mulher ela tá naquela situação como se ela tivesse presa naquela situação e ela não consegue sair sozinha, ela não consegue sair dali” (Relato oral de Oxum, concedido à autora em junho de 2018)

Oxum traz reflexão sobre uma realidade preocupante, que aparece também no relato Nanã e Dandara dos Palmares. Mesmo em comunidades tradicionais, algumas mulheres em situação de violência não conseguem ter a dimensão da gravidade da situação que estão vivenciando. À medida que a situação se torna mais grave e elas começam a perceber, os agressores as convencem pelas declarações de arrependimento e a esperança de que ele vai mudar o comportamento e voltar a ser como era no início da relação sobressai. Dessa forma, a mulher permanece na relação abusiva por muito tempo. Nesses casos, uma intervenção abrupta pode não gerar efeito positivo e quem se envolve pode ser visto pela mulher como promotora de conflito. A melhor saída é criar situações para que a vítima compreenda que a vida que leva não é saudável e, que unida a outras mulheres que lutam contra a violência, é possível buscar estratégias de enfrentamento.

O diálogo com as mulheres de outras comunidades tradicionais me trouxe muitas reflexões e aprendizados. Foi possível observar alguns pontos em comum. Por exemplo, todas as mulheres têm a compreensão de que a forma como a legislação é aplicada não atende as demandas das mulheres de comunidades tradicionais, inclusive, as quilombolas, mas é visível também a necessidade de aprofundamento nos estudos para compreender como a legislação pode nos ajudar a superar ou pode fomentar situação de violência doméstica para que possamos intervir. As alternativas comunitárias são ferramentas importantes no combate à violência doméstica. Todas as falas apontam que a violência doméstica nas comunidades é originada do sistema patriarcal, capitalista e racista, portanto, a violência doméstica está associada a outras forma de violência mais ampla.

CAPÍTULO 3. PROTAGONISMO DAS MARIAS CRIOULAS: PERSPECTIVAS DE EMANCIPAÇÃO EM CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS- PE



Figura 5. Vista panorâmica de parte do território de Conceição das Crioulas- PE

3.1. Lugares de protagonismo histórico de mulheres em Conceição das Crioulas

No Quilombo de Conceição das Crioulas, as histórias de vida das pessoas se misturam com a história do território. Portanto, é muito difícil dissociar uma história da outra e comigo não é diferente e é normal haja semelhança com as pesquisas das quilombolas que participaram das turmas anteriores do MESPT. O Quilombo de Conceição das Crioulas se localiza no II Distrito Salgueiro, sertão central Pernambucano, fazendo parte da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e do bioma caatinga. Como já anunciei na primeira parte, esta é minha comunidade, o lugar que me constitui identitariamente e no qual reconheço a minha ancestralidade.

Segundo registros de memória da população e sistematizada em pesquisas recentes, inclusive de pesquisadoras locais a exemplo de Givânia Silva (2016), Márcia Nascimento (2017) e Diva Rodrigues (2017), a história do território de Conceição das Crioulas, começa a partir do final do séc. XVIII, com a chegada de um grupo de seis mulheres negras à região. As narrativas evidenciam o protagonismo das mulheres desde sua fundação, entre elas destacam-se: Francisca Presidente; Francisca Macário; Romana; Germana, Mendencha Ferreira e Francisca Ferreira (sendo essa última, apontada pelos relatos, como

a responsável pela doação de uma parte do território para a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição). Além das mulheres, um homem chamado Francisco José se faz presente nos relatos. Ele trazia consigo a imagem de Nossa Senhora da Conceição, origem do nome do quilombo Conceição das Crioulas, mencionando a Santa e as mulheres. Ainda segundo o relato dos moradores, com destaque para os mais velhos, depois de muito trabalharem na plantação de algodão, na produção e comercialização de artesanato, tanto dos derivados da planta quanto de outras matérias-primas, pagaram o território e receberam a escritura com 16 selos em 1802, concedida pelo representante da Torre do Tombo de Portugal, chamado José Delgado.

Este também foi o local de encontro com os indígenas que lutavam contra a opressão imposta em diferentes momentos históricos, pela Coroa Portuguesa, pelo Estado brasileiro e/ou pelos fazendeiros. Não há relatos que, até a década de 1990, tenha havido algum tipo de conflito entre os dois segmentos, até porque se tornaram um único povo habitando a região, unidos pelo sangue e pela necessidade de enfrentar os opressores, percepção também descrita por Rodrigues (2017). Os conflitos internos começaram a surgir a partir do final da década de 1990, quando os fazendeiros se sentiram ameaçados a perder as melhores áreas que haviam expropriado do povo quilombola e, com isso, estimularam os conflitos.

Até os dias atuais, as mulheres têm se sobressaído em todas as frentes de luta por melhores condições de vida digna, não só para a população local, mas unidas ao movimento estadual e nacional na luta em defesa dos quilombolas do Brasil. Hoje temos a certeza de que também deixaremos como legado uma história que será transmitida de geração em geração e jamais será esquecida.

Mais de duzentos anos depois da fundação do Quilombo de Conceição das Crioulas, seguimos em luta, honrando o legado que as nossas ancestrais nos deixaram. Como foi o caso de Agostinha Cabocla, que se tornou a guardiã dos documentos oficiais que comprovam as crioulas como verdadeiras donas do território, na luta contra o processo de grilagem, como acontecia nos conflitos armados, como as guerras dos revoltosos e a dos Urias, nas quais, segundo a minha avó, as mulheres estavam sempre apoiando e encorajando os que estavam na linha de frente. Atualmente as mulheres são as principais responsáveis pelo processo organizacional, gestão do território e transmissão de conhecimentos. Se Givania Silva (2016) denominou as formas de trocas de saberes no nosso território como “*educação quilombola*” e, ao ser incorporada aos currículos das

escolas da comunidade, estas práticas foram conceituadas por Márcia Jucilene (2017) como "*pedagogia crioula*".

Nos últimos anos, essa atuação ganhou uma amplitude que se manifesta pela ocupação em várias frentes, tais como a participação nos espaços de decisão política e de definição da aplicabilidade das políticas públicas. Para acessar as políticas públicas governamentais do município, do estado e da esfera nacional, a população quilombola de Conceição das Crioulas se organiza internamente para elencar as demandas e eleger prioridades. O estabelecimento de diálogo com autoridades e participação em conselhos de saúde, educação, promoção da igualdade racial entre outros, são estratégias importantes para alcançar os nossos objetivos.

As Associações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas-AQCC são as personalidades jurídicas cuja função é nos representar coletivamente de modo oficial através dos seus coordenadores, eleitos para um determinado tempo de mandato. A AQCC foi fundada em 2000 diante da necessidade de se ter uma organização jurídica que servisse como ferramenta de luta mais ampla no combate à discriminação racial, bem como de luta pela regularização do território e pela efetivação das demais políticas públicas para o povo quilombola. A seguir apresento parte do estatuto da instituição:

Artigo 1º - A Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, doravante AQCC, fundada em 17 de julho de 2000, é uma associação civil, sem fins lucrativos ou econômicos, com sede e foro no Distrito de Conceição das Crioulas, Município de Salgueiro, Pernambuco, com duração por tempo indeterminado, podendo criar subsedes quando e onde se fizerem necessárias. Tem por finalidade promover o desenvolvimento de Conceição das Crioulas, fortalecendo a organização política, a identidade étnica e cultural e a luta pela causa Quilombola. (Trecho do estatuto da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – AQCC, alterado em março de 2008)

As associações de Trabalhadores e Trabalhadoras já existiam no território e elas foram as primeiras personalidades a comporem a AQCC⁴. À medida que a luta pela

⁴ “A Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, AQCC é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, que tem como missão promover o desenvolvimento de Conceição das Crioulas fortalecendo a organização política, a identidade étnica e cultural, e a luta pela causa quilombola. Tem sua atuação voltada para a formação política do povo quilombola e a busca de direitos dessa população que, historicamente, foram negados, principalmente a regularização dos territórios quilombolas. A AQCC tem se articulado com vários segmentos da sociedade e organizações representativas do povo quilombola. Atualmente sedia a secretaria executiva da Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas de Pernambuco e é proponente em alguns projetos da CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais

regularização do território foi ganhando destaque, as demandas foram aumentando e o pequeno grupo eleito em assembleia já não tinha condições de desenvolver todas as atividades demandadas pela comunidade. A essa altura, muita gente já havia aderido à luta comunitária, então decidimos modificar a modalidade de associativismo. Além das associações, o quadro de sócios passa a ser composto também por pessoas físicas. Nesse contexto, surgiu a ideia de criar as comissões temáticas com o objetivo de envolver o maior número possível de pessoas nas ações demandadas pela comunidade. Elas somam um total de sete comissões: a. Educação, b. Geração de trabalho e renda, c. Juventude, d. Mulheres, e. Patrimônio, f. Saúde e meio ambiente e g. Comunicação. As pessoas escolhem de quais comissões farão parte de acordo com a afinidade que têm pelo tema e o interesse em contribuir para a luta, que é de todos. As atividades de cada comissão são definidas em um grande encontro que ocorre a cada seis meses, quando se elabora um plano de atividades para ser executado em até seis meses. Ao final desse período, um novo encontro é realizado para socializar e avaliar o que foi possível fazer, estabelecendo datas para finalizar as tarefas pendentes, e elencar novas demandas a serem executadas, assim segue a mobilização frenética na comunidade.

Durante esses dezenove anos de existência da AQCC, muitas pessoas da comunidade, de crianças a pessoas idosas aderiram à luta em defesa da causa quilombola e, nesse conjunto, as mulheres são a maioria. Outro fator importante foi a conquistas de muitos aliados externos, que contribuíram com recursos financeiros, humanos e materiais. As conquistas resultantes do empenho e comprometimento de tantas pessoas podem ser observadas em várias situações. a exemplo do fortalecimento da produção artesanal, da produção agroextrativista, do processamento de frutas, do incentivo à criação de pequenos animais e, principalmente, o fortalecimento do já existente empoderamento do povo quilombola, em especial das mulheres crioulas. Até aqui, a determinação das lideranças e o apoio de parceiros tem trazido resultados positivos ao nosso Quilombo. Na medida em que a construção de parcerias foi ganhando visibilidade e se consolidando, outros parceiros

Quilombolas. Além disso, tem desenvolvido diversos projetos nas áreas de geração de renda de forma sustentável; fortalecimento institucional e formação política. Os projetos executados por esta associação têm financiamento de organizações governamentais, não-governamentais e da cooperação internacional. A AQCC nesse sentido é uma organização que tem atualmente grande importância para o movimento quilombola local, estadual e nacional, por se preocupar e buscar o desenvolvimento, objetivando a melhoria da população quilombola.” (Projeto de capacitação para o fortalecimento das organizações do Movimento Quilombola em Pernambuco - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas. março de 2008).

foram se somando à rede em torno da luta de Conceição das Crioulas e se ampliando para outros quilombos em Pernambuco e para outros estados através da CONAQ.

O Movimento de Mulheres Trabalhadora Rurais do Sertão Central, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro, o Centro de Cultura Luiz Freire-CCLF, Centro Solo Trindade são exemplos de parcerias que deram origem a outras, como com a Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Oxfam⁵, Actionaid, Identidades e outras. Antes da AQCC existir, a comunidade já tinha uma articulação sólida com o movimento negro em âmbito nacional, mais especificamente com o Movimento Negro Unificado- MNU. Em 1996 foi criada a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. Na ocasião, Conceição das Crioulas já fazia parte da sua composição. Quatro anos depois foi criada a AQCC e depois a Comissão Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas - CEACQ.

Dados extraídos da AQCC, indicam que, no final da década de 1980, foram fundadas as associações de Produtores e trabalhadores Rurais dentro do território quilombola, porém cada uma tinha a missão de representar juridicamente as comunidades locais e não o território como um todo. Além do mais, seus estatutos não davam conta da questão quilombola, já que foram criados antes do avanço nos debates sobre as questões raciais (SILVA, 2016).

Nesse processo de luta, nem tudo foi só conquista, tivemos, infelizmente, perdas muito significativas. O acidente de carro, que aconteceu em novembro de 2010, vitimou fatalmente quatro importantes lideranças: Rosa Doralina Mendes, Luiza Maria da Silva, Girlene Rosa e Antonio Francisco (conhecido como Cem). O episódio deixou sequelas irreparáveis em várias outras lideranças, entre elas, na artesã Valdeci Maria da Silva Oliveira que ficou paraplégica e até hoje luta incansavelmente pela recuperação de sua saúde e Fabiana Venceslau, que também teve a coluna cervical gravemente comprometida, mas graças ao sucesso cirúrgico conseguiu manter a mobilidade corporal. Vale lembrar que o acidente ocorreu em um contexto de luta e formação política que envolvia as crianças da comunidade. Aquele era o dia em que representantes das comunidades Quilombolas do sertão central se encontrariam para trocar experiência sobre as atividades educativas com as crianças nos territórios quilombolas. Dada a ocasião e as circunstâncias daquela

⁵ A Oxfam Brasil faz parte de uma confederação global que tem como objetivo combater a pobreza, as desigualdades e as injustiças em todo o mundo.

tragédia, foi como tirar o chão dos nossos pés e a força do povo Crioulas ficou completamente abalada.

Com o passar do tempo, fomos retomando as forças para continuar a luta, em honra aos nossos antepassados, às guerreiras e guerreiros que perdemos e pelo bem das atuais e futuras gerações. Nesse processo de fortalecimento, as alianças internas e o apoio dos parceiros externos são fundamentais para a luta continuar firme em defesa da efetivação dos nossos direitos.

Conforme narrativa de Diva Rodrigues (2017), até a década de 1980, os espaços de sociabilidades eram encontros nos roçados, nas taipas de casa, nas festas de casamento, na organização dos novenários etc. A participação nas Comunidades Eclesiais de Base-CEB's marca uma nova fase organizacional, com diferentes forma de lutar por direitos. A partir de então, começam a ser realizadas reuniões pré-agendadas para organizar pautas e discutir sobre as demandas locais. As prioridades são registradas em atas e relatórios a serem transformadas em reivindicações encaminhadas às autoridades. Para este novo modelo de organização, era necessário um espaço com cadeiras, mesas, lápis, folhas ou cadernos para registrar as demandas.

No começo, o local mais acessível era a escola José Néu de Carvalho, mas logo a responsável pela escola (que era externa à comunidade) percebeu quais eram os assuntos tratados nos encontros e proibiu o uso do espaço. A Igreja Católica passou a ser o espaço utilizado, porém a responsável pela escola também era pela igreja e logo tratou de inviabilizar o uso do local para a realização dos encontros comunitários. Assim, as casas das lideranças e as árvores se tornaram os ambientes de encontros e, nessas reuniões, surgiu a ideia de construir a Casa Comunitária Francisca Ferreira-CFF. A partir de então, a casa se tornou o local para a realização de várias ações em defesa dos moradores do território quilombola. Entre as atividades desenvolvidas no espaço, destaca-se: as formações políticas sobre responsabilidades da AQCC através das suas comissões. Esse espaço também, em alguns momentos, é cedido para as escolas desenvolverem atividades educacionais.

Além da Casa Comunitária Francisca Ferreira e da sede da AQCC existem outros espaços de usufruto da comunidade que não estão atrelados ao domínio dos governantes, como é o caso da Casa da Juventude Girlene Rosa, espaço que antes funcionava como

cadeia⁶. Os espaços públicos, por nós compartilhados são: a Escola municipal Quilombola Benvenuto Simão de Oliveira (localizada no Sítio Paula), as escolas municipais quilombolas José Nêu de Carvalho e Professor José Mendes e a Escola Estadual Quilombola Professora Rosa Doralina Mendes (as três últimas localizadas na Vila Centro de Conceição das Crioulas), além da Biblioteca Afro indígena e o Posto de Saúde-Margarida Domingas, também localizados na Vila Centro.

3.2. Constituindo uma equipe de colaboração para a pesquisa

Em 12 de fevereiro de 2018, tive o primeiro encontro formal com o grupo de mulheres que se tornaria a equipe de pesquisa, quando realizei a prestação de contas dos produtos artesanais que havia vendido durante o Tempo Universidade e que subsidiaram a minha permanência em Brasília. Esse grupo é formado por 6 (seis) mulheres, que junto comigo definiram o tema da pesquisa desta dissertação, todas com o desejo de contribuir com enfrentamento à violência doméstica nas comunidades quilombolas. Definimos também coletivamente os passos a serem dados em campo. Os percursos adotados na pesquisa naquele momento já apontavam para uma abordagem qualitativa, com características de pesquisa ação. Decidimos, então, que a princípio seriam realizadas rodas de conversas com um grupo de mulheres para ouvi-las sobre o tema. Foram realizados cinco encontros durante a pesquisa. No primeiro encontro, trinta e seis mulheres da comunidade Conceição das Crioulas participaram. Por ser um tema de difícil exposição, decidimos dialogar, por meio de entrevista semi-estruturada individual, com oito mulheres de Conceição das Crioulas que participaram do encontro. Essas entrevistas se agregaram então a outro conjunto de fontes: as entrevistas realizadas com outras 06 mulheres, minhas colegas do MESPT, que foram mote para o capítulo anterior. Às interlocutoras do meu quilombo, estou chamando de "Marias Crioulas", às quais dediquei um tempo maior para o diálogo.

A participação ativa das seis mulheres na definição do tema e dos passos da pesquisa nos levou a constituir como a equipe que conduziu a pesquisa do começo ao fim e elas passaram ser co-autoras neste trabalho. São elas:

⁶ A cadeia foi uma casa razoavelmente grande, que durante muito tempo foi destinada a moradia dos policiais que ali estavam para a garantia da “ordem” a pedido dos fazendeiros. No início da década de 1980, o policial que morava com sua família foi embora, então uma parte da casa foi destinada ao cartório civil e em dezembro de 2011, foi ocupada pela juventude para desenvolver atividades de formação política.

Figura 6. Valdeci Maria da Silva Oliveira



A sua mãe é Maria Enedina de Jesus foi agricultora, responsável pela criação de porcos, galinhas e produção nos quintais produtivos/munturos, e infelizmente faleceu ainda muito nova. Seu pai é João Virgulino da Silva (curandeiro, benzedor e artesão de peneiras a base de palha de catolé(*Syagrus oleracea*). Entre os doze irmãos e irmãs, Valdeci é a mais velha, sempre trabalhou como agricultora no roçado do pai e em fazendas da região. Se casou com José Francisco de Oliveira e com ele teve três filhas: Jocicleide, Jocilene e Josiclécia. Como ficou órfã muito nova, precisou assumir a responsabilidade de cuidar dos irmãos e irmãs mais novos. Destes, tem uma que se chama Espedita Silva, que mora com ela ainda hoje e a reconhece como mãe. Diante das inúmeras dificuldades, Valdeci desenvolveu habilidades de liderança muito jovem, tanto em defesa da causa quilombola quanto no combate à violência doméstica.

Valdeci, além de Maria Alzira e Maria Diva, foram pioneiras nas formas mais recentes de envolver, fortalecer e articular-se com outros segmentos de combate à violência doméstica, entre eles o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Eu e muitas outras mulheres atribuímos a elas o encorajamento para enfrentar esse desafio. Em 2000, ela começou a produzir artesanato com fibra de caroá e, durante um ano, precisou interromper essa atividade para se dedicar aos cuidados da saúde de Josiclécia (Clecinha), sua filha que mais tarde faleceu vítima de leucemia. Encontrou forças para se erguer novamente no re-envolvimento nas atividades comunitárias, principalmente na produção artesanal. Depois disso, sua atuação foi interrompida por mais duas vezes, quando precisou fazer a cirurgia para retirar um mioma em estágio avançado e depois por ocasião do acidente que limitou a sua mobilidade. Atualmente, mesmo dependendo de uma cadeira de rodas e da vontade de outras pessoas para se locomover, continua firme, incentivando e encorajando as outras mulheres a não desanimar. No entanto, foi através da união com as outras mulheres na produção artesanal que ela se levantou da depressão que lhe consumia e

continua atuando em defesa dos direitos humanos dos homens e mulheres do território quilombola de Conceição das Crioulas.



Figura 7. Roseane Maria Mendes

É minha irmã mais nova, mãe de Dandara Mendes e Dário Mendes. Ela afirma que foi estimulada por mim e pelas outras mulheres a participar da luta comunitária. Atuou no Movimento dos Pequenos agricultores por um

bom tempo, trabalhou como empregada doméstica. Atualmente é ativista da luta quilombola e faz parte da coordenação da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas - AQCC. Representa a comunidade no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e participa das articulações de mulheres na luta contra a violência doméstica através da comissão de mulheres da AQCC.

É filha de Maria da Natividade Mendes, que atualmente é aposentada, mas, quando mais jovem, trabalhava como diarista nos roçados de outras pessoas para colaborar com a renda familiar e também trabalhava nos pequenos roçados próprios, criava pequenos animais (porcos, galinhas, cabras), era extrativista de umbu para o complemento alimentar e para comercializar. O nosso pai é João Francisco Mendes, também trabalhador nos pequenos roçados, mas dedicado principalmente às atividades como diarista nas fazendas e trocador de dia de serviço no roçados de outras pessoas da comunidade.



Figura 8. Márcia Jucilene do Nascimento

Nasceu no sítio Cruzeiro do Sul, próximo ao território hoje reconhecido como território Quilombola de Conceição das Crioulas. É filha da professora Cecília, em quem se inspirou para seguir os estudos. O seu

pai é Tarcísio do Nascimento, líder comunitário ativista da luta quilombola através da AQCC. Márcia é Professora concursada de Língua Portuguesa nas escolas quilombolas de Conceição das Crioulas, ativista do movimento quilombola há mais de vinte anos, principalmente através da comissão de educação da AQCC, instrumento importante de luta pela qualidade da educação quilombola. É colaboradora ativa de muitas ações que trouxeram resultados positivos para o povo quilombola, a exemplo da construção do Projeto Político Pedagógico das escolas do território Quilombola de Conceição das Crioulas. Foi diretora da escola Professor José Mendes e coordenadora geral da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas. É egressa da segunda turma do MESPT e adotou como tema da sua pesquisa a educação escolar quilombola, produzindo a dissertação “*Por uma pedagogia crioula: memória, identidade e resistência no Quilombo de Conceição das Crioulas – PE.*” (MESPT- UnB, 2017)



Figura 9. Fabiana Venceslau

Nasceu no sítio Mulungu, uma das comunidades localizadas no território Quilombola de Conceição das crioulas. Sua mãe é Ana Maria da Silva, trabalhadora dos roçados próximos de casa. Seu pai é

Venceslau José da Silva, que além de trabalhar nos roças, era um dos tocadores da Banda de pífano de Conceição das Crioulas. Fabiana Venceslau tem nove irmãos por parte de pai e mãe, ficou órfã de mãe aos seis anos, foi criada pela irmã mais velha Maria José de quem recebeu estímulos para os estudos com firmeza. Casou-se com Antonio João Mendes e com ele teve três filhos: Guilherme, José Akim e Benjamim. Atualmente mora na Vila do Território de Conceição das Crioulas. É uma mulher jovem e forte liderança comunitária, atuante da causa quilombola através principalmente das comissões de juventude e educação da AQCC. É formada em Letras e atualmente é professora de português na Escola Estadual Quilombola Rosa Doralina Mendes e na Escola Municipal Quilombola Professor José Mendes, no território quilombola de Conceição da Crioulas, atuante na luta contra a violência doméstica e pelas políticas públicas para o território. Fabiana Venceslau também é sobrevivente do acidente acima mencionado que ocorreu em 2010.



Figura 10. Evania Antonia Oliveira Alencar (Evinha)

Sua mãe é Antonia Vitalina, uma trabalhadora na roça, aposentada como trabalhadora rural, é extrativista de fibra de caroá (*Syagrus oleracea*) para produção artesanal. O seu pai é Alberto Simão de Oliveira que é agricultor aposentado. Evania é casada com Tadeu Alencar, com quem teve um filho, Talys. É formada em Geografia, leciona nas escolas quilombolas municipal e estadual professor José Mendes e Rosa Doralina Mendes. Tem

característica de pessoa calma, mas é uma gigante quando o assunto é a luta coletiva do território. Assim como a maioria das mulheres, ela é integrante das comissões de Mulheres, Educação e Geração de trabalho e Renda da AQCC. É uma das grandes mobilizadoras da comunidade para a recepção e mobilização de parcerias para a luta comunitária.



Figura 11. Maria dos Santos Oliveira

Sua mãe é Bernadina Firmiana de Oliveira, uma mulher que utiliza a cerâmica para produzir artesanato, trabalhadora na roça, praticante do extrativismo do umbu, contadora de história e é benzedeira, “meizinheira.” O seu pai é João Antonio de Oliveira também benzedor, trabalhador nos pequenos roçados próprios, trocador de dias de serviços. Maria dos Santos aprendeu bem os

ofícios da mãe e do pai, tornando-se uma das principais produtoras de medicamentos caseiros a partir da extração de partes das plantas naturais do território, atuante na prática

dos quintais produtivos. A arte de associar a produção agrícola, o quintal produtivo, a produção e comercialização do artesanato contribuiu para que ela (com o apoio de seu pai e sua mãe) criassem seus quatro filhos, Victor, de vinte um anos, Maycom, de dezessete, Mateus, de quatorze e Kauã, de doze anos, sem a colaboração dos pais.

Essas mulheres são todas lideranças ativas no território Quilombola de Conceição das Crioulas, mas, mesmo com tantas atribuições, participam ativamente dos processos e etapas da pesquisa, desde a organização das atividades, a sensibilização e mobilização das mulheres. Com exceção da revisão bibliográfica, as mulheres atuaram em todas as atividades envolvendo a pesquisa. Pensamos juntas também com quais mulheres eu estabeleceria o diálogo sobre o tema individualmente, bem como as outras atividades a serem desenvolvidas. O apoio logístico foi dado pela AQCC, que disponibilizou os espaços e equipamentos necessários, tais como computador, impressora e acesso à internet. Além das mulheres acima citadas, tive a colaboração da minha mãe, Maria da Natividade, que fez questão de ficar inteiramente à disposição para que eu não me preocupasse com nada além do meu trabalho de pesquisa. Ela fez tudo que foi necessário e estava ao seu alcance, para que eu me dedicasse exclusivamente aos estudos.



Figura 12. Roda de conversa no Quilombo de Conceição das Crioulas, 2018.

Estar fisicamente distante da comunidade não me impediu de continuar defendendo a luta quilombola, pois o uso da internet e do celular permitiu que eu permanecesse em

diálogo constante com as lideranças, acompanhando os acontecimentos na comunidade. Assim, pude continuar interagindo e dando sugestões nas decisões locais. O meu histórico de luta no movimento quilombola, junto com as demais lideranças da comunidade através da AQCC, foi determinante para a decisão do recorte temático e ações de campo durante a pesquisa.

O trabalho de campo aconteceu tanto presencialmente quanto a distância, ocorrendo de forma mais intensa (e em suas etapas presenciais) nos meses de fevereiro, abril e dezembro de 2018. Esses foram momentos importantes para intensificar os diálogos e gerar sistematizações coletivas sobre o tema da pesquisa. Consegui reunir um grande volume de informações através das visitas, mas muitos diálogos ocorreram também por meio do celular. Nessa modalidade de comunicação, as conversas se deram com com Maria Francisca, Maria Gonzalez, Maria Magá, Maria Margarida Alves e Maria de Benguela. Devo dizer que nesse processo lancei mão do celular do meu marido para conversas em viva voz, utilizando o meu próprio celular para gravar em áudios as nossas conversas, sendo salvas no computador para proceder à transcrição que aconteceria em momentos posteriores.

As rodas de conversas foram realizadas no dia 17 de fevereiro de 2018, no formato de um encontro que reuniu trinta e seis mulheres e três homens. A segunda roda de conversa aconteceu no dia 21 de abril e a terceira em 16 de dezembro de 2018. Os encontros foram realizados na Casa Comunitária Francisca Ferreira e no Centro de Produção Artesanal localizados na Vila Centro do Quilombo de Conceição das Crioulas.

Fazer reuniões parece algo trivial para quem convive em ambientes universitários, mas não é assim que acontece em contextos comunitários tradicionais. Temos que ir experimentando práticas que faça sentido nesses lugares. Mas, em Conceição das Crioulas, desde a década de 1980, a comunidade adquiriu a prática de realizar reuniões para refletir sobre os problemas cotidianos e juntos adotarmos estratégia de enfrentamento. Então, a prática de reunião se tornou costumeira, não existindo dificuldades para reunir um grupo considerável de pessoas da comunidade para dialogar. Assim também aconteceu na mobilização para as Rodas de Conversa. A articulação das participantes foi feita através de convites verbais e por escritos.

As atividades de formação em Conceição geralmente ocorrem durante um dia inteiro ou em mais de um dia. Nesse sentido, se faz necessário viabilizar a alimentação para as pessoas que participam. No caso do encontros relacionados à pesquisa, cada uma

das participantes assumiu a responsabilidade de colaborar com parte dos ingredientes. Eu e minha mãe assumimos a responsabilidade de preparar os alimentos, assim, as mulheres puderam ficar despreocupadas durante os encontros.

No primeiro encontro com um número maior de participante, iniciamos a manhã com a leitura de uma parte do livro, de bell hooks (2000), "*O Feminismo é para todos*". Em seguida, realizei a apresentação do projeto de pesquisa da dissertação e compartilhei os primeiros resultados da pesquisa sobre os métodos adotados para a proteção dos umbuzeiros nas práticas extrativistas desta espécie nativa. Após a apresentação, o tempo foi destinado para questionamentos e sugestões, com intervalo de uma hora para o almoço e retorno das atividades a partir de 14h, com as rodas de conversas. Para nortear o diálogo na primeira Roda de Conversa, elaboramos as seguintes perguntas, que deveriam ser respondidas em grupos de trabalho:

- Já sofreu ou conhece alguém que passa por situação de violência doméstica?
- Quais as estratégias adotadas conjuntamente para combater as violações sofridas pelas mulheres?
- Quais são os impactos da forma como a lei Maria da Penha é aplicada nos casos de violência cometidos contra as mulheres quilombolas?
- Qual seria na sua opinião o método adequado para o Estado adotar no combate à violência doméstica contra as mulheres quilombolas?
- Quais outras sugestões podemos indicar para o combate à violência doméstica em comunidades tradicionais?

Nos dividimos em seis grupos, e cada um foi coordenado por uma componente da equipe de pesquisa. Para não perder o registro dos diálogos foi disponibilizado um celular para gravar as falas em cada equipe, designando uma responsável em cada grupo para fazer os registros que seriam a mim entregues para sistematização e análise. Depois de meia hora de debates em cada grupo, foi o momento de socializar os diálogos no grande grupo. Apesar de cada equipe ter escolhido uma representante para sintetizar o trabalho de grupo, todas estavam inspiradas e fizeram importantes intervenções relacionadas às formas com as quais conseguiram enfrentar e superar as situações de violência doméstica que passaram ou passam.

Durante esse encontro, decidimos que seria importante fazermos Percursos Comentados pelo território. O percurso tinha como objetivo caminhar pelos locais onde as mulheres praticam o extrativismo de umbu e de várias outras matérias primas, que

contribuem para emancipação alimentar e financeira. Os locais onde se praticam o extrativismo representam espaços importantes de sociabilidade das mulheres, são os locais onde elas trocam ideias, socializam suas dores e uma encoraja a outra para superar os problemas individuais que ocorrem em território quilombola. Para essas atividades, contei com a colaboração do meu pai João Francisco Mendes, o meu tio e padrinho de batismo, Andreino Antonio Mendes, além de Maria de Benguela, Maria Gonzalez, Salviana Mendes e Maria de Lourdes (Lourdinha).



Figura 13. Percurso comentado na comunidade (Território do saber)

Sáimos às 6h da manhã do domingo do dia 18 de fevereiro, e caminhamos pelos roçados do Sr. Andreino e de Maria de Benguela. Aproveitamos também para ir até a Pedra do Matame, um dos pontos altos do território, lugar que possibilita uma boa vista do território, principalmente da área que, por muito tempo, tivemos o acesso negado, já que tinha sido tomada pelos fazendeiros. Finalizei as atividades do dia no quintal produtivo de Maria dos Santos. Foi um dia de ricos diálogos sobre as vivências e as atividades desenvolvidas naqueles espaços.

No dia 19 de fevereiro, realizamos visita a uma área chamada Serrote do minador, local que assim como a Pedra do Matame, faz parte de uma das fazendas retomadas em 2014, após desintração pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para que o povo quilombola pudesse voltar a acessá-la e nela desenvolver nossas atividades cotidianas. Já no dia 26 de fevereiro, foi o dia de visitar o quintal produtivo e o roçado de

Lourdinha. Como disse anteriormente, em 2018, retornaria mais duas vezes à comunidade, sendo uma em abril e outra em dezembro, após a conclusão do quarto e do quinto módulos do MESPT.

Foi grande a quantidade de conhecimentos produzidos nas rodas de conversas e nesses percursos comentados dos quais participei, entretanto, percebi que as mulheres ainda permaneciam com muitas dificuldades para expressar os assuntos que envolvem a violência doméstica. Então, resolvi realizar visitas individuais a algumas mulheres, com o intuito de aprofundar o assunto. Nos momentos em que eu não estava conversando com as mulheres, estava transcrevendo os áudios gravados anteriormente ou fazendo a revisão de literatura.

Outra atividade que me trouxe importantes resultados foram os eventos formativos promovidos pelas escolas Professor José Mendes e Professora Rosa Doralina Mendes. No dia 17 de dezembro, ocorreu a apresentação dos trabalhos de conclusão do Ensino Fundamental – TCF, momento em que tive a oportunidade de participar como componente da banca avaliadora. Cada estudante apresentou o resultado da pesquisa que realizou entre o sexto e o nono ano, desenvolvendo um tema local com o qual guardavam afinidade. Os trabalhos tinham como objetivo preparar os alunos para os futuros trabalhos de conclusão de curso superior. Entre os temas por eles abordados me despertaram atenção a história dos vaqueiros, as alternativas de convivência com a seca, o preconceito racial, a sexualidade, a homofobia, a violência contra as mulheres e a liderança das mulheres na luta por políticas públicas.

Em 18 de dezembro, na escola Rosa Doralina Mendes, participei da conclusão do projeto que trazia como tema a importância das plantas nativas como medicina natural. Este trabalho foi desenvolvido pelos (as) alunos e alunas jovens que estudam em tempo integral na escola. A metodologia desse projeto envolveu a participação das pessoas da comunidade que têm conhecimento sobre o uso das plantas medicinais do território. Segundo a professora Cirlene, coordenadora do projeto, os trabalhos foram executados em várias etapas. Primeiro definiram quais pessoas seriam mobilizadas para participar do projeto, junto com os alunos as professoras visitaram as líderes comunitárias: Maria dos Santos e Valdeci Gomes, com o objetivo de sensibilizá-las a transmitir os conhecimentos. A partir da concordância delas, definiram um cronograma de atividades.

Os estudantes, junto com a equipe de professoras, realizaram um percurso comentado pelo território, onde as mulheres orientavam sobre como se deve extrair as

plantas para a produção dos medicamentos. De posse das matérias-primas, todos se reuniram nas residências das “meizinheiras⁷” e, sob orientação delas, produziram juntos uma grande quantidade de medicamentos a serem apresentados durante a culminância do Projeto. A conclusão dos trabalhos ocorreu neste dia e as mulheres quilombolas realizaram palestras, transmitindo conhecimentos importantes sobre o uso das plantas medicinais. As professoras trabalharam para que os alunos compreendessem a importância da manutenção das plantas nativas para o bem da natureza e das futuras gerações do nosso povo no quilombo.

Os alunos e alunas também fizeram suas intervenções sobre os aprendizados adquiridos na execução do projeto. Depois das falas, todas as pessoas presentes foram convidadas a conhecer os medicamentos produzidos junto com a educadora da comunidade Valdeci Gomes, visitando a exposição de medicamentos caseiros e os canteiros no pátio da escola onde estavam as plantas medicinais. Essa atividade mostra como as escolas administradas por pessoas comprometidas com os interesses locais geram resultados positivos. Como sugere Givania (2016), elas procuram associar os conhecimentos através das trocas de saberes por processos de interação entre as escolas e as mulheres detentoras de outros saberes.

⁷ Pessoas que produzem medicamentos caseiro à base de plantas naturais.



Figura 14. Encontro de mulheres em Conceição das Crioulas, 2018.

A última etapa da pesquisa no Tempo Comunidade foi realizada entre os dias 06 e 14 de abril de 2019. Dessa vez contamos com a presença da professora Cristiane Portela, minha orientadora durante toda a pesquisa. Aproveitamos para realizar um encontro de formação sobre a lei Maria da Penha. Por ser um dia de domingo, algumas mulheres não participaram porque a celebração da missa coincidiu com o horário da nossa atividade. O encontro contou com vinte e duas participantes, com um número considerável de pessoas jovens. Depois da acolhida, colocamos o vídeo “*A violência contra a mulher negra no âmbito social*”, (publicado por W4 Produções em 8 de dez de 2016) para estimular uma reflexão sobre a violência contra a mulher negra. Estabelecemos um tempo para que as mulheres expressassem suas compreensões sobre o vídeo. Em seguida, nos dividimos em quatro grupos, cuja finalidade era estudar alguns pontos da lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, analisando sua aplicabilidade em nosso contexto comunitário.

Depois, todos os grupos socializaram as suas impressões, sempre com um olhar voltado para a realidade da comunidade. Foi um momento muito forte do encontro, porque, a partir da leitura e dos diálogos nos grupos, as mulheres voltaram com muita inspiração e

desejo de expor as suas histórias de vida. Relatos sobre situações de violência foram expostos, destacando os passos percorridos para a superação. Geralmente esses são momentos muito emocionantes, porque expressam um misto de dor e alegria ao encontrar umas nas outras o apoio necessário para a superação. Foi um dia de muita troca, aprendizado e inclusão de novas pessoas nas formações sobre temas que nos afetam.

Historicamente os encontros dos mais jovens com as pessoas idosas no território representam a possibilidade de trocas de saberes e, durante a pesquisa, essa prática foi constante e de grande relevância. Boa parte das mulheres com quem dialoguei tem idade acima de sessenta anos, mas os diálogos foram alargados informalmente com outras pessoas mais idosas. São mulheres e homens que se dedicam a contar as histórias que ouviram dos seus antepassados para os mais jovens. Verdadeiras fontes vivas, semelhante aos detentores de sabedoria africanos, descritos por Amadou Hampaté Bá, (2010), corroborado por Conceição Evaristo,(2017), através da frase: “*Eu não nasci rodeada de livros, mas eu nasci rodeada de palavras*”, palavras que representam conhecimentos que só os intelectuais da oralidade podem ter.

Estabeleci, como meta, realizar visitas a algumas dessas pessoas no território no decorrer da pesquisa. Então, ora na companhia do meu pai João Francisco Mendes, ora na companhia do meu cunhado João Emídio e minha irmã Rozeane, ora na companhia dos meus irmãos Francisco, Cícero e meus sobrinhos e sobrinhas, no período de fevereiro de 2018 a abril de 2019, realizamos visitas à Dona Maria de Lourdes, conhecida por todos como Madrinha Lourdes; ao Sr. João Emídio e sua esposa dona Maria do Carmo; ao Sr. João Pedro e sua esposa dona Socorro; à Dona Francisca, conhecida por tia Tica; à tia Marina; ao Sr. Vicente José Ferreira. A última visita foi à Dona Liosa, em abril de 2019 e, naquele momento, ela buscava forças para superar a dor das perdas da filha Maria Aparecida e seu neto Humberto Erik, cruelmente assassinados há vinte dias aproximadamente, na cidade de Salgueiro-PE. O objetivo da visita na verdade era estender a mão amiga, algo que ela sempre fez com todos nós do território. Naquele momento, mesmo em meio a tanta dor, ela se esforçava para contar a história do território quilombola de Conceição das Crioulas como sempre gostou de fazer.

3.3. Experiências e narrativas de Marias Crioulas: relatos orais de mulheres de Conceição das Crioulas sobre violência doméstica

Esta parte do trabalho será dedicada à análise dos discursos das mulheres com as quais dialoguei no decorrer da pesquisa no Quilombo de Conceição das Crioulas. Depois de trazer uma breve apresentação de cada uma das mulheres, suas narrativas serão analisadas, aproximando-as por meio de temáticas. Para garantir o anonimato das mulheres Crioulas, adotei a mesma estratégia criada em relação às mulheres das outras comunidades tradicionais que colaboraram com a pesquisa. Neste caso, procurei associar “Maria”, nome comum a todas as mulheres e parte do nome de outras mulheres negras que deram contribuições importantes na história do Brasil e tiveram o devido reconhecimento.

Maria de Benguela relata a sua história de vida, que foi marcada por muita opressão, acentuada pelo fato de ter ficado órfã de mãe aos cinco anos de idade. Para garantir a alimentação da família, ela e o marido desenvolveram um conjunto de atividades, dentre as quais se destacam: o trabalho na roça, na vazante do açude (pequeno roçado próximo ao reservatório de água onde se planta no período da estiagem), na extração de umbu e cascas, raízes e folhas de plantas nativas utilizadas no tratamento de saúde, nos quintais, munturos⁸ e chiqueiros⁹ produtivos. Atualmente está aposentada, mas segue com as mesmas práticas.

Maria Dandara traz relatos sobre as situações de violência que ela e outras mulheres vivenciam e vivenciaram. É uma liderança que acredita no combate à violência através da educação. É licenciada em letras, leciona nas Escolas Quilombolas Professor José Mendes e Rosa Doralina Mendes, ambas localizadas no território quilombola de Conceição das Crioulas. Maria Carolina é a quarta de oito irmãos e, para garantir o sustento, além do artesanato com fibras de caroá (*neiglaziovia variegata*), trabalhou na roça, na vazante do açude (pequeno roçado próximo a reservatório de água onde se planta no período da estiagem), na extração de umbu e cascas, raízes e folhas de plantas nativas utilizadas no tratamento de saúde. Atualmente, ela é educadora voluntária de artes. Já Maria Gonzalez representa a importância das mulheres na luta em defesa do território através da participação em vários espaços internos e externos ao território. Ela mostra como se organizou para criar os quatro filhos, a partir da utilização sustentável dos

⁸ Local próximo de casa onde são jogados produtos orgânicos.

⁹ Pequenos quintais destinados a criação de cabras, porcos e galinhas.

recursos naturais, coleta de frutas, extração de matéria prima e para a produção artesanal.

No relato de Maria Firmina ela aborda os diversos tipos de violências que sofreu desde a infância e depois de casada, justamente, por aqueles de quem se esperava proteção e companheirismo. Mas também relata muita alegria sobre os apoios que contribuíram para a sua determinação e superação. Já Maria Magá nos traz, como eixo principal na sua fala, a falta de compromisso das autoridades em relação às denúncias feitas pelas mulheres em situação de violência. Maria Garcia relata a história de luta em defesa da causa quilombola através da educação, por meio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Brasil. A fala dela traz importantes reflexões sobre a falta de estrutura para viabilizar a adequada aplicabilidade da lei Maria da Penha. Por fim, Maria Francisca, que nos apresenta um histórico de como superou a violência doméstica e se tornou uma grande lutadora, que encoraja várias outras mulheres a se envolverem na luta comunitária e fortalecer o enfrentamento à violência doméstica.

3.4. Como (e quando) a violência chega? Memórias entrecruzadas de Marias Crioulas

Eu, assim como as outras mulheres de minha comunidade, crescemos ouvindo frases como: *“roupa suja se lava em casa, em briga de marido e mulher não se mete a colher, nada como umas boas chineladas para tirar calundu de menino ruim.”* Por muito tempo, eu concordei com esse pensamento, devido à minha formação forjada no patriarcalismo e machismo. Eu não fazia a reflexão de que estas são expressões que naturalizam e invisibilizam os casos de violências que ocorrem no interior das famílias e impactam intensamente a vida das mulheres e crianças (ver Guerra, 2011). Várias situações contribuem para esse pensamento, uma das principais razões é a ideia romantizada de que a família é o lugar de acolhimento e cuidado, junto às pessoas com quem convivemos cotidianamente. Realmente é o melhor lugar do mundo para se viver. No entanto, em muitas situações, também é o lugar onde impera a cultura da violência praticada contra as mulheres e as crianças, tornando-se, assim, o pior lugar do mundo. Quem conhece as mulheres Crioulas, certamente, percebem quantas energias positivas elas carregam consigo, quanto sorriso, quanta animação e determinação em tudo que se propõem a fazer. Sem uma análise mais profunda é impossível imaginar o que elas vivenciaram de violência desde criança. O comportamento de cada uma mostra que elas

vão de encontro ao que diz as estatísticas, que afirmam que a maioria das pessoas, que sofrem violência quando criança, se tornam adultos agressivos (CHIOQUETTA, 2014).

No diálogo com as mulheres, surgiram lembranças de infância que merecem ser destacadas. Algumas relatam que viveram uma infância carregada de bons acontecimentos, que impulsionaram suas ações até os dias atuais. Outras trazem a memória de muitas dores e injustiças, que se seguiram desde a infância até a vida adulta e lhe causaram graves consequências. Porém, a maioria, por meio dos laços de solidariedade e do companheirismo dos filhos e de outras mulheres que se ajudam mutuamente, não só conseguem superar as situações de violências, mas se tornam grandes lideranças na luta por justiça. Nos relatos a seguir, as mulheres apresentam um pouco do que foram as suas infâncias, evidenciando as contradições que ocorrem no interior das famílias, como o ambiente familiar pode ser acolhedor e violento ao mesmo tempo.

“...a minha vida de criança foi muito fraca, eu com cinco ano nem caminhava, a minha mãe morreu e eu fiquei aí sem amor, sem carinho. O pai pode nem soltar, mas não dar carinho, então eu fui criada sem carinho e sem o calor de mamãe. Aí minhas meninas tão me perguntando aqui, “e não tinha nem lençol?” E vou dizer pra você e pra elas, a gente dormia numa cama de palha de catolé, e o lençol era as mãozinhas que a gente botava dentro das pernas no tempo do frio[...] Com cinco, seis, sete anos, meu pai começou querendo namorar com a minha tia, aí ela pegava e trazia nós aqui para as Areias, aí cuidava de nós.[...], ela ajeitava muito a gente, mas qualquer coisinha a peia caía no espinhaço. [...] De oito ano arriba já tinha que ajudar a cuidar nas coisas, com 10 anos a gente já ia para a roça trabalhar, ali, devagarzinho mais o pai. Depois a gente começou malhar nas fazendas, nós era seis e tinha deles que trabalhava só às custas da comida porque era muito pequeno, mas ele tinha o prazer de levar a gente para a roça mais ele. [...] Quando eu tava maior, já de 15 anos a 16 aí ela adoeceu e não levantou mais, aí eu dizia, agora se minha tia ainda vier me açoitar trancada no quarto eu vou pegar uma “luite”a mais ela. Porque também não era possível eu ficar velha na peia.” (Relato oral de Maria de Benguela, concedido à autora em dezembro de 2018)

A narradora volta à infância e relembra a forma como foi criada, principalmente, a partir dos cinco anos, quando ficou órfã de mãe. Ela caracteriza aquela fase da vida como uma infância muito fraca/difícil. Sua mãe foi a primeira esposa do seu pai e ele era jovem. No início da segunda metade do século XX, a responsabilidade com as crianças, na maioria dos casos recaíam exclusivamente sobre as mães. Os pais não desenvolviam habilidades para cuidar das crianças e, quando ficavam viúvos, continuavam distantes dos filhos e filhas apesar de residirem na mesma casa. Logo se casavam e transferiam a

responsabilidade de cuidar dos filhos para a nova esposa. Nesse caso, o pai se casou com a cunhada, irmã da primeira esposa. A interlocutora é a mais nova de três irmãs e dois irmãos. A violência estrutural, decorrentes da falta de políticas públicas, já causava impactos horríveis à família. A partir dos seis anos, ela passou a sofrer os maus-tratos, praticados pela tia que, durante quase dez anos, adotou uma mistura de cuidado e tortura ao mesmo tempo.

Quando pergunto se já havia conversado com alguém sobre a sua infância, ela responde: *“Não, essas coisa nunca contei para ninguém, mas se a minha tia continuasse me trancando no quarto mais uma vez eu ia luita (entrar em luta corporal) com ela”* (relato de Maria de Benguela). Na atualidade, com toda a legislação que garante proteção à criança, o silêncio ainda dificulta a adoção de medidas de combata as agressões. Naquela época em que a vida de criança praticamente não importava para os adultos, o espancamento era considerado ação educativa, o silêncio era a única saída para as crianças e adolescentes. Para Chioquetta (2014), muitas crianças violentadas se tornam adultos violentos. Felizmente, esta Maria não entrou para a estatística como uma pessoa agressiva.

Maria Firmina também narrou horrores que vivenciou desde criança até chegar à vida adulta. Atualmente, aos sessenta e dois anos, ela está no terceiro casamento. Ela afirma que, de todos esses homens com quem ela conviveu, apenas um dos maridos não a violentou de alguma forma, os outros deixaram o rastro de violência na sua vida. Segundo ela, o pai que tinha a maior obrigação de protegê-la foi o primeiro a praticar o abuso sexual quando ela tinha dez anos de idade, conforme narrativa a seguir:

“...eu era assim a base de 10 anos por aí assim, qualquer coisa ele falava: “Eu num quero você namorando com ninguém! [...] ele me chamava pra ir pra roça né. Aqui acolá,¹⁰ no caminho ele tinha um alisado né, e “oxente eu ficava pensando’ o que é isso, que esse homem fica me alisando, aí depois pegou no meu peito, eu digo “me diga uma coisa, que motivo é esse que o Sr. vai pegar no meu peito?” Ele disse: que “era para eu sentir o gosto da coisa!, eu digo que coisa?” Então ele falava que era ele que tinha plantado a fruta, quem tinha de ser autorizado a comer a fruta era ele. Quando ele me chamava para ir para a roça, eu caçava todo meu de me desviar para não ir. (Relato oral de Maria Firmina concedido à autora em abril de 2018)

O relato é sobre o que ocorreu especificamente com a interlocutora, mas Saffioti (2011) nos leva a entender que os abusos sexuais incestuosos são vivenciados desde a

¹⁰ Referência a algo um pouco distante, “acolá”.

infância por muitas mulheres, independentemente do segmento social ou região. São casos que, por medo e vergonha, ficam no anonimato sem que nada seja feito para coibi-los.

Apesar de serem memórias muito traumáticas, as mulheres enxergaram, nas nossas conversas, a oportunidade para romper o silêncio sobre sentimentos que até então traziam guardados no interior das suas memórias, como fizeram os sobreviventes do holocausto descrito por Michael Pollak (1989). Saffioti (2011) traz, na sua obra intitulada “*Gênero, Patriarcado e violência*”, importantes reflexões sobre os traumas de crianças, que têm o pai como violador, justamente quem naturalmente teria o dever de protegê-las. Algumas crianças que vivem esse tipo de abuso ou se tornam violentas ou não conseguem desenvolver um relacionamento sério por medo do que possa lhe acontecer.

Maria Firmina sempre teve consciência da violência que sofria, ela não recebeu o apoio necessário em casa, mas a solidariedade das outras mulheres da comunidade e o apoio do segundo marido a ajudaram a superar a tristeza que lhe consumia. Para ilustrar seus argumentos, ela retoma a história de violência protagonizada por seu pai ainda quando ela era criança.

“...quando nós já ia lá em cima no serrote, aí eu inventei que ia mijar, aí passei um truque nele e corri. Ele pressentiu que eu corri porque eu não tinha voltado e ele ouviu a atropelada (barulho dos pés correndo). Ele correu atrás de mim e , foi me pegar longe. Falou: “para onde você ia correndo?” Eu digo não, “eu não ia correndo não,” ele falou: “você aí” me deu umas lapadas(açoites), e abufelou(segurou com força) no braço e disse: “você vai”![...] Na terceira vez, ele me chamou pra ir e eu disse não, eu num vou não, me chamaram pra eu ir trabalhar. Ele disse “Quem é seu pai sou eu, quem domina você sou eu, quem manda em você sou eu.” Eu fui, aí quando eu fui subindo no passador (onde se sobe no cercado para entrar no roçado) ele me pegou pelas costas e aqui desceu minha calcinha e aí me arrebtou, aí eu gritava, gritei Lia, por todos os santos do céu e da terra.[...] Mas naquele centro de caatinga mulher..., A gente saía daqui umas três horas da manhã, eu gritava, ele dizia: que era eles mesmo que tavam mandando, chamava pelos finados e tudo “era eles mesmos que tava mandando.” Aí eu me esvai (teve sangramento), cheguei roça, num consegui fazer nada e ele sempre me ajeitando, Aí eu cheguei aqui a pulso. Falei para minha mãe e minha mãe não acreditou. Ela disse: ‘como ele é seu pai e ele tem coragem de fazer isso?’ Digo, “então tá bom minha mãe eu tou falando a verdade pra senhora, mas a senhora tá achando que não é. E eu fiquei, sempre com a tristeza se apoderando de mim”. (Relato oral de Maria Firmina concedido à autora em abril de 2018)

Essa narrativa retrata os momentos de desespero de uma criança com dez anos, indefesa, acuada e apelando a todos os santos para livrá-la daquela situação de

violência, praticada pelo próprio pai, que, sem a menor sensibilidade, usou da posição de homem adulto para lhe estuprar. Naquela época, as crianças e as mulheres eram completamente desprotegidas pelas leis brasileiras. O código penal brasileiro é de 1940 (2017) e no seu artigo 129, parágrafos 9º, estabelecem como crime de violência doméstica apenas lesão corporal, não tipificando crimes sexuais. De qualquer modo, o que poderia fazer uma criança com dez anos em uma situação como essa, quando a própria mãe não acreditou na sua versão? Saffioti (2011) aponta que, em muitos casos semelhantes ao vivenciado por Maria Firmina, as mães tomam partido contra a filha e a favor do marido, porque elas veem a filha como concorrente na relação amorosa com seu esposo. A autora atribui essa ideologia à teoria de Freud, que dissemina que a menina fantasia uma paixão por pelo pai. Essa ideologia influencia as mães e a sociedade a não acreditarem nos relatos das crianças sobre os abusos sexuais incestuosos. Nesse caso, entretanto, me parece que prevaleceu a crença de que seria impossível um pai praticar um ato dessa natureza, o que está associado as próprias características da sociedade patriarcal, em que o poder do homem é considerado soberano e inquestionável.

Maria Francisca também relata as experiências de violência que viveu. As modalidades são diferentes, mas não deixam de ser violentas. Ela não traz em seu relato, histórico de abuso sexual, mas se refere à outras formas de violências vivenciadas no seu matrimônio como uma continuidade do que acontecia na sua adolescência e juventude antes de se casar.

“...eu vivi isso dentro de casa com meu pai por quem eu fui educada. Eu tenho o maior respeito por ele e tudo, mas a gente tinha que obedecer quando era moça, estava dentro de casa e tinha que obedecer ao pai, vestir do jeito que o pai quisesse, ia para festa onde o pai quisesse. E aí eu tinha que também ser mulher obediente.” (Relato oral de Maria Francisca concedido à autora em novembro de 2018)

O que Maria Francisca aponta como violência na infância está relacionado ao modelos de educação patriarcal que ensina a mulher desde criança a ser subserviente ao pai e aos irmãos e assim aprende também a ser obediente ao marido. A fala de Maria Francisca nos alerta para os efeitos da educação patriarcal sexista que as nossas famílias recebiam e nos transmitiam. Nesses processos, ao tempo que internalizamos as ideias machistas, somos as principais vítimas dessa violência naturalizada. Felizmente, o feminismo levantou a voz em desacordo a essa cultura extremamente prejudicial às mulheres. Bell Hooks (2000), na sua obra o *“Feminismo é para todos”*, alerta para a

necessidade de homens e mulheres abandonarem os pensamentos sexistas para que possamos chegar a uma sociedade mais justa em que o respeito seja a base para a convivência harmoniosa entre homens e mulheres. Maria Francisca afirma que, apesar do amor e respeito que tem pelo pai, a submissão vem desde a infância.

“O meu pai dizia que a mulher enquanto está em casa, está no domínio do pai, saindo vai para o domínio do marido. Eu vivi muito isso, primeiro eu era apaixonada e não sentia os tipos de violências. [...]Ele sempre com aquele domínio, com aquele jeito de intimidar mesmo. [...] uma vez no meio da rua ele rasgou a minha roupa e eu cheguei na casa da mãe dele, seminua. Ele rasgou a minha roupa porque eu vi ele com outra mulher e reclamei. Outra vez ele chegou bêbado em casa e queria me bater, eu fiquei tentando me defender com a minha filha caçula, para qualquer lado que ele ia eu botava a menina porque eu imaginava que ele não ia bater na menina. Ele queria bater em mim, como não conseguiu, ele torceu o meu braço, torceu, torceu, torceu e eu caí no chão com o braço já quebrado. Passei a noite engolindo o choro, engolindo a dor, no outro dia fui para o hospital dizer ao médico que eu tinha caído e quebrado o braço.” (Relato oral de Maria Francisca, concedido à autora em novembro de 2018)

A fala acima evidencia como a violência de gênero, fruto da herança cultural patriarcal, é naturalizada e afeta as mulheres desde a infância, com os atos cometidos pelo pai, o que continua depois de adultas, sendo vítimas dos companheiros. Essa realidade reforça a afirmação feita por Bandeira (2017) de que as crianças aprendem a naturalizar a opressão, a partir da forma como são tratadas pelo pai. As meninas aprendem que devem ser submissas e os meninos aprendem a ser autoritários com as mulheres, ciclo que vem se repetindo historicamente. A narrativa seguinte, de Maria Magá, mostra que o crime de violência sexual não é algo que ficou no passado. Assim como no passado, o crime praticado por homens conhecidos ou desconhecidos, parentes próximos ou mais distantes, continua acontecendo e se fazem necessárias providências no sentido de combater a "cultura do estupro", que deixa marcas profundas em suas vítimas.

“A partir dos meus doze, treze anos, comecei a vir para Salgueiro, trabalhar em casa de família. Nesse período aí comecei a participar das atividades da igreja, das CEB's, dos encontros de jovens[...] Mas eu também gostava muito de festa, gostava de turmas de cachaaças,[...] eu comecei a beber e passar por algumas situações que eu tenho certeza que se eu não tivesse envolvida com álcool eu teria me livrado de muita coisa. [...] Por várias vezes eu fui vítima de abusos sexuais, a que mais me doeu e que me levou a tomar uma atitude mais acertada, foi quando eu fui vítima do meu primo. De certa forma acabou dividindo a família. Os parentes que eu pensei que estavam do meu lado me dando apoio; uma

boa parte por serem parentes dele acabaram me virando as costas. Pessoas que eu jamais imaginaria que tomaria a iniciativa de defender ele, acabaram defendendo. Isso tem me afetado muito no meu dia a dia. Eu acabo me isolando de todos, da família e da sociedade. Momentos em que eu gostava de estar presente, participando onde eu sentia que estava ajudando na luta coletiva, hoje na minha cabeça todo mundo tá me julgando de alguma forma.” (Relato oral de Maria Magá, concedido à autora em novembro de 2018)

É fácil imaginarmos a dificuldade das mulheres para falarem sobre as situações de violências a que estão submetidas. Ao mesmo tempo que existem os laços de solidariedade em contextos comunitários tradicionais, também são muitos os fatores que levam mulheres a silenciar os processos de violência vividos. Um deles é justamente o julgamento social que nem sempre se manifesta com palavras. Determinadas atitudes comuns em contextos comunitários tiram da mulher a possibilidade de se expressar e fazem com que ela se sinta culpada pela violência que sofre. O relato acima, reforça a descrição de Mizuno, Fraid e Cassab (2010) sobre o sentimento da maioria das mulheres em situação de violência. Quando conversei com interlocutora, ela havia sido estuprada novamente há poucos dias, portanto, foi um diálogo carregado de fortes emoções tanto para ela quanto para mim, porque além de ser um assunto que nos afeta diretamente, se trata da minha irmã e eu acompanhei de perto parte da sua história de vida.

As violências vivenciadas pelas mulheres vêm de longe. Quando crianças foram agredidas pelos adultos, influenciados pela cultura patriarcal. Nesse contexto de violência, incluem-se pai, mãe, irmãos mais velhos e até as avós e avôs. Para muitas mulheres a violência causada pelos companheiros é continuidade de uma condição que ela já vivenciava antes de se casar. A seguir o relato de Maria de Benguela sobre os maus tratos promovidos pelo seu esposo:

“Ele era um ciúme azedo, tinha dias que ele saía pra roça e quando voltava perguntava: “quem pisou aqui?” E eu dizia: “Você sabe quem pisou aí.” Era desse jeito, porque ele bebia muito, ainda hoje ele bebe, eu não sei se é por causa do ciúme. Ele é um ciúme azedo, toda vida ele teve esse ciúme, desde o tempo que eu casei. Ainda hoje, eu já sou velha e ele vive azedo com o ciúme dele.[...] um dia ele me pegou e queria me largar numa fomalha de fogo.” (Relato oral de Maria de Benguela, concedido à autora em dezembro de 2018)

Nos diálogos iniciais, Maria de Benguela evitou ao máximo falar sobre as situações de violência que já vivenciou. Durante as rodas de conversas, as falas dela me deixavam muito intrigada, pois apresentava indícios de que ela queria justificar o comportamento dos

agressores. Durante os percursos comentados, as nossas conversas sempre giravam em torno da relação que ela tem com os elementos da natureza para o sustento para a família. Quando se tratava de situações de violência, ela não conseguia falar. Quando retomei o contato para tirar uma pequena dúvida, ela resolveu relatar o histórico de violência pelo qual passou desde criança até os dias atuais. Depois de ouvi-la cheguei à conclusão que sabia muito pouco sobre ela. Entendi que a resistência em externar os sentimentos é na verdade uma estratégia de defesa para não expor a vida íntima (ver MIZUNO, FRAID E CASSAB, 2010 e SAFFIOTI, 2011). É como se não falar pudesse fazer com que aquilo que é vivido permanecesse ao menos suportável, já que fica sendo algo do âmbito privado e não público.

Maria Dandara relatou que já não sofre mais violência física, mas fica evidente a violência psicológica que ela passa por ser uma das mulheres que resolveu romper com a ideia de que a mulher tem a função exclusiva de cuidar dos filhos e da casa, enquanto o marido passa meses fora de casa.

“Hoje meu marido não me bate, eu não sofro mais violência física, mas até hoje ele diz que não queria que eu estudasse, não queria que eu trabalhasse, queria que eu ficasse em casa cuidando de meus filhos e da casa. Só era para sair com ele, quando ele chegasse.” (Relato oral de Maria Dandara concedido à autora em fevereiro de 2018)

Em vários momentos do nosso diálogo, Maria Dandara aponta que perder o casamento poderá ser o preço a pagar por transgredir as ordens do marido.

“... hoje eu sou uma mulher livre, acho que essa liberdade pode inclusive custar o fim do meu casamento, porque os homens eles nunca vão deixar de ser machistas. eles vão continuar sendo machistas e para eles uma mulher livre significa uma ameaça, sei lá, eles preferem não tê-la do que viver com elas desse jeito.” (Relato oral de Maria Dandara concedido à autora em fevereiro de 2018)

No momento dessa fala até parecia que ela estava se culpando pelo risco de perder o casamento, seus gestos me levaram a perguntar: *“E se isso acontecer, você vai se sentir culpada?”* Ela prontamente respondeu: *“Sinto culpa nenhuma, quem tem que sentir é ele por achar que o mundo ainda é dessa forma, eu não.”* Já Maria Magá, vítima de estupro por parte de seu primo, conta da revolta que sente ao pensar que, até o momento da nossa conversa, o agressor se encontrava impune em relação ao crime que cometeu, enquanto que ela teve que sair da comunidade e se ausentar de grande parte das atividades

comunitárias que participava.

“Eu fui violentada sexualmente por meu primo há praticamente dois anos atrás, foi no mês de março do ano passado e ainda hoje eu sofro graves consequências. [...] em resumo, não consigo visualizar muita coisa boa na minha vida além do envolvimento com os movimentos sociais, pelo fato de ter conhecido várias pessoas, Por onde passei e contribuí, e que me fez crescer socialmente. A vida é uma caixinha de surpresa, hoje a gente tá por cima e no outro dia a gente se vê como se não fosse nada para outras pessoas, como se bem-estar da gente não fizesse muita diferença.” (Relato oral de Maria Magá, concedido à autora em novembro de 2018)

Essa parte do relato explicita a mágoa que ela traz em relação ao acontecido, mas, quando ela faz referência à participação nos movimentos sociais e ao seu bem-estar, fica evidente também que há um sentimento de quem esperava um envolvimento maior do movimento, do qual faz parte, em relação ao ocorrido. Nesse ponto, aparecem as contradições que ocorrem no interior do movimento quilombola. Muitas mulheres afirmam que, a partir da atuação nas lutas comunitárias, se sentem fortalecidas para enfrentar os problemas de âmbito doméstico. Mas até que ponto os movimentos em que as mulheres estão inseridas são na prática seus aliados na resolução de casos mais graves. A narrativa de Maria Magá nos convida a uma reflexão sobre a importância que coletivamente damos às pessoas que se entregam à luta social. Lélia Gonzalez (2011) e Sueli Carneiro (2003) fizeram críticas contundentes ao Movimento Feminista sobre a sua posição em relação às questões raciais. Nós, mulheres quilombolas, fazemos a crítica aos movimentos urbanos sobre as intervenções que impactam a vida nos nossos territórios. Mas é hora de chamar a atenção no interior do nosso próprio campo de atuação e de pertencimento. Que tipo de respeito nós, enquanto coletivo, temos com a gente enquanto pessoas que lutamos para nos manter vivas e pelo bem da nossa comunidade? O que o Movimento está fazendo em defesa das lideranças, principalmente, das femininas? Que tipo de proteção é dedicada às defensoras e defensores dos direitos humanos?

3.5. Ainda esperando uma Lei... histórias como experiências herdadas desde quando a dor da outra dói em mim

Além da sua história de vida, Maria Dandara lembrou de uma conversa que teve sobre violência doméstica com uma senhora de oitenta anos, que relatou para ela o quanto sofreu com as agressões promovidas pelo esposo.

...uma vez que conversei com uma velhinha no carro da feira e ela entrou nessa questão, ela tem uns 80 anos idade, ela falava que sofria muita violência do marido dela, que ela sofreu muito, muito, muito nas mãos dele[...] Além das violências físicas, ele humilhava ela de todas as formas, inclusive falando na questão da casa que se ela separar-se dele não ia ter onde morar. (Relato oral de Maria Dandara, concedido à autora em fevereiro de 2018)

Até a lei 11.340/2006, muitos comportamentos que hoje são considerados crimes eram tidos como algo normal, culturalmente comuns aos papéis de gênero. O homem era o chefe da família e tinha o poder de oprimir "para impor limite" a toda família, a mulher era tratada como coisa, já ele tinha todo apoio social e não sofria nenhum tipo de punição por parte do Estado, a não ser que as agressões fossem extremamente graves. Givânia relata que uma vez recebeu, em sua casa, a esposa de um dos primos, toda ensanguentada em decorrência das agressões físicas praticadas pelo marido. Ela afirma que foi a única vez que presenciou de perto uma cena de violência física contra mulher:

“... eu vim me aproximar da violência doméstica, assim mas já foi muito distante, para eu ver na minha família já foi muito muito próximo, isso deve ter aí talvez uns 15 anos só, que eu vi a mulher do meu primo chegar na minha casa toda espancada, ensanguentada e aquela confusão lá em casa...” (Relato oral de Maria Garcia concedido à autora em novembro de 2018)

Segundo ela, o caso era revoltante e, por conhecer de perto tanto a mulher quanto o marido, que era seu primo, a situação lhe deixou mais indignada ainda. Nesse caso, a família se reuniu para definir e adotar medidas para que casos desse tipo não se repetissem. Maria Francisca também relata a experiência de outra mulher que, por muitos anos, foi gravemente violentada pelo esposo. Ele chegava em casa embriagado, espancando e quebrando tudo, então ela se via obrigada a sair correndo tarde da noite com as crianças para a casa de outras pessoas, tentando se livrar das agressões:

“uma mulher que foi brutalmente violentada, sofreu tudo no tempo dela mais jovem. Ela não saía para participar dos eventos. Hoje ela participa comigo dos trabalhos, participa das reuniões da Comunidade. Ela não consegue se expressar diante do sofrimento, mas ela fala uma palavrinha e essa palavrinha que ela fala, eu tenho certeza que compensa porque ela sofreu para falar. Porque todo mundo na comunidade sabe o tanto que ela é uma mulher sofrida.” (Relato oral de Maria Francisca concedido à autora em novembro de 2018)

Ao trazer esse relato, Maria Francisca expressa um misto de revolta por tudo que essa mulher já viveu e de orgulho porque hoje ela está conseguindo participar das atividades comunitárias. Muitas mulheres afirmam que atribuem a superação da violência aos incentivos de Maria Francisca. No entanto, Maria Magá afirma que, mesmo com o apoio e aliança entre as mulheres, ela se sente socialmente julgada por ter denunciado o homem que a estuprou. Mesmo que as palavras não falem, os olhares, e gestos de alguns membros do território, principalmente por parte de alguns parentes próximos são de acusação e não de apoio de modo que ela se viu na obrigação de sair da comunidade.

“...na minha cabeça é como se todo mundo tivesse me apontando o dedo, me julgando de alguma forma. [...] eu não consegui estar no próprio local onde eu nasci, cresci onde e fiz tudo na minha vida. É como se eu estivesse inventando, É como se eu estivesse mentindo e o caso nunca tivesse acontecido. Eu não sei se é coisa da minha cabeça, ou se realmente acontece. Mas é como se todo mundo ou a maioria da população local me olhasse de forma atravessado como se eu fosse a errada e ele, o santinho da história.” (Relato oral de Maria Magá concedido à autora em novembro de 2018)

Apesar das lideranças femininas apontarem a ação de Maria Magá como um relevante serviço prestado à comunidade ao denunciar um caso tão grave, que poderia acontecer com qualquer uma de nós, a qualquer momento, Maria Magá sente-se socialmente julgada. A violência simbólica praticada silenciosamente por parte de algumas pessoas da comunidade foi tão forte que, mesmo ela fazendo parte de uma rede de apoio, não conseguiu permanecer no território. A sua auto-estima no momento da nossa conversa estava bastante comprometida. Para Bandeira (2017), esse comportamento que banaliza situações tão graves de violência está estruturado e normalizado pelo sistema patriarcal machista e hegemônico, conforme aponta também o Instituto de Segurança do Rio de Janeiro, através do Dossiê Mulher (2018).

No Brasil a questão da violência sexual ainda se trata de tema obscurecido socialmente, pois, em geral, termina envolvendo exposição e julgamento moral das vítimas, o que contribui para que esses crimes sejam ainda pouco denunciados. Há entraves de diversas naturezas que tornam esse tipo de violência difícil de ser denunciado por suas vítimas. Portanto, fatores como vergonha, medo de ser desacreditada e o sentimento de humilhação são muito comuns para que isso ocorra. (Dossiê Mulher 2018)

É importante destacar que, no caso das mulheres quilombolas, o componente do racismo acentua mais ainda as violações. Tanto a narrativa acima quanto às informações

do Dossiê Mulher reforçam o ponto de vista de Maria Garcia em relação ao posicionamento das mulheres sobre a decisão de denunciar oficialmente ou não. Ela faz críticas tanto sociedade quanto ao Estado em relação às condições para a aplicabilidade da lei Maria da Penha, lembrando que essa é uma política pública importante e que não podemos colocá-la em risco.

“...eu não concordo com as pessoas falarem: “fulana agora criou coragem.” Eu não acho que seja falta de coragem, acho que é falta de condição psicológica sobretudo, então, eu combato ferrenhamente essa ideia de: “ah, fulana agora criou coragem, tomou vergonha e denunciou”, acho que não é nada disso. Acho que adquiriu condições psicológicas. Acho que a gente tem que mudar esse discurso, porque ninguém sofre violência e permanece nela por que é medroso, porque é fraca, ou porque gosta. É porque tem determinados tipos de dependência que a pessoa não se livrou, não conseguiu romper. Acho que essa é uma questão que a gente precisa aprofundar mais. O problema não é a lei, se a gente disser isso, a gente tá colocando isso de forma muito errada,[...] O estado ele não oferece estrutura para a política pública funcionar. O que acontece com as mulheres depois que elas saem? depois que o marido é denunciado, entendeu?” (Relato oral de Maria Garcia, concedido à autora em novembro de 2018)

A narrativa de Maria Garcia explica as razões que levam ao descompasso entre os registros de denúncia e a realidade também evidenciada no Dossiê Mulher 2018. As narrativas apontam que as mulheres tem conhecimento da existência de uma legislação protetiva, principalmente, da lei Maria da Penha e que ela é fruto de muita luta. Percebo que algumas mulheres têm consciência de muitos comportamentos que colocam a mulher em situação de constrangimento e que estes podem ser reconhecidos como crime a partir da sua aprovação. Entretanto, entre as mulheres que não estão diretamente engajadas nas lutas dos movimentos sociais, fica nítido que no geral se conhece pouco o conteúdo das leis, e isso dificulta o entendimento de como recorrer a elas. Portanto, muitas críticas direcionadas às leis (desta forma genérica) são decorrentes algumas vezes do despreparo dos profissionais, outras vezes do desconhecimento de como fazer uso delas. Como é impossível que toda a sociedade, todas as mulheres participem da elaboração das leis, é necessário que haja investimento por parte do Estado brasileiro, para que seja feita a adequada aplicabilidade, inclusive com formações para que seja ampliado o conhecimento por parte da população.

“É importante dizer que a lei existe porque alguém lutou para que ela existisse e esses alguém foram mulheres. Mas eu acredito que nenhuma lei ela seja capaz de corrigir a conduta das pessoas. Eu não acredito que a punição ela seja capaz de corrigir a conduta de nenhuma pessoa. Eu sei que a punição ela existe no sentido de que, se o homem agride, se o homem bate, se ele espanca, se esse homem mata, ele deve sofrer alguma punição por isso. Mas não acho que é a cadeia que corrija e nem acho que a lei da forma que é aplicada soluciona. Eu acho que a lei ela ajuda em parte, ajuda no sentido de que é mais um instrumento para nós mulheres utilizarmos. Mas ainda há falha na questão de quem recebe a denúncia, da seriedade de quem recebe. Às vezes são pessoas despreparadas e aí nós passamos a ser motivo de “chacota” ao invés de sermos vistas como vítimas.” (Relato oral de Maria Dandara concedido à autora em fevereiro de 2018).

As observações de Maria Dandara representam o sentimento de todas as mulheres quilombolas que, ao irem a uma delegacia fazer uma denúncia, se deparam com um atendimento completamente constrangedor, que faz com elas desistam e não retornem mais. Postura classificada por Merlino (2017) como racismo institucional, situação que segundo Campos (2017) é potencializada pela baixa escolaridade das vítimas. Para a Quilombola Maria Gonzalez, é necessário que um conjunto de ações sejam implementadas para que a lei dê os resultados satisfatórios.

“...simplesmente a lei, ela não tem acompanhamento, porque a mulher vai e presta queixa, ela ainda sofrer mais, correndo o risco[...] eu acho que o Estado não dar o acompanhamento nenhum para essas mulheres, que sofrem. Eu acho que ainda tá faltando muita coisa, para as mulheres ou qualquer pessoa que sofre violência[...] aonde você vai prestar queixa eles não lhe recebem bem. “Vai pra casa e fique calada, cale sua boca”, eu acho que falta muita coisa para ela funcionar de verdade.” (Relato oral de com Maria Gonzalez, concedida à autora em 21 do outubro de 2018)

Maria Gonzalez afirma que a forma como as mulheres quilombolas são atendidas, e a falta de um acompanhamento à mulher são incentivos para elas se calarem e por isso ainda falta muito para a lei funcionar. Essa afirmação é corroborada pela narrativa de Maria Magá a seguir.

“Na verdade as mulheres raramente prestam queixa, elas são submetidas a violências de tal forma que são obrigadas a ficar em silêncio, são obrigadas a se calar. Quando uma louca vai lá e diz o que aconteceu e presta queixa, registro um B.O, ela é tida como a louca, Infelizmente eu senti isso na pele. [...] eu falo por conhecimento de causa, pelo que eu passei, eu acho que a minha vivência de certa forma é um reflexo do que acontece nos demais casos. Nós não temos no município uma delegacia especializada para atender às mulheres de acordo com a lei Maria da

Penha. O que há é um atendimento em um departamento de polícia, onde só tem homens atendendo. Eu me senti violentada ao registrar a queixa sobre o caso de violência que sofri, os olhares são intimidadores e no meu caso foi pior ainda porque eu fui com meu esposo. Nesse período estava acontecendo no município um atendimento que o primeiro contato era só com homens aí na sequência eles encaminhavam para um departamento com mulheres.” (Relato oral de Maria Magá, concedido à autora em novembro de 2018)

Relatos como o de Maria Magá tem que servir como base para o estado brasileiro e para a sociedade como um todo repensar as formas de combate à violência contra as mulheres. Não é possível calar-se diante de tanta injustiça. Uma estrutura em que os policiais homens é quem fazem a triagem para decidirem se a mulheres em situação de violência deve ou ser encaminhada o setor responsável para tratar o caso representa um modelo que não tem como funcionar em benefício das mulheres.

O sentimento de Maria Francisca, conforme o relato a seguir, em relação aos impactos da aplicabilidade da lei Maria da Penha, era de preocupação. Ela fez um comparativo do presente com o passado e relatou a situação de silenciamento em que as mulheres viviam frente às opressões que lhes vitimaram. Ela enfatizou a importância das leis, mas evidencia a sensação de que mais mulheres morrem atualmente. Os homens matam ao se sentirem ameaçados pela possibilidade de perder o controle sobre o corpo de mulher ou simplesmente para mostrar que o poder é deles. Devido à quantidade de mortes que passaram a ser divulgadas, ela diz que tem dúvida se com a lei Maria da Penha as situações de violências diminuiriam ou aumentaram. Nesse contexto é preciso ponderar que, se atualmente poucas mulheres procuram as instituições com o objetivo de denunciar, no passado essa prática era inexistente e não havia, portanto, notificações. Quando fazemos uma escuta qualificada às mulheres idosas, percebemos que muitas morriam em decorrência das violências que sofriam. Portanto, a crítica tem que ser feita, mas, com cuidado, para não colocarmos em risco essa importante conquista, que é a Lei Maria da Penha.

“Antes não havia nenhuma lei que protegesse, então, a mulher tinha que ficar calada mesmo. Hoje a mulher fala e o homem não aguenta, se a mulher disser: “agora eu quero separar” os homens não aguentam. Hoje é namoro, é casamento que a mulher viu que não quer sofrer mais, o marido não aguenta uma separação e termina matando. Então eu não sei se a Lei Maria da Penha resolve ou piora essa situação. Agora com a Lei Maria da Penha a gente está garantida, a gente está acobertada. Por um lado a gente tem essa força, se eu decidir que quero

me separar. Mas o número de mulher que morre hoje é muito alto. Antes, mesmo a mulher não querendo, era obrigada pelo marido, era obrigada pela família, tinha que viver com ele. Então, hoje como a mulher tem esse direito de dizer assim: “eu tenho também o domínio de mim, do meu corpo.” Então hoje as mulheres morrem muito mais. As mulheres têm força de vontade de falar mas elas não têm garantia de vida.” (Relato oral de Maria Francisca, a concedido à autora em novembro de 2018)

As colocações de Maria Francisca não se fundamentam somente nos tristes episódios que assistimos diariamente nas notícias televisivas, mas também nos casos ocorridos com mulheres no território quilombola, a exemplo de Maria do Socorro executada com doze tiros, dentro da própria casa, em 27 de novembro de 2015; de Maria Aparecida e Humberto Erik, mãe e filho, encontrados mortos em 25 de março de 2019, no interior da sua residência na cidade de Salgueiro-PE.

As vítimas em questão têm características afrontosas para uma sociedade extremamente machista, homofóbica e preconceituosa. Maria do Socorro foi a primeira mulher negra da região a assumir a lesbiandade, portanto, assassinada por ser mulher e lésbica; Maria Aparecida, mulher de fenótipo negro, com destaque na luta pela sua própria autonomia, a partir dos seus estudos, e atuante na causa indígena; seu filho Humberto Erik de dezoito anos, jovem assumidamente índio e quilombola, estudante e integrante dos grupos de jovens indígenas. Foram pessoas assassinadas com requintes de crueldade.

Pesquisadoras(res) e instituições têm alertado para o alto índice de violência, especialmente, contra mulheres negras. Dados da CONAQ e Terra de Direito¹¹ (2018), no livro “Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil”, e dados do livro “Femicídio:#Invisibilidademata”, publicado pelo Instituto Patrícia Galvão em 2017, evidenciam as graves atrocidades cometidas contra o povo quilombola. Os livros trazem em seus conteúdos a descrição das taxas de feminicídio ocorridos nos últimos anos, apesar da legislação atual, sentimento compartilhado também por Diva Muniz (2017) no livro “Mulheres e violências: interseccionalidades”, ao afirmar que:

Permanece um macabro quantitativo de mulheres assassinadas, representadas e reduzidas a meros números das frias estatísticas, a impessoais ocorrências policiais, a oportunas matérias sensacionalistas da mídia, cujas vidas foram covarde, precoce e barbaramente interrompidas. São centenas de mulheres estupradas, torturadas, mortas, enterradas, carbonizadas, esquartejadas; são centenas de mulheres vítimas da cultura machista, cujas existências serão em pouco tempo

¹¹ É uma organização de Direitos Humanos que atua na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais.

apagadas da memória social; serão lembradas e pranteadas apenas por seus familiares, pelas “Clarices” do Brasil. Como não indignar-se e não solidarizar-se com uma “dor assim tão pungente? (MUNIZ , 2017: p. 42)”.

Como afirma Campos (2017), a baixa escolaridade das vítimas pode ser um fator que contribui para a deficiente aplicabilidade das leis que garantiriam a segurança. Não é prática da sociedade em geral acompanhar a formulação das leis, assim como também, não é comum que elas sejam estudadas no dia a dia, nem nas escolas, nem fora delas. Então ficamos à mercê de quem tem o poder de interpretar e colocá-las em prática, independentemente de estar preparado ou não. Um número significativo das mulheres com quem dialoguei tem nível superior de ensino, o que significa que, mesmo nos casos em que as mulheres são escolarizadas, os conteúdos da legislação não são acessíveis. A falta de conhecimento sobre o conteúdo das leis atinge todas as mulheres que não fizeram a escolha ou não tiveram a oportunidade de ingressar nos cursos de direito. Nesse sentido, ficamos com dificuldade de nos contrapor de forma qualificada aos operadores da lei. Maria Garcia expressa bem esse sentimento:

“ As pessoas sabem da lei Maria da Penha, mas a gente não sabe efetivamente o conteúdo da lei. Pelo menos nós ali em Conceição nunca tivemos um processo mais estruturado de estudos sobre a lei Maria da Penha, vamos pôr o pé no chão. “É o que a televisão disse, é o que o rádio disse.” A gente está associando muito a lei Maria da Penha a prisões e às vezes a gente quer que o companheiro seja punido, mas não quer que ele seja preso. [...] A lei Maria da Penha é uma política pública e toda a política precisa de equipamentos suficiente para funcionar adequadamente, mas você vai à delegacia e encontra aquele bando de homens machistas, você chega lá e é violentada logo na entrada, sai de lá e não volta demais. Então é uma ausência de informação muito grande, os profissionais não foram preparados para lidar com isso e o machismo está inerente a todas as pessoas de todas as classes sociais, raça, cor e credo. As mulheres não conhecem a fundo a lei Maria da Penha e os equipamentos de funcionamento dessa política pública ainda não são adequados para que as mulheres vão lá e se sintam seguras para fazer as denúncias. A gente termina fazendo uma coisa completamente errada que é condenar a lei Maria da Penha e não condena a falta de estrutura, a gente não condena a falta de informações.” (Relato oral de Maria Garcia concedido à autora em novembro de 2018)

Ao analisar as narrativas das mulheres e a posição de várias autoras, fica evidente a necessidade de estudar com mais afinco a legislação que estabelece a defesa do direito das mulheres. A interlocutora aponta a falta de uma estrutura institucional que forneça as

condições para um funcionamento adequado das políticas públicas demandadas pela Lei Maria da Penha. Para ela, o conjunto de ineficiência da aplicabilidade induz as mulheres ao erro de condenar a lei ao invés de condenar o Estado por não priorizar as condições adequadas que resultem em respostas satisfatórias. Wania Pasinato (2017) ressalta que muitos comportamentos, antes tidos como normal, agora tipificados como crimes e o fato de as mulheres terem encontrado respaldo para fazer as denúncias faz com que os casos antes invisibilizados ganhem visibilidade e por isso a sensação de aumento da violência depois da lei, mas ao mesmo tempo ela faz a crítica, como medida de fortalecimento da lei e de melhor eficácia: *“circular informação nem sempre significa que estamos informando corretamente às mulheres ou à sociedade, sendo preciso avaliar a qualidade do que vem sendo transmitido (p.68).”*

O Instituto de Segurança do Rio de Janeiro (2017) sugere a atuação integrada entre os órgãos oficiais, cujas funções são efetivar o que foi estabelecido pela Lei Maria. Certamente essa é uma medida importante, desde que contribua para transformação comportamental nas bases sociais, considerando que, apesar do crescimento das cidades, existe um contingente que reside geograficamente distante, onde a maioria é população negra e muitas inseridas nos territórios quilombolas com modos de vidas diferentes das cidades, porém, demandantes de políticas públicas equânime de modo a atender suas necessidades específicas (SEGATO, 2012).

3.6. "Ainda assim eu me levanto"¹²: estratégias individuais e familiares de enfrentamento à violência

Assim como as mulheres das outras comunidades tradicionais, as de Conceição das Crioulas nunca ficaram acomodadas, obedecendo as ordens do marido, mesmo que silenciosamente, alternativas de enfrentamentos são adotadas contra a violência doméstica e familiar. Maria de Benguela afirma que, até os filhos crescerem, ela sempre enfrentou sozinha as agressões que o marido praticava contra ela. Assim como Nanã, ela deixa evidente que prefere que seja assim ao invés de ver o marido preso em penitenciária. *“Quando os meninos eram pequeno, no dia que ele me pegou e queria me largar numa fofalha de fogo, eu larguei uma xícara de café quente na cara dele, aí ele não conseguiu.”* Reação semelhante a essa é descrita por Pereira (2016) nos relatos das

¹² Referência ao poema de mesmo nome, da escritora negra estadunidense Maya Angelou

mulheres negras com quem ela dialogou no decorrer da sua pesquisa no entorno de Brasília. Na maioria dos casos em que as mulheres reagem sozinhas às agressões físicas, elas tentam estabelecer primeiramente o diálogo e, não havendo sucesso, elas começam a alterar a voz e isso geralmente deixa o homem mais enfurecido. Daí para frente elas se defendem como podem, inclusive com ações violentas, como fez Maria de Benguela ao jogar a xícara de café na cara do marido agressor (ver MELO, 2015).

Bell Hooks (1994) relata que *“recorreu a teoria como um caminho para a compreensão e refúgio contra a violência que sofria no âmbito familiar (p.83).”* Maria Dandara seguiu passos semelhantes aos descritos pela autora. Ela afirma que, depois de várias tentativas não bem sucedidas de agradar ao marido, resolveu intensificar a sua participação nas lutas comunitárias através da educação e hoje atua tanto como docente quanto discente. Mas, para chegar a esse ponto, ela precisou fazer a seguinte reflexão:

“...uma das coisas que eu penso é que, uma vez que eu fizer isso, desse jeitinho que ele quer, ele nunca vai fazer o que eu quero. Aí eu vou ficar fazendo a vontade dele, deixando de viver a minha vida para viver uma vida que ele quer. E se chegar um dia, que eu faço isso, fico vivendo a vida que ele quer, se um dia ele resolver que não me quer mais? Aí eu nem vou ter ele, nem vou ter meus estudos, nem a minha vida porque eu passei a vida fazendo o que ele quer.” (Relato oral de Maria Dandara concedido à autora em fevereiro de 2018)

A decisão de Maria Dandara foi tomada com muita maturidade, no tempo dela, e é assim que ela encoraja outras mulheres no processo de empoderamento. Maria Magá, depois de muito tempo em silêncio, encontrou condições psicológicas para denunciar os processos de violência que sofria e, como ponto de partida, buscou o apoio da família.

“Na altura eu busquei apoio principalmente em casa, com amigos e familiares. Inicialmente falei com meu marido, depois de várias conversas, vários momentos de diálogos a gente procurou a justiça. Na sequência a justiça deu encaminhamento ao caso, mas hoje quase dois anos, ainda está em andamento, e não há ainda uma sentença.” (Relato oral de Maria Magá concedido à autora em novembro de 2018)

Todas as narrativas apontam que as mulheres ou agem sozinha ou com o apoio da família e de suas amigas e, quando procuram as instituições oficiais, a morosidade da resposta é desanimadora. O caso acima evidencia a falta de vontade por parte dos representantes do Estado, cujos atendimentos, em sua maioria, se concentram nos centros

urbanos distantes das localidades onde as mulheres estão inseridas. Isso explica porque as mulheres em alguns momentos adotam medidas inusitadas. O povo quilombola sempre precisou criar estratégias de resistência às mais variadas formas de opressões. As mulheres estão inseridas nesse contexto como as principais protagonistas da luta em defesa da sua própria integridade física e pela efetivação das políticas públicas e sociais para o seu segmento.

Maria Firmina relata que o pai, depois de estuprá-la, insistiu em manter o controle sobre seu corpo, impedi-la de namorar foi a principal manifestação de dominação que ele exerceu sobre ela. Durante muito tempo, ela não se sentia preparada para desabafar aquela dor que trazia dentro de si. Até se rebelar e começar um namoro com aquele que se tornaria seu primeiro marido e, que por causa dele, encontraria forças para denunciar o mal que o pai lhe fez e evitar que outra injustiça fosse cometida.

“... quando eu arrumava um namorado ele sempre implicava, até que comecei a namorar com Pedro, aí foi que esse bicho se danou mesmo. eu pelejava (tentava) para abrir a boca, dizer o que tinha acontecido, mas nunca me achei com coragem. Você sabe que homem tenta mesmo, nós fomos lá para o laço verde e lá ele me tentou e eu tive vergonha de dizer o que meu pai fez, mas não tive vergonha de me entregar. Quando a notícia chegou ao meu povo, disseram que ele tinha que casar, e ele caiu fora, foi para Belém do São Francisco. E meu povo dizia: “casa porque casa,” eu digo, “não! porque ele tem que casar?” “para ele aprender” e o velho sempre calado não teve estresse nenhum, A mãe dele (mãe do nomarado) chegou e disse que ele não casava e mastigou [...]Aí o vei João disse: Ó dona Maria se ele buliu com ela, ele vai ter casar! E eu digo, “não seu Paulo, eu vou ser positiva a lhe dizer, quem buliu comigo primeiro não foi ele. Ele falou: “e quem foi?” “Eu digo, quem foi? Foi o marido da minha mãe, foi próprio que me fez.” Todos disseram: não acredito não! Eu respondi, Pois foi, foi ele mesmo! Pronto, falei logo a verdade, aí todo mundo ficou contente comigo.” (Relato oral de Maria Firmina concedido à autora em abril de 2018) (grifo meu)

Naquela época, a relação sexual não era permitida antes do casamento e, se ocorresse, a punição seria o casamento mesmo que fosse contra a vontade dos dois. Caso contrário, a mulher seria ridicularizada e discriminada e, em muitos casos, o homem fugia e não voltava mais. Nessa situação específica, entra em cena a figura do coronel, fazendeiro que era tratado por alguns moradores do território como a autoridade que poucos ousavam contrariar (ver Carone, 1971). Então, para o pai de Maria Firmina era muito cômodo intimidar a filha e, em nome da honra, jogar a responsabilidade para o namorado. Mas ela enfrentou sozinha aquele grupo de homens que estavam ali para decidir

o seu futuro, contando toda a verdade e deixando todos sem reação diante daquela situação. De toda forma, o pai permaneceu impune, mas ela e o namorado se livraram de um casamento forçado e por decisão própria foram morar juntos.

Algumas mulheres apontam que os filhos são vitimados pelo pai junto com elas, mas, apesar da possibilidade de se tornarem futuros agressores, eles ainda na adolescência se tornam seus principais aliados no enfrentamento à violência doméstica e familiar. Quando crescem, geralmente se unem à mãe no combate à violência que ela está enfrentando. É o que aconteceu com a família de Maria de Benguela, conforme ela relata:

“Depois que eles cresceram , quando ele passava muito do limite, jogava pedra e tudo em nós. Ai não tinha o que fazer, os filhos pegava e amarrava ele, deixavam ele passar a noite amarrado e eu pedia paciência a Deus. A gente enfrentava até ele ficar bom. Tinha vez que ele mesmo se soltava, outra hora os meninos iam e voltavam ele quando ele melhorava. Mas ele maneirou(diminuiu) mais as cachaças dele.” (Relato oral de Maria de Benguela, concedido à autora em dezembro de 2018)

Uma das características do povo quilombola é ser muito acolhedor e demonstrar muita alegria no seu cotidiano. Para quem não é do convívio, fica difícil perceber os conflitos que ocorrem no interior das famílias. E, para mim, ficou claro que geralmente não há interesse de tornar públicas situações que fazem parte do âmbito da privacidade familiar. Existem muitas razões para a manutenção dos acontecimentos em segredo, entre elas se destacam a vergonha de se expor, a falta de credibilidade nas instituições, o pouco conhecimento sobre o conteúdo da lei, o medo do julgamento social. Em vários casos, inclusive na família de Maria de Benguela, a intenção não é de se separar. O interesse é de que ele largue mão do comportamento agressivo e fique junto da família. Essa afirmação partiu da maioria das mulheres com quem dialoguei, tanto as de Conceição das Crioulas quanto as das outras comunidades tradicionais. Elas entendem que só a privação de liberdade não resolve, pelo contrário, piora a situação. Por outro lado, não percebi nenhum tipo de sentimento de culpa ou qualquer ressentimento, por exemplo, quando ela conta que os filhos se juntam e amarram o pai quando está agressivo. Trata-se de uma forma de mitigar as violências que se apresentam no cotidiano da comunidade. Na verdade o que as mulheres querem é que os governantes invistam em ações educativas conforme estabelece a lei 11.340/2006, no seu artigo 8º, incisos de V a IX, e não simplesmente "joguem" o homem em uma penitenciária que não prepara o cidadão para viver em sociedade. Enquanto isso não acontece, a família de Maria de Benguela segue assim, o

marido começa a agredi-la, os filhos o amarram, depois que passa o efeito do álcool e ele se calma, eles soltam o pai e vão juntos cuidar dos afazeres diários.

A pesquisa realizada pelas autoras Silva e Leal (2010) aponta o uso abusivo do álcool como causa das situações de violência contra as mulheres no Quilombo de Castainho em Garanhuns-PE. Na fala das mulheres participantes da minha pesquisa, a menção ao uso de bebida alcoólica por parte dos homens também é recorrente, no entanto, elas têm plena consciência de que a violência é uma das consequências de um conjunto de fatores negativos, impostos pelo sistema patriarcal machista e capitalista que lucra com essas situações. Considerando esse contexto, tem razão Nanã ao afirmar que manter o seu pai preso por conta das agressões praticadas contra a mãe dela sem nenhum outro tipo de ação transformadora, seria apenas "*ver mais um preto a ser contabilizado nas estatísticas carcerárias deste país*". Em razão do distanciamento entre Estado e as comunidades no que se refere às medidas adotadas no combate à violência doméstica, o que fica evidente é que, até aqui, o apoio da família e de amigas é o que tem sido fundamental para as mulheres em situação de violência. Como aponta Maria Magá a seguir.

“E aí nesse caso a minha família e o movimento social quilombola do qual eu participo foram de fundamental importância, sem eles eu não estaria aqui hoje. Faço parte hoje da coordenação estatutária da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas. Acho que se não fosse tudo isso, todo esse apoio eu não estarei aqui fisicamente acho que eu já teria desabado emocionalmente.” (Relato oral de Maria Magá, concedido à autora em novembro de 2018)

Graças às inúmeras ações desenvolvidas comunitariamente, certamente muitas tragédias já foram evitadas, portanto, já está na hora do Estado e da sociedade agirem de forma integrada para fortalecer as iniciativas que têm se mostrado positivas. Como já mencionado, a prisão é necessária em muitas situações, mas não pode ser vista como única possibilidade. Para Maria Gonzalez, a convivência familiar, o investimento em educação e em emprego são ações importantes nesse processo.

“Eu converso muito com meus meninos, às vezes as pessoas diz que somos irmãos, porque a gente tem aquele respeito de mãe e filho, mas também a gente tem muita amizade, de conversar de um jeito que... Eu tive que aprender como são jovens adolescentes. Eu tive que deixar o jeito que eu fui criada e aprender nova reeducação pra poder tá com meus meninos perto de mim. Se eu não tivesse aprendido, eu acho que eles não estavam aqui comigo, A minha criação foi totalmente diferente e eu aprendi pra poder tá perto deles até hoje.” (Relato oral de com Maria Gonzalez, concedida a autora em 21 do outubro de 2018)

Maria Gonzalez ressalta que, para manter o diálogo permanente com os filhos, ela precisou compreender que, na conjuntura atual, é necessário estabelecer laços que vão de encontro à imposição, em que o pai e a mãe falam e os filhos obedecem sem questionar. Uma das faces que a triste lição da violência doméstica no ensina é que só é possível romper o ciclo da violência de gênero naturalizada por meio de uma convivência harmoniosa com base no verdadeiro respeito, e isso é o oposto de qualquer relação de dominação.

3.7. A Emancipação aprendida na luta: o coletivo de mulheres Crioulas no combate à violência doméstica

O Projeto “Mãos Empenhadas Contra a violência” (2019), promovido pelo Tribunal de Justiça e Agência Patrícia Galvão, vem contribuindo no enfrentamento à violência doméstica no estado do Mato Grosso do Sul. Esse projeto tem como foco a preparação dos profissionais dos salões de beleza para diagnosticar e incentivar as mulheres a denunciarem os abusos que estão sofrendo. Essa é uma iniciativa importante, que pode servir de inspiração para que outras ações sejam criadas, de forma que também atendam as mulheres que, em virtude das dificuldades financeiras, mesmo morando nas cidades, não costumam frequentar salões de beleza com frequência. Urgente também é a necessidade do Estado de estabelecer aproximação com as mulheres quilombolas, ouvir o que elas dizem sobre o assunto e fortalecer as metodologias comunitárias, adotar medidas complementares às praticadas pelas instituições estatais até o momento.

Na ausência ou presença repressora do Estado, como aponta Segato (2012), as mulheres têm desenvolvido várias ações coletivas que são consideradas por elas como práticas libertadoras. As atividades ocorrem de diversas formas e em vários lugares. As narrativas das mulheres apontam alguns dos eventos por elas considerados fundamentais para o seu fortalecimento no enfrentamento à violência doméstica. Entre eles destacam-se: encontros de formação, reuniões, intercâmbio de experiências, trabalhos coletivos nos roçados, as práticas extrativistas colaborativas, a produção coletiva do artesanato e a valorização de outras ações voltadas para a geração de trabalho e renda por elas praticadas. Essas iniciativas se convergem com o que Paredes (2017) descreveu como “feminismo comunitário”, designando as práticas de mulheres bolivianas por ela pesquisadas. Maria de Benguela afirma que gosta muito de participar das reuniões e expressa uma certa

insatisfação quanto ao tempo das reuniões, porque agora é muito curto e já não é mais suficiente para tratar assuntos importantes.

“Eu acho bom tá na reunião, tem horas que eu falo sobre a reunião da AQCC, dali do CPA, mas antes tinha mais tempo, não era que nem hoje não; tinha tempo da gente trocar ideia, da gente conversar juntos, dois ou três dias de reunião, não faltava o que a gente comer e tinha tempo da pessoa conversar. Agora a pessoa chega e dentro de meia hora, duas horas a reunião já terminou. Se a gente quer falar alguma coisa não fala porque não dá tempo que reunião acaba. Isso é que eu sinto muita falta” (Relato oral de Maria de Benguela de Oliveira, concedido à autora em dezembro de 2018).

Já comentamos que, até a década de 1980, os encontros realizados com o objetivo de dialogar sobre as demandas comunitárias, praticamente não aconteciam. Essa prática passa a acontecer com maior frequência a partir do momento em que algumas lideranças, em parceria EMATER-PE¹³, perceberam a importância de se organizarem em associação de trabalhadores e Produtores Rurais para facilitar o acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura.

Givania Silva foi uma das pessoas que também impulsionou a prática das reuniões e encontros para refletir sobre as necessidades de pressionar os governantes por políticas públicas foram as comunidades Eclesiais de Bases – CEBs. Além dela, Andreino Mendes e João Alfredo, foram no território aqueles que deram início à articulação com outras organizações, aquelas que se tornaram parceiras nas nossas lutas por uma sociedade mais justa. De certa forma, esse formato de organização local é fruto dessas articulações internas e externas que, de alguma forma, impactaram positivamente a dinâmica da comunidade e se transformaram em mais uma ferramenta importante para a luta das mulheres, de modo que permite Maria Dandara fazer as seguintes afirmações:

“...Parece que quando você tá numa situação de violência é como se não existisse o mundo fora disso ali. A mulher se isola, ela se envergonha é como se auto-estima dela passasse a não existir. Ela se acha um lixo mesmo é como se você estivesse em uma bolha que não consegue sair. Como se estivesse em um quarto escuro que você não consegue enxergar nada e a partir do momento que você sai para uma reunião, vai saindo para outra e para outra, seja lá qual tema for. Ela vai te abrindo os caminhos, vai tipo iluminando aquele quarto escuro que você está quando sofre violência. Então participar de qualquer atividade coletiva e que ocupe a mente, que ocupe sua cabeça é como se abrissem novos horizontes. Você vai vendo um monte de caminhos e vai se libertando.

¹³ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco

Então a luta pelo território, a questão da Educação, todas as coisas é como se você fosse vendo que há outras possibilidades.” (Relato oral de Maria Dandara, concedido à autora em fevereiro de 2018)

Collins (1990) afirma que muitas mulheres negras dos Estados Unidos da América - EUA utilizaram a música como ferramenta importante para manifestar suas insatisfações e enfrentar as opressões das quais eram vítimas. Nas experiências vivenciadas pelas mulheres crioulas, ficam explícitas as buscas por formas alternativas utilizadas como enfrentamento à violência. Maria Dandara compara a solidão da mulher, em relação à violência doméstica, a um quarto escuro, mas ela ressalta que a mudança de um comportamento aparentemente submisso para um comportamento que demonstre altivez e determinação, para superar não apenas a violência vivenciada individualmente, mas contra a comunidade como um todo, ocorre a partir do momento em que a mulher começa a participar de atividades coletivas.

A luta comunitária nesse caso, segundo ela, vai ao encontro da liberdade. Como diz Maria Dandara, não importa se é uma reunião com tema e pauta previamente definidos, o importante é que as mulheres possam se encontrar, trocar ideias e ocupar a mente com assuntos diferentes dos rotineiros. Maria Magá relata que foi através da participação de outras mulheres que se engajou nos movimentos sociais de luta por uma sociedade melhor e é na coletividade que encontra resistência para seguir em frente.

“O que me levou a participar dos movimentos sociais, da luta comunitária e coletiva além de outras coisas foi o engajamento da minha família, minha irmã, minhas tias. Meus irmãos já entraram depois de mim. Eu fiz parte do movimento de mulheres, da igreja eu ainda cheguei no finalzinho do movimento das CEBs, mas ainda participei do primeiro encontro da Juventude Negra do estado de Pernambuco e esse encontro nunca saiu da minha mente. Atualmente estou no movimento social não mais só como participante mas como a pessoa que ajuda na organização.[...] Enquanto associação a gente já faz diversas atividades, agora a maioria voltadas para as mulheres e com as mulheres.” (Relato oral de Maria Magá concedido à autora em novembro de 2018)

Maria Firmina afirma que viveu muito bem com seu segundo marido com quem teve três filhas e um filho. Mas teve problema na quinta gravidez e entrou em uma tristeza profunda que parecia que ia morrer. O esposo tentava animá-la, mas não conseguia, até o dia em que foi convidada a participar de um encontro na cidade de Camaragibe. Ela diz que a princípio não queria aceitar, mas, por insistência do esposo, terminou indo e daí para

a frente sempre que é possível ela não perde a oportunidade de estar nas mobilizações com as outras mulheres.

“Maria Alzira soube que eu estava depressiva, ela mandou um recado perguntando se eu queria ir pra Recife e eu digo, não, eu não vou não. Eu num sei de nada, eu num vou não. Você sabe que a camarada quando tá assim, a vontade é só de ficar escondida. Ai meu esposo disse: “por que você num vai?” Porque não vou! Vá no meu lugar! Ele disse “É bom é pra tu”. Nesse tempo, sei lá, num sei o que eu pensava da vida. Nem roupa eu tinha, mais o meu velho fez todo o esforço pra mim ir. Tomei roupa emprestada a Luiza Cabocla pra ir. Lembro como quem fosse hoje: foi duas saias e duas blusas. Ai eu fui. Mas foi tão bom que graças a Deus me diverti tanto que eu nem sei. (Relato oral de Maria Firmina, concedido à autora em abril de 2018)

Maria Garcia foi uma das pessoas que através da articulação e organização formal das comunidades quilombolas influenciou a luta em defesa da efetivação das políticas públicas. Dessa forma, ela contribuiu bastante para o empoderamento das mulheres. No entanto ela, afirma que naquele momento não tinha ainda a dimensão de que aquelas ações poderiam contribuir com esse processo:

“...não tava na nossa cabeça, pelo menos na minha, não tava planejado, que aquelas ações iriam contribuir para que as mulheres se fortalecessem para se libertar dos processos violentos que elas viviam em casa. Por duas razões muito simples, primeiro não era tema que a gente discutia e segundo porque não era um tema da minha vivência. Agora o que vinha eu acho que contribuiu foi essa coisa da gente fortalecer a autonomia das mulheres.”(Relato oral de Maria Garcia, concedido à autora em novembro de 2018)

A narrativa de Maria Garcia converge com a fala de Maria Dandara ao afirmar que não importa o tema da reunião o importante é não se sentir sozinha. Maria Francisca traz em sua fala a importância da emancipação financeira como um meio de empoderamento, que contribui para que elas saiam da condição de dependentes e submissas aos homens agressores. Ela afirma que os encontros das artesãs vão além de um momento só para a produção, pois representam espaços pedagógicos onde expressam os sentimentos sobre o cotidiano, as trocas de saberes sobre a história do nosso território e os modos de vidas dos nossos antepassados. Essas práticas compõem o conjunto de saberes passados de geração para geração, que Silva (2016) defende que sejam incorporados nos currículos de ensinamentos escolares como forma de associar a prática e a teoria, modalidade de ensino que, segundo Nascimento (2017), começou a ser experienciada no Quilombo de Conceição das Crioulas

a partir do final da década de 1980 através da luta pela escola de quinta a oitava série, concluída em 1995 e que recebeu o nome do primeiro professor quilombola, José Mendes.

“...o grupo de geração de renda, com os trabalhos do artesanato de Conceição das Crioulas, para nós é um trabalho que não é só dinheiro, tem sempre muitos valores agregados. Muitos conhecimentos da nossa história e da nossa cultura. Uma força muito grande das mulheres que eu me identifico bastante. As mulheres podem trabalhar e dizer, “eu produzi, eu vou vender e eu vou receber o meu dinheiro e com ele eu faço o que eu quero.” Então isso é uma forma de fortalecimento para as mulheres. Hoje tem um grupo de mulheres, que trabalham com vários produtos na comunidade, tanto com o caroá como com a cerâmica e o bordado de algodão, produção de roupas.” (Relato oral de Maria Francisca, concedido à autora em novembro de 2018)

Durante o diálogo que tive com Maria Francisca, ela afirma que as dificuldades impostas pelo descaso da gestão municipal em relação à necessidade que ela tem de fazer fisioterapia e à dependência da cadeira de rodas lhe causaram uma depressão profunda. Os encontros para produzir coletivamente o artesanato foi uma das formas que ela encontrou para superar a fase difícil que passava. As narrativas nos levam a crer que os momentos de sociabilidades das mulheres são encontros terapêuticos que contribuem para a recuperação da saúde mental, além de se sentirem fortalecidas para enfrentarem os desafios cotidianos. Segundo Diva Rodrigues (2017), antes da invasão dos fazendeiros no território de Conceição das Crioulas, os trabalhos nas roças, nas taipas de casas, na organização de casamentos representavam reencontros que davam alegria e satisfação e faziam esquecer os problemas individuais.

As estratégias de emancipação são reconhecidas das mais variadas formas. Os relatos apresentados, em alguns momentos, mostram o sentimento de algumas perdas para conquistar a liberdade, mas, em sua maioria, são evidenciados os sentimentos de liberdade e gratidão. Além dos encontros cotidianos que são fundamentais para o empoderamento da mulher. Hoje boa parte delas estão inseridas nas coordenações das associações, nas direções das escolas, nos conselhos de direitos, saúde, educação etc. Muitas de nós ocupamos os espaços que antes ficavam apenas no campo da utopia, a exemplo da nossa presença ativa nos espaços de formação acadêmica. Segue trecho da fala de Maria Dandara sobre o resultado do seu envolvimento na luta comunitária.

“No início eu não falava, eu tinha vergonha, hoje quando eu sou chamada para falar sobre a mulher, sobre o 8 de Março eu falo a partir da minha realidade. Quando a gente fala sobre algo real as outras mulheres

começam a falar sobre a realidade delas. Isso se torna uma troca interessante porque a gente se ajuda mais.” (Relato oral de Maria Dandara concedido à autora em fevereiro de 2018)

Maria Dandara é um exemplo de mulher que chegou um momento de não deixar se abater pelas pressões psicológicas do marido, resolveu aderir às lutas comunitárias, voltar a estudar e hoje é licenciada em Letras, tem várias especializações e exerce a profissão de professora nas escolas da comunidade. O relato dela mostra as suas contribuições para com as outras mulheres. Na narrativa a seguir, Maria Gonzalez aponta a participação das mulheres nas reuniões como ação libertadora.

“Aqui em Conceição mudou muito, porque todas nós sofremos violência. A gente não pode dizer que nunca sofreu, porque sempre tem violência, de qualquer jeito, a gente sente principalmente a psicológica. Mas já teve muitas mulheres que através de reunião, através de participação elas já chegam em casa e dizem: “olha amanhã eu vou para uma atividade fora, estou saindo através de reunião, através das redes de apoio. Já tem muitas mulheres casadas, ou que têm companheiros que já estão saindo muito. Ontem mesmo, uma disse que não saia de dentro de casa e começou a participar há uns quatro anos atrás. Então eu acho que a gente vai chegar mais longe, algumas já se libertaram, e juntas a gente vai conseguir libertar mais algumas que queiram nos acompanhar.” (Relato oral de Maria Gonzalez, concedida a autora em 21 de outubro de 2018)

Apesar da importância da participação nas atividades coletivas, ela faz a seguinte afirmação *“juntas a gente vai conseguir libertar mais algumas que queiram nos acompanhar.”* Notoriamente ela alerta para a importância de fazer a mulher perceber que não está sozinha, que se sinta convidada e não pressionada a participar das ações coletivas, voltadas ou não para o combate à violência contra as mulheres. Aos poucos ela começa a participar, vai interagindo, entendendo sobre os direitos violados e se juntando às mulheres que já estão há mais tempo na luta comunitária e assim se fortalece o empoderamento feminino (PASINATO, 2017). Maria Magá aponta que o número de mulheres nos coletivos de atividades comunitárias é cada vez mais crescente.

“Eu acho que as mulheres que já foram bastante violentadas em casa, na família, hoje estão dando um show de participação. Mulheres que eu jamais imaginei que iam a uma sala de reunião junto com a gente estão lá. De certa forma eu me sinto um pouco responsável, sim porque eu estou envolvida nesse processo de mobilização.”(Relato oral de Maria Magá concedido à autora em novembro de 2018)

As ações realizadas em razão de uma determinada luta, como diz Maria Dandara,

vão abrindo outros horizontes e surgem outras demandas inspiradas nas anteriores. Nesse contexto, Maria Garcia nos leva a entender que o empoderamento das mulheres vem de longe e vai ganhando novos elementos que vão sendo adequando à realidade.

“Agora eu não tenho dúvida que todo aquele empoderamento que construímos com as mulheres contribuiu para que muitas mulheres ou saíssem das situações de opressão, violência dentro de suas casas, ou pelo menos tivesse consciência. Porque a discussão sobre as mulheres ela começa bem depois e é pelo sindicato trabalhadores rurais. O movimento de mulheres trabalhadoras rurais é que começa a fazer essa discussão de gênero, mas essa é uma coisa bem mais recente em relação à própria luta da comunidade.” (Relato oral de Maria Garcia, concedido à autora em novembro de 2018)

Angela Davis (2016) explicita em seu livro “Mulher Raça e Classe” que, mesmo com o fim da escravidão, para suprir as necessidades básicas da família, as mulheres se viam obrigadas a trabalhar como domésticas quando sofriam praticamente os mesmos horrores que viviam antes da “libertação”. No caso das mulheres com quem dialoguei, durante a pesquisa, aparece o silêncio resultante do racismo associado ao machismo que dificulta a manifestação dos sentimentos por parte das mulheres, principalmente, se precisar falar em público. Mas a narrativa de Maria Francisca aponta como é importante o momento em que a mulher em situação de violência consegue participar das reuniões e romper a barreira do silêncio que encobre a maior parte da violência que ela sofre:

“Hoje muitas mulheres dizem: “eu não participava de nada, hoje eu participo e agradeço a Maria Francisca porque ela me ajudou a sair de um momento difícil. [...] Eu acho que é o meio das pessoas se livrarem de certos tipos de violência. Mas não é fácil de maneira alguma quando a gente não saber, não conhecer os direitos.” (Relato oral de Maria Francisca, concedido à autora em novembro de 2018)

Não se pode dizer que o Estado brasileiro não implementou ações de combate à violência contra as mulheres. Entre 2003 e 2015, leis importantes foram aprovadas com esse objetivo. Entre elas, estão a Lei 11.340/2006 (Maria da Penha), a lei 13.104/2015 (Feminicídio) e a Lei 12.015/2009 que classifica o abuso sexual como crime contra a dignidade sexual etc. O que se questiona é a abrangência e como ocorre a aplicabilidade daquilo que os instrumentos legais estabelecem. Por que a aplicabilidade dos conteúdos dessas leis ainda não geram efeitos satisfatórios para as mulheres quilombolas? Como afirma Campos (2017), sem considerar os aspectos geográficos, as especificidades e dificuldades de cada povo, as leis estão fadadas ao fracasso e à incredibilidade. Nos

diálogos com as mulheres quilombolas, conforme relatos a seguir, surgiram algumas sugestões que podem contribuir para fortalecer o combate à violência doméstica, familiar e pública contra as mulheres.

“Trabalhar a questão de gênero nas escolas desde a primeira série, até o último ano do ensino médio, porque às vezes a gente quer desconstruir as coisas e a gente mesmo constrói machismo dentro das escolas, Fazer mais momentos com as famílias explicando a sua importância nesse processo. Não adianta que a gente saiba ou o diga a solução. É preciso que os homens também saibam isso, escutem sobre isso. Então, aqui em Conceição, a gente já trabalhou muito com a mulher, a mulher já sabe, a mulher já disse o que é que acha que tem que acontecer para que isso mude. Mas os homens é que agora tem que participar desses momentos para que eles também aprendam, para que eles também mudem, para que eles se transformem e possam transformar através de suas atitudes, seus filhos, porque se a gente não começar a educar os pais para que os filhos vejam mudança nos pais e passem a seguir esse exemplo bom, a gente nunca vai conseguir desconstruir isso não.” (Relato oral de Maria Dandara concedido à autora em fevereiro de 2018)

Maria Dandara sugere ações simples, mas que, sendo praticadas com constância, podem gerar resultados positivos. Ocorre que para isso se fazem necessárias ações articuladas entre setores governamentais e a sociedade. Maria Magá aponta que o Estado teria que promover processos educacionais para os detentos de modo que eles tenham realmente condições de voltar a viver em sociedade. No entanto, como ressalta a psicóloga Adriana Santos (2019), a população negra encarcerada no Brasil passa por dificuldade inclusive de ser julgada, quem dirá passar por um processo educacional. Nesse sentido é urgente a necessidade do Estado brasileiro repensar suas estruturas com vistas a garantir a eficácia da legislação.

“Eu acho que sobre a Lei Maria da Penha, o estado devia dar as condições e aporte para que os detentos sejam realmente ressocializados. Também devia dar apoio às mulheres que sofrem esse tipo de violência. Eu acredito que como um psicólogo, não é só para tratar de doido e sim para fazer acompanhamento das vítimas, arrumar formas de ter informações sobre gênero de como atuar no caso dessas situações.” (Relato oral de Maria Magá concedido à autora em novembro de 2018)

O Instituto de Segurança do Rio de Janeiro no Dossiê Mulher (2018) ressalta a necessidade de políticas públicas voltadas para o combate à violência contra as mulheres, o que converge com a narrativa de Maria Garcia ao reconhecer que as leis de garantia de direito das mulheres significam uma política pública e que para haver eficácia na sua

implementação é necessário que o Estado promova mudanças estruturais, conforme suas palavras a seguir:

“Então eu acho que se tem uma política que teria que ser feita, seria uma política estrutural, não só delegacia da mulher. Poderia até ser a delegacia de homens, mas com pensamento e com sensibilidade para as questões das mulheres, porque a gente sabe que delegacia das mulheres é muito mais difícil de implantar. Se tivesse a delegacia com profissionais sensíveis aos problemas das mulheres já era um passo bastante avançado para a gente fazer cumprir essa política pública.” (Relato oral de Maria Garcia, concedido à autora em novembro de 2018)

Maria Gonzalez aponta que é preciso mais diálogo com a juventude, a começar dentro de casa, envolvendo-os nas atividades cotidianas. A sua fala está vinculada à prática, pois, durante os trabalhos, os filhos estão sempre presentes, em casa, no roçado, no quintal produtivo, na produção do artesanato e dos medicamentos caseiros.

“Eu acho que a gente já começa de casa, eu converso muito com os meus rapazes para eles saberem que eu sou mãe, e não sou empregada deles. Caso eles arrumem uma mulher, uma companheira eles já sabem. Eu acho bom conversar muito com eles. Não deixar só para quando crescer, devemos ensinar ainda criança. “A gente tem que fazer isso aqui,” mesmo na casa da mãe ou estando já na casa de sua esposa, de sua namorada, seus direitos são esses, “vamos combinar e fazer isso juntos,” que eu acho que assim dar certo.” (Relato oral de Maria Gonzalez, concedida à autora em 21 de outubro de 2018)

Maria Francisca, assim como muitas mulheres de Conceição das Crioulas, acredita que, se houvesse formação com os homens para eles compreenderem sobre os direitos das mulheres, isso poderia contribuir para a mudança de comportamento: .

“Talvez a formação fosse um meio de ajudar essa família, eu fico pensando, se meu esposo tivesse participado de reuniões, se ele participasse de algum movimento junto para ver nossos direitos, uma orientação conjugal que poderia ajudar. Eu vejo isso, em outros espaços, outros canais. Mas eu acho que a Lei Maria da Penha ela podia propor isso com os homens e com as mulheres, isso dentro de uma lei de participação para conscientizar. Sei lá, eu não sei o que poderia fazer, mas eu imagino que poderia ser uma coisa que também pudesse amenizar não sei. Porque quando a mulher casa ela não quer separar, a gente fica junto porque quer viver, mas quer viver bem”. (Relato oral de Maria Francisca, concedido à autora em novembro de 2018)

Os episódios de violência contra as mulheres são tão alarmantes que pensar em possibilidades de mudanças parece utopia. Mas felizmente esse pensamento se converte em lutas cada vez mais organizadas e com maior número de pessoas.. Com ideias

semelhantes às de Maria Francisca, Diva Muniz (2017) aponta que campanhas educativas pelos diversos meios possíveis e o endurecimento das punições são importantes no combate à violência doméstica. As mulheres quilombolas de Conceição das Crioulas concordam e acrescentam outras possibilidades importantes de serem consideradas pelos operadores das políticas públicas, como é sugerido no quarto capítulo.

CAPÍTULO 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PROPOSIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CONTEXTOS COMUNITÁRIOS TRADICIONAIS

4.1. Em busca de processos emancipatório para todas e todos

Fortalecer as experiências já vivenciadas, intensificar ações educativas que estimulem as mulheres no enfrentamento direto à violência, criar processos educacionais direcionados aos homens (sejam eles agressores ou não) visando uma mudança de comportamento, potencializar ações voltadas para a geração de trabalhos e renda praticada pelas mulheres, com vistas a garantir sua emancipação financeira e social. Em linhas gerais, estas são algumas proposições que apresentamos para o enfrentamento à violência doméstica em contextos comunitários tradicionais.

Destaco o quanto é importante que haja um enfrentamento à violência doméstica por meio de um processo educacional dos homens agressores e evitar que as crianças de hoje e amanhã se tornem adultos violentos, é necessária a promoção de mudança nas estruturas públicas que atualmente têm a função de garantir a aplicabilidade da garantia da segurança.



Figura 15. Foto de minha mãe com crianças no umbuzeiro, 2018.

Para tanto nos parece muito importante uma análise e contextualização histórica sobre as bases que constituíram a violência contra a população negra desde o passado até os dias atuais e como esse histórico de violência influencia a realidade atual. A leitura da obra de alguns autores negros e negras podem nos ajudar nessa compreensão, revisitando o passado através da leitura de suas obras. Além da participação das mulheres nos processos formativos, elas são as principais responsáveis por outras ações que contribuem para o enfrentamento à violência doméstica e familiar, a exemplo das práticas agroextrativistas pelas quais, em um processo de interação com a natureza, elas encamparam a luta contra o desmatamento desordenado, extração predatórias dos recursos naturais, garantindo uma alimentação saudável e a possibilidade de emancipação financeira. O extrativismo do umbu, por exemplo, é uma prática antiga que se intensificou a partir da década de 1980 com o fim da produção do algodão na região sertaneja.

Os diálogos com as colaboradoras apontam que, no passado, algumas pessoas utilizavam as frutas para a alimentação das famílias e dos animais domésticos. As cucas (raízes) eram utilizadas por algumas pessoas na produção de doces para vender. Os troncos “ocos”, principalmente dos umbuzeiros antigos, servem de abrigo para as abelhas, que produzem mel e estimulam o aparecimento de outros animais que gostam desse alimento. Até a década de 1980, muitos homens praticavam regularmente a extração de mel para o alimento da família e para comercializar. A retiradas das raízes e a extração do mel contribuíam para a segurança alimentar e para geração de renda, mas foram responsáveis pela morte de muitas árvores e, ao perceber que havia uma perda dos umbuzeiros, aos poucos a extração das raízes foi completamente abolida.

Assim como descreveu o jornalista e escritor Euclides da Cunha em *Os sertões* (1901), a maioria da população quilombola, principalmente os idosos, consideram que o umbuzeiro é a árvore sagrada do sertão, por isso é extremamente contra qualquer prática que comprometa a saúde da árvore. A partir da década 1980, aconteceram mudanças importantes em relação à utilização das plantas nativas. Atualmente praticamente não se utiliza as raízes para a produção de doce e a extração de mel é praticamente extinta. Tal mudança ocorreu por conta da observação de que aquele tipo de extração estava acarretando um problema. Os diálogos constantes sobre os impactos negativos da intervenção humana no meio ambiente, bem como a troca de saberes entre as pessoas da

comunidade e os conhecimentos acadêmicos, levaram à conclusão de que tais as práticas não eram viáveis, nem para natureza, nem para a população.

Além dos conhecimentos passados de geração para geração, ocorreu um importante processo de mobilização e de articulação de representação da comunidade com outras. O intercâmbio das mulheres extrativistas do Quilombo de Conceição das Crioulas com as extrativistas de Uauá na Bahia é um dos exemplos que muito contribuiu para a mudança no modo de utilização dos derivados do umbuzeiro, conforme aponta a quilombola Maria Gonzalez.

"Eu acho que a cuca [...] já foi tirada muito, hoje em dia depois de um tempo que viu que eles iam morrendo, [...] eu conheci doce de cuca, mas os meus meninos já não sabe mais o que é doce de cuca, porque foi esse trabalho de não tirar mais para que os umbuzeiros não se acabasse né.[...] Eu aprendi, vó dizia, mas mesmo ela dizendo a gente continuava tirando, mas aí depois através de reunião, de intercâmbio que a gente teve uns com outros, outras pessoas, aí a gente foi aprendendo de lá pra cá eu mesmo não tirei mas não. [...] hoje, eu tenho imbuzeiro plantado no quintal." (Maria Gonzáles 21/04/2018)

A afirmação de Maria Gonzalez nos leva a entender que no Quilombo os conhecimentos tradicionais locais, somados ao que se aprende através das trocas de experiências, contribuem para mudanças de atitudes em relação ao que natureza nos oferece. Não se deixou de utilizar, pelo contrário potencializou-se o aproveitamento, porém de uma forma diferente. Ela afirma que, se é para colaborar com a continuidade da espécie, é melhor que seus filhos nem conheçam o doce da cuca do umbuzeiro e prefere plantar para garantir o aumento das árvores e dos frutos, tanto nos roçados quanto nas áreas coletivas.

No geral as mulheres quilombolas são bem exigentes no cuidado com as árvores. Maria de Benguela atualmente é uma agricultora aposentada e extrativista há mais de 35 anos e ela diz que não gosta que outras pessoas façam a “decotagem”¹⁴ dos seus umbuzeiros: *“Eu mesma faço a limpeza, tiro os galhos secos, coloco escora nas galhas mais baixas, varro em baixo porque o umbuzeiro é uma casa e nos umbuzeiros do mato por onde eu passo, faço o mesmo”*. Cicera Dionísio defende que os umbuzeiros do mato sejam tão protegidos quanto os que ficam próximos de casa e nos roçados.

Maria Gonzalez é totalmente contra qualquer ação que altere a saúde da árvore e coloca como exemplo a retirada da cuca/raiz. Ela acredita que cada cuca se refere a um

¹⁴ Poda simples para tirar apenas o excesso de galho.

galho da árvore. A “modernidade” chegou ao Território Quilombola de Conceição das Crioulas, atualmente estamos conectados ao mundo através do rádio, da televisão e da internet, tecnologias que, sendo mal utilizadas, podem trazer impactos negativos para a comunidade, porque contribuem para distanciar a população dos modos de vida e cultura local. Temos feito o máximo para utilizar os recursos tecnológicos em favor da valorização das nossas potencialidades. Ainda é possível verificar a forte relação das pessoas com os elementos da natureza. Em algumas regiões do território, os “caldeirões,” os lajeiros, os umbuzeiros são tratados como membros das famílias, com direito a receber o nome das pessoas que lhe têm maior zelo, por exemplo, Jacinta, Marcionila, Matile, Ricardo etc., são nomes de umbuzeiros. Também recebem nomes das atividades realizadas sob suas sombras (umbuzeiro do piquenique, umbuzeiro de São José...), ou o nome de animais silvestres (umbuzeiro do peba, umbuzeiro da abelha, do cabambá), como os caldeirões (Benevenuto Simão, Duó, irmãos gêmeos), nomes dos reservatórios de naturais de perfurado pela população quilombola nos lajeiros. Esses elementos da natureza, conforme afirmou Diva Rodrigues em (2017), são marcadores das referências dos roçados, dos núcleos familiares, além de representarem a nossa farmácia viva. Características semelhantes às que são relatadas por Antônio Bispo (2015), quilombola de estado do Piauí com notório saber reconhecido.

Os frutos extraídos dos umbuzeiros são transformados em polpa que serve para a alimentação familiar e os excedentes comercializados para a prefeitura que utiliza os recursos do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA e Programa Nacional de alimentação escolar – PNAE. Este é um programa governamental importante, que garante a circulação de renda local, a permanência das famílias quilombolas em seus territórios, a alimentação saudável das crianças, mulheres. Como se vê, são ações simples e viáveis que geram resultados significativos na vida da família, especialmente das mulheres que têm esses espaços como territórios de vivências e troca de diálogos sobre o que lhes afetam positiva ou negativamente. Infelizmente o governo municipal em 2018, representado pelo prefeito Clebel de Souza Cordeiro, não tem essa compreensão e, com o argumento da necessidade de conter gastos, decidiu pela interrupção do programa no município.

No entanto, o povo segue organizado em luta, pela valorização das potencialidades locais e pela efetivação das políticas públicas que atendam as demandas do território. Neste contexto, a mobilização em torno do acesso à irrigação, pela acessibilidade e continuidade da regularização fundiária são importantes inovações da comunidade e do movimento quilombola

que permite vislumbrar, de certo modo, a continuação da produção agroextrativista e a consolidação de cadeias de comercialização no sertão. Além do umbu, elas praticam o extrativismo de vários outros recursos naturais tanto para a medicina natural quanto a produção artesanal, conforme aponta Maria Gonzalez a seguir:

“Eu uso as plantas medicinais que é aroeira (myracrodruon urundeuva), catingueira(caesalpinia pyramidalis tul), faveleira (cnidoscolus quercifolius), ameixa do mato, umbuzeiro (spondia tuberosa), angico (anadenanthera macrocarpa), e catingueira esses específicos para pomada cicatrizante” (relato oral de Maria Gonzáles em 12/11/2018)

Elas também destacam a importância da extração do caroá (*neoglaziovia variegata*) para produção de vários tipos de artesanato, conforme está descrito na tese de doutorado de Faria (2016). Essa prática tanto contribui para a emancipação financeira como também propicia momentos de diálogo e transmissão de saberes desde os primórdios do Quilombo de Conceição das Crioulas, como evidencia a liderança e artesã Maria Francisca.

Geralmente as atividades extrativistas são realizadas por grupos de mulheres, que normalmente levam junto os filhos, sendo uma ocasião que favorece várias ações ao mesmo tempo, tais como o aprendizado de como trabalhar nos roçados, como extrair os recursos da natureza, mas principalmente como oportunidade de fortalecer os vínculos familiares, como explica Maria Gonzalez, durante os percursos que eu, ela e seu filho de 12 anos realizamos nas áreas de uso comum do território. Para além da própria atividade realizada, trata-se também de um momento de transmissão de conhecimentos para as crianças e jovens, visto que eles interagem em todas as ações, reconhecem os lugares e, com isso, reforçam os sentidos educativos dessas memórias que se convertem em tradições. A extrativista Maria de Benguela relata, com muita ênfase, que está à frente das andanças pelo mato à procura de frutos, cascas e raízes das plantas nativas. Ela explica que, em alguns momentos, sua companhia é o esposo, mas, na maioria das vezes, vai só e com Deus, como ela mesma diz.

“Na hora de tirar sendo perto eu vou só mais Deus, sendo longe assim, eu vou com ele. Agora assim, pelo tempo nós estamos parados desses remédios. (quando ela fala do tempo está se referindo a estiagem). Nós vamos conversando sobre o tempo velho tempo meu de marransada¹⁵ (se refere a adolescência dos dois) aí é ligeiro a gente anda no mato, mas é

¹⁵ É uma expressão que as/os mais velhas/os usam para designar as crianças e adolescentes.

bom!! (risos).” (Relato de Maria de Benguela em 24/10/2018)

Maria Carolina afirma que, junto a mãe Júlia e a irmã Joana, formavam um grupo de extrativistas de caroá (*Neoglasiovia variegata*), em que dividiam e revezavam as tarefas de modo que cada uma fazia uma parte, mas todas aprenderam a fazer as peças por completas. Veja o relato abaixo.

“[...] agora eu vou mais minha irmã [...] Antes de mãe morrer eu ia mais mãe e ela mesmo. Chegava uma tirava a outra roletava o caroá a outra puxava a outra batia Era sim. [...]Eu ajudava mãe fazer os trabalhos de caruá.” (relato de Maria Carolina de Oliveira 12/12/2018)

É importante enfatizar que a sua mãe foi uma das principais artesãs da comunidade. Desde criança, fazia a extração do caroá e, com sua fibra, produzia sacos e bolsas que eram comercializadas para comprar os bens e produtos de consumo não produzidos nas atividades agrícolas nem encontrados na natureza (açúcar, arroz, café etc). A família de Maria Carolina é composta por quatro filhos e quatro filhas. Estas decidiram perma



Figura 16. Bolsas e bonecas de caroá, artesanato de Conceição das Crioulas, 2019.

necer morando com a mãe, o que possibilitou que ela transmitisse os conhecimentos do ofício herdado dos seus antepassados para suas descendentes.

Desde de 2001, Maria Carolina se tornou educadora voluntária de artes, passando para outras mulheres do território os conhecimentos que adquiriu com a mãe. Com o apoio da Universidade Federal de Pernambuco, através dos profissionais em *design*, Ticiano Arraes de Sá e Josivan Rodrigues, novos produtos que trazem a história da comunidade foram desenvolvidos, entre eles se encontram as bonequinhas personalizadas em homenagem a algumas das muitas mulheres que dedicaram ou que se dedicam à luta em defesa da regularização e demais políticas públicas para a população do território.

Outros parceiros, apoiadores foram conquistados, a exemplo da OXFAM, ACTIONAID, AGENDHA, GEF CAATINGA¹⁶ cujos apoios somados à garra das lideranças comunitárias contribuíram para a visibilidade tanto da produção artesanal quanto das demandas do território por políticas públicas, que, na sua efetivação, fossem levadas em conta os potenciais locais. Conforme apresentado no “*documentário As Fulôs do Sertão: as mulheres da caatinga fazendo econegócios (2007)*”¹⁷, atualmente, tanto o artesanato feito com a fibra do caroá (*Neoglasiovia variegata*) quanto com outras matérias-primas, como cerâmica, tecido de algodão e outros, estão presentes em várias feiras de exposição de artes, com destaque para a Feira Nacional de Artes e Negócios-FENEARTE, com participação inicial prevista entre os anos de 2001 até 2018 e expectativa de continuar em 2019. Devido à importância da transmissão de conhecimentos e a importância da realização destas práticas para toda a comunidade, Maria Carolina recebeu o título de mestre artesã.

Todas as mulheres com quem dialoguei afirmam que os conhecimentos que obtiveram é fruto da relação com suas avós, avôs e mães. Desde criança, estavam sempre presentes nas atividades desenvolvidas pelas adultas, tanto nos afazeres domésticos quanto na agricultura, nas atividades agroextrativistas e na produção artesanal. Assim como no presente, no passado essa vivência das crianças começa fazendo o que nós chamamos de

¹⁶ ACTIONAID - organização internacional de trabalho por justiça social, igualdade de gênero e pelo fim da pobreza; AGENDHA- Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia; GEF CAATINGA – organização ligada ao Ministério do Ambiente, defensora do uso sustentável dos recursos naturais.

¹⁷ As iniciativas apresentadas no documentário "As Fulôs do Sertão" representam uma amostra das atividades do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, voltadas ao desenvolvimento sustentável e à inclusão social. Essas iniciativas inovadoras são exemplos de como o respeito ao meio ambiente e ao trabalho da mulher podem servir de base. <https://www.youtube.com>

“malinação”¹⁸ (brincando) e, gradativamente, aprendem de verdade, conforme explica Maria Gonzalez: *Eu já trabalhava com plantas medicinais porque eu já aprendi com a minha avó, com meu pai, [...] minha mãe que a gente tinha que usar plantas medicinais e até hoje eu uso.*” Mesmo quando as mães eram mais rígidas, as criança aprendiam enquanto observavam, é o que afirma Maria Corolina:

“Ela não gostava muito que mexesse na peça que ela tava fazendo não, por causa que ela dizia que [...] ia atrapalhar a peça dela. Mas a gente sempre continuava [...] olhando ela trabalhar e aprendendo.” (Relato oral de Maria Corolina, concedida a autora em 12 do dezembro de 2018)

As mulheres deixam evidente, nas suas falas, que os percursos cotidianos nas atividades agroextrativistas ocorrem sempre na companhia de outros membros da família homens e ou mulheres. São momentos pedagógicos tanto porque oportunizam as trocas de saberes como também favorecem uma maior convivência familiar, de modo que as crianças aprendem na prática desde cedo sobre a nossa forma de vida e a relação com a natureza. O relato a seguir representa uma aula de como usar sustentavelmente os recursos naturais.

“[...] eu vou com meus meninos coletar no mato: ameixa aroeira umbuzeiro angico. A catingueira eu tenho em casa, mas as outras que [...] eu pego no mato porque já são plantas mais velhas e eu posso tirar de um jeito que não possa maltratar elas, [...] eu nunca mando eles irem só porque às vezes pode ser que ele vá no mato e maltrate alguma planta e depois eu não tenha. Geralmente eu vou com eles pra dizer como pode tirar, desse jeito pode tirar, assim a gente vai agindo.[...] Porque você não tá plantando a gente tá pegando na natureza, eu acho que o cuidado que a gente tem que ter com ela é o principal porque a gente diz; tem na natureza e tem muita, mas se a gente não cuidar [...] amanhã a gente não vai ter, então a preocupação da gente é essa.” (Relato oral de Maria González concedido à autora em 21/10/2018)

Maria Gonzalez cria os quatro filhos com o apoio da mãe, mas principalmente com os frutos da conciliação que ela consegue fazer entre as atividades no roçado, no extrativismo, na produção artesanal e no quintal produtivo. Uma ação vai complementando a outra e assim ela e a família vão vivendo do que a natureza lhes oferece. Da mesma forma, dona Júlia aproveitava a vivência no campo com as filhas para colocar em prática a educação de povos e comunidades tradicionais, principalmente relacionadas ao cuidado

¹⁸ Brincar.

que se deve ter com a natureza para que dela possa tirar o sustento sem destruí-la. Nesse sentido é importante que, ao se referir às crianças e adolescentes das comunidades quilombolas, as instituições e profissionais com função de garantir a efetivação das políticas públicas levem em consideração as suas especificidades. Esse tipo de aprendizado incentiva os cuidados para a manutenção da natureza em pé, conforme relata a seguir Maria Corolina, sobre a forma como ela foi ensinada a extrair o caroá (*Neoglasiovia variegata*), macambira (*Bromelia laciniosa*) e outras plantas nativas de onde tiravam o seu sustento:

“[...]ela chegava lá e dizia assim: Vamos pegar esse pé maior que já tá no ponto e os outros ficavam para quando fosse pegar de novo tá assim não se acabar outra vez quando a gente ia ter mas assim nunca faltava a gente preservava caruá para não acabar.” (Relato oral de Maria Corolina, concedido a autora em 12/12/2018)

Ao estudar “*A tradição viva*”, de autoria do malinês *Amadou Hampate Bá*, publicado no Brasil em (2010), logo percebemos que ele se refere a formas de saberes muito semelhantes ao “jeito Crioulas” de transmitir conhecimentos de gerações em gerações. Esses tipos de formação dificilmente serão reconhecidos ou aplicados pela maioria das instituições formais de ensino, justamente porque vão na contramão dos anseios do sistema capitalista, que visa lucro a partir da produção em grande escala de monocultivos, modelo de produção que demanda a destruição da fauna e da flora brasileira. As atividades desenvolvidas pelas mulheres Crioulas, além de representarem momentos de vivências e transmissão de saberes, também são atividades que contribuem para uma alimentação saudável e para a emancipação financeira das famílias. Além do mais, mostra que, ao contrário do que afirmam os discursos hegemônicos, é possível viver com dignidade no território Quilombola de Conceição das Crioulas, usufruindo dos potenciais locais existentes. Nesse sentido, Maria Gonzalez analisa a forma como se organiza para cobrir os custos de uma família de cinco pessoas, a partir da geração de renda autossustentável com a produção de artesanatos, pomadas caseiras e o quintal produtivo:

“[...]me ajuda muito porque se eu não tiver uma muda de planta, eu tenho a medicina, eu tenho a umas plantas que dá algumas frutas, eu vou fazendo [...]e eles vão vendo aí acho que é assim [...] para que as pessoas daqui saibam que a gente tá aqui, mais que a gente não tá

parada e nem tá buscando recursos lá fora. Mas aqui mesmo a gente consegue arrumar um meio de sobreviver com as plantas ou com o quintal uma coisa assim dar prá gente ir fazendo.” ((Relato oral de Maria Gonzalez concedido à autora em 21/10/2018)

O documentário intitulado “*As fulôs do sertão (2007)*” caracteriza as mulheres sertanejas como as árvores resistentes da região. Elas criam as mais diversas estratégias para conviver com os desafios impostos pelo clima do semiárido brasileiro e a presença ineficiente do poder público. Ao relacionar o cotidiano das mulheres com quem dialoga na realização da pesquisa, com as cobranças que fazem aos governantes pela efetivação das políticas sociais, reitero a percepção construída por essa narrativa audiovisual. A exigência é apenas que o Estado faça a sua parte em cumprimento aos direitos garantidos na Constituição Federal, assegurando direitos a um povo que é pagador de impostos, assim como os demais membros da sociedade brasileira e que, apesar disso, sempre viveu excluído das políticas públicas. Concluímos, a partir dessa análise preliminar, que fortalecer os potenciais das comunidades quilombolas é contribuir para que tenhamos o direito de decidir se queremos viver em nossas comunidades ou se queremos migrar para os centros urbanos ou para outras regiões. É o que aponta a atuação das mulheres, cujos trechos das suas narrativas destaco abaixo.

“[...] quando não tinha nada como você sabe, mais para trás, eu pejei de um jeito, pejei de outro e graças a Deus foi o que Deus me deu para mim ir sustentando, fazendo a feirinha para eu mas os meus filhos, a minha família, foi vendendo esses remédios do mato era casca, era semente, raiz, tudo isso. Todo sábado eu tinha a minha feira. [...] foi o que eu achei para me ajudar naquele tempo duro foi isso aí[...].” (Relato oral de Maria de Benguela, concedido à autora em 24/10/2018)

“[...] assim, não é uma coisa que seja muitas coisas, mas assim o pouco serve, eu sempre acho que o pouco com Deus é muito é melhor do que o muito sem Deus. Assim graças a Deus eu me contento com um pouquinho o que eu ganho, que quando chega serve, graças a Deus aquele pouco rende.” ((Relato oral de Maria Carolina, concedido à autora em 12/12/2018)

De modo geral, os relatos apontam como ocorrem as trocas de conhecimentos em Conceição das Crioulas. Essas ações são caracterizadas por Silva (2016) como educação quilombola, aquela que é realizada cotidianamente e nem sempre é percebida, mas que, segundo Nascimento (2017), se transforma em educação escolar quilombola quando a

instituição de ensino atua de acordo com a realidade local. São essas práticas que percebemos nas escolas da comunidade, mas efetivar essas ações só é possível graças ao sentimento de pertencimento que se materializa no compromisso por parte das professoras e professores que em sua maioria são filhos do território quilombola.

“Eu já aprendi com a minha avó com meu pai para minha mãe que a gente tinha que usar plantas medicinais e até hoje eu uso. Tem ao meu lado também a minha mãe que às vezes a gente tem dúvida aí procuro a ela para que serve aquele medicamento. [...] Eu gosto que ela vá com a gente pra poder explicar que a gente nunca sabe tudo, a gente precisa da força das que vieram primeiro para poder nos ajudar.” (Relato oral de Maria Gonzalez, concedido à autora em 21/10/2018)

Apesar do avanço tecnológico e das conseqüentes interferências externas que sufocam as comunidades quilombolas, é possível observar que os saberes locais quilombolas indicam que a convivência em harmonia com as plantas nativas e demais recursos naturais permanecem vivos no dia a dia das famílias. É interessante também perceber que as escolas se utilizam da tecnologia (computadores, celulares e mídias sociais) como ferramentas facilitadoras da sistematização e transmissão desses conhecimentos para os seus alunos e alunas.

4.2. Caminhos para a reeducação dos homens (agressores)

Como as medidas estatais adotadas até aqui não surtiram efeito satisfatório em relação ao combate à violência doméstica nos territórios quilombolas, é importante experimentar outras estratégias e todas as mulheres e alguns homens com quem dialoguei apontam sugestões que merecem atenção. Na opinião de Maria Mahin, é importante que sejam feitos processos contínuos de educação que envolvam os homens, não apenas nas escolas entre professor e alunos. Teria que ser assunto de pauta das reuniões de pais e professores, das reuniões das associações dos moradores, pautas das igrejas, de todos os lugares possíveis dentro do território. Na visão dela, as campanhas geralmente tem modelo universal, linguagem técnica que não é compreensível para todos. Por mais que a televisão esteja na sala da família, onde tem um agressor, o que se escuta fica no campo da ficção, então elas perdem o sentido.

“Eu acredito que a questão da violência teria que ser pauta das escolas, pautas de reuniões de pais e Mestres, pauta das reuniões das associações

comunitárias, pautas de reuniões das igrejas, pautas onde quer que fosse, mas na linguagem própria de cada povo. Porque o que as campanhas trazem uma linguagem muito universal e a gente que tem circulado por outros espaços, consegue perceber, consegue compreender, consegue se tocar, mas quem não está acostumado, não tem oportunidade de circular por outros espaços, parece mais coisa de novela, elas ficam completamente sem função. Essa tem sido a minha leitura, posso estar totalmente enganada mais essa é a minha leitura.”
(Relato oral de Maria Mahin, concedido à autora em 11/06/2019)

Durante a pesquisa ocorreu um caso com o qual fiquei bastante preocupada. Era um encontro para falar sobre a violência contra as mulheres e, de repente, está entre nós, junto com a esposa, um dos homens mais agressores do Quilombo. Nós da equipe de pesquisa começamos a nos perguntar “agora como será que ele vai reagir”. A preocupação não era por nós, mas como ele reagiria com a esposa depois de participar da atividade. Mas não podíamos mudar a pauta nem deixar de realizar a atividade.

Seguimos com ar de normalidade e, para nossa surpresa, ele participou dos debates e, apesar de não assumir que tinha o comportamento agressivo, expressou o sentimento de que os agressores devem responder pelos seus atos, fazendo críticas ao modelo de punição, considerando-o muito brando. Enfim, o que parecia tenso passou a ser motivo de alegria para todas nós. Além desse participante, outros homens começaram a participar também e foram, aos poucos, mudando suas formas de agir com seus familiares, o que significa que é possível mudar, sim, para melhor. No decorrer da pesquisa, encontrei um dos coordenadores da CONAQ e achei por bem ouvir o que ele tinha a dizer sobre o tema e ele trouxe contribuições importantes, que convergem com a opinião das mulheres participantes da pesquisa. Veja um trecho da sua fala a seguir.

“O racismo eu acho que machismo perpassam pelo mesmo caminho então, Eu acredito muito em uma mudança na sociedade eu acho que é preciso falar do machismo , é preciso nós criarmos nossos filhos diferente. Ao criar os filhos para se o macho, “Menino não chora, menino não lava louça, menino não lava roupa, menino tem que ser homem e menino não apanha na escola,” isso molda as crianças, então, assim como a gente não nasce racista a gente também não nasce machista, a gente nasce macho mas não machista. Então, a gente precisa falar cada dia mais sobre isso precisa falar na igreja preciso falar na escola, falar no bar.” (Relato oral de Jhonny Martins concedido à autora em 14/06/2019)

Na leitura de Jhonny Martins, o racismo e o machismo perpassam o mesmo

caminho e precisam ser combatidos da mesma forma. Essa narrativa está em consonância com o ponto de vista das mulheres no sentido de que é necessário reagirmos para combater o racismo que recai sobre toda a população negra, e não somente em nossas comunidades, pensando os efeitos dessas imposições de masculinidade. Entretanto, é importante compreender que mesmo homens negros ocupam um lugar de privilégio em relação a nós, mulheres negras. Ao mesmo tempo em que lutamos contra o racismo, que deixa marcas irreparáveis para todos nós, temos ainda que combater as atitudes machistas de todos os homens, inclusive dos homens negros que vivem em nossas comunidades.

Concluo esta etapa da pesquisa com o sentimento de que precisamos continuar dialogando, fortalecendo e sistematizando as experiências de enfrentamento à violência doméstica. Gratidão pela confiança que as mulheres das comunidades tradicionais e do meu quilombo depositaram em mim para, através das suas histórias, trazer contribuições sobre a temática. Aprendi com as lideranças atuais e com a história dos nossos antepassados a importância da luta por políticas Públicas voltadas para a educação, saúde, habitação e regularização dos nossos territórios, para a garantia de melhores condições de vida para o povo quilombola. Porque só assim teremos condições permanecer em nosso território, sem a obrigação de migrar para os centros urbanos, onde não existem acolhimentos para a população negra e muito menos negros quilombolas. Essa é uma luta árdua, mas contra um inimigo externo.

Se por um lado as comunidades quilombolas historicamente recebem tratamento agressivo, preconceituoso e racista, por outro lado recebem também um tratamento romantizado, desconsiderando que estamos inseridos no mesmo sistema cruel, capitalista, machista, patriarcal e por ele somos influenciados e influenciadas. Essas visões extremas somadas a outras situações dificultam a quebra de silêncio em relação aos conflitos internos, ainda mais quando se trata do que ocorre dentro de casa, em âmbito privado. Gostaria que não houvesse a necessidade de falar nem de escrever sobre violência doméstica em contextos comunitários. Gostaria de apresentar apenas os aspectos positivos das nossas comunidades. Mas, infelizmente, a violência contra as mulheres existe e silenciar sobre o assunto é se omitir e concordar que as tragédias que destroem famílias continuem acontecendo.

Não é fácil para nenhuma mulher trazer a público os tipos de violências que sofrem, porque muitas vezes ela começa desde a infância, dentro de casa, promovida pelos pais, irmãos, irmãs e a mãe. Quando crescemos e queremos construir uma família, em alguns

casos com a intenção de escapar de um processo violento, nos deparamos com situações ainda piores e bastante duradouras. Aquele que aparentava ser um possível companheiro se torna o seu algoz, isso ocorre geralmente porque ele cresceu em um contexto de violência, aprendeu que é assim que se trata uma mulher.

Em comunidades, estamos a todo momento expostos às ofensivas externas aos nossos territórios, e isso afeta a todos: homens e mulheres, crianças e adultos, quilombolas, indígenas e das demais comunidades tradicionais. As relações familiares dos quilombos são permeadas por contradições, estas que se amplificam no âmbito da comunitário. Além dos mais, o homem na comunidade quilombola, ora é o agressor, ora dá sinais de companheirismo, às vezes é um pai presente e com quem se vive uma relação amistosa, outras vezes é a liderança comunitária que nos representa interna e externamente. São relações construídas baseadas em sentimentos afetivos e de pertencimento, que tornam difícil que se desvinculem as vítimas e os agressores nos momentos coletivos.

Dois sentimentos se destacam como justificativas para as mulheres não procurarem a apoio na justiça oficial. A primeira delas refere-se ao fato de elas não acreditarem nem concordarem com a aplicabilidade das leis; em segundo lugar, a maioria não aceita, em hipótese alguma, que seu companheiro, ora algoz, ora companheiro afetuoso, seja punido com detenção. A conjuntura mostra que, dificilmente, as pessoas em situação de encarceramento passam por algum processo educacional que leve os agressores a refletir sobre o impactos dos seus atos na sua própria vida e na vida da família. Geralmente ele sai do encarceramento pior do que entrou, volta para a comunidade e a vida da mulher passa a correr maior risco. A dinâmica da comunidade fica comprometida, então, cabe ao Estado ouvir o que as mulheres quilombolas tem a dizer, quais são as suas demandas.

É importante ressaltar que o fato das mulheres das comunidades tradicionais encontrarem na luta comunitária as condições psicológicas para a busca da liberdade não significa que não sofram mais violência. O comportamento libertário influencia outras mulheres e, conseqüentemente, tanto o seu agressor quanto o agressor de outras mulheres se sentem ameaçados e reagem intensificando os atos agressivos.

Nesse contexto, as mulheres que assumem as lideranças nas lutas comunitárias, em especial, contra a violência doméstica passam a ser o alvo potencial da violência doméstica e estrutural. É necessário que haja providências urgentes voltadas para a segurança dessas mulheres como defensoras dos direitos humanos.

As narrativas apontam para a necessidade de união de forças no combate à violência, que possamos colocar em prática uma educação transformadora, que promova a dignidade. É importante que o sentimento de pertencimento a uma família contribua para que os homens parem de violentar as suas companheiras e não as tratem como seus objetos. As mulheres com quem conversei não querem “revanche” contra os homens, só querem ser tratadas com respeito, querem usufruir o direito de decidir que tipo de roupa usar, se vai ou não à festa, se estuda ou não, se engravida ou não. Os homens precisam aprender que, se lavarem o prato, o copo, a roupa, limparem a casa e cuidarem dos filhos, não estão fazendo uma gentileza à mulher, porque todas essas atividades nós fazemos desde criança sem nunca ouvir sequer um “muito obrigado”.

Percebemos que nas comunidades os homens sempre foram privilegiados em seus espaços de sociabilidade, o que lhes assegura o direito ao lazer e à diversão, enquanto para as mulheres muitos destes direitos permaneceram interditados, pelo próprio medo de terem que pagar com a vida o preço da liberdade experimentada. Nesse sentido, evidenciamos que tais direitos começam a ser conquistados por meio da luta comunitária em defesa do território, quando vivenciamos em coletivos de mulheres o fortalecimento dos espaços de trocas internas daqueles saberes oriundos das nossas antepassadas, saberes dos quais as mulheres são detentoras. Nesse sentido, as mulheres protagonizam uma resistência, muitas vezes silenciosa, contra uma modalidade de violência cujo enfrentamento requer muito cuidado, dada a sua complexidade em função do contexto em que ela acontece.

Nosso território está localizado razoavelmente distante da sede do município, o que por si só já constitui uma dificuldade de acionar a justiça, que está sediada na cidade. E, quando isso é possível, a abordagem não contribui para a resolução do problema, pelo contrário, às vezes piora. Então, como demonstração de interesse em contribuir com o combate à violência doméstica nas comunidades quilombolas, é importante que os representantes das instituições estatais tenham a humildade de entender que esse esforço tem que existir de forma integrada entre suas secretarias e em diálogo com as mulheres líderes na luta contra a violência que vitima as mulheres nas comunidades, que a luz das suas experiências tem muito a contribuir.

As uniões matrimoniais no Quilombo de Conceição das Crioulas, geralmente, ocorrem entre pessoas cujos laços familiares e de convivência são muito forte. Todas as mulheres querem o fim da violência doméstica, familiar e pública. Entretanto, dependendo da abordagem, ao invés de solucionar o problema pode-se criar um desequilíbrio

comunitário e isso não queremos. Queremos que os homens do nosso território compreendam que temos um inimigo gigante e comum a homens e mulheres quilombolas: o sistema patriarcal, e para enfrentá-lo, precisamos estar em unidade. Sem querer minimizar as dores que a violência machista nos causam, entendemos que uma abordagem desastrosa pode comprometer a luta comunitária em que somos protagonista. Queremos mais e mais mulheres e homens envolvidos para que junto possamos seguir em luta pela permanência em nossos territórios, convivendo, cuidando e tirando o nosso alimento dos elementos da natureza, sem deixar de lado o exercício da cidadania na luta pelas políticas públicas, direitos garantidos na legislação brasileira.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACTIONAID BRASIL, Organizadores, et al. *Mulheres experiências e Agroecologia Sistematizações de mulheres agricultoras*. Rio de Janeiro: ACTIONAID, 2010.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. o perigo de uma única história. 16/03/2010. Disponível em <https://www.geledes.org.br>. Acesso em 14/10/2017

AQCC, Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – AQCC. Projeto De Capacitação Para O Fortalecimento Das Organizações Do Movimento Quilombola Em Pernambuco. 2008

Atlas da violência 2019. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019.

BANDEIRA, Lourdes Maria. “Violência, gênero e poder: múltiplas faces” in *Mulheres e violências: interseccionalidades* / Organização Cristina Stevens, Susane Oliveira, Valeska Zanello, Edlene Silva, Cristiane Portela,-- Brasília, DF : Technopolitik, 2017. P.14-35

CAMPOS, Carmen Hein de. LEI MARIA DA PENHA: Fundamentos e perspectivas. In. Isadora Vier Machado (Organizadora) *Uma Década De Lei Maria Da Penha: percursos, práticas e desafios*. EDITORA CRV Curitiba – Brasil 2017.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento, ESTUDOS AVANÇADOS 17 (49), 2003.

CARONE, Edgard. Coronelismo: Definição Histórica e Bibliografia. R. Adm. Emp., Rio de Janeiro, jul./set. 1971. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo> acesso em 25/05/2019.

CARVALHO, levindo diniz; SILVA, Rogério correia da. INFÂNCIAS NO CAMPO: brinquedo, brincadeira e cultura. 2018 disponível em <https://www.researchgate.net> acesso em 02/06/2019

CHIOQUETTA, Rafaela Dotti. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: o berço do crime. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília*. Ano 2014 – Edição 13 – Maio/2014. ISSN 1983-2192. Disponível em: www.google.com.br acesso 17/05/2019

COLLINS, Patrícia Hill. – *Pensamento Feminista Negro* Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. (1990), Tradução de Natália Luchini Revisão da tradução: Bianca Tavorari.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo. 1901: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). Texto proveniente de: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico] / Angela Davis ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

Dossiê mulher 2018 / Orlinda Claudia R. de Moraes, Flávia Vastano Manso, organizadoras. – 13. versão. – Rio de Janeiro: Rio Segurança. Instituto de Segurança Pública (ISP – RJ), 2018.

DOVE, Nah. MULHERISMA AFRICANA Uma Teoria Afrocêntrica. Universidade Temple . JORNAL DE ESTUDOS NEGROS, Vol. 28, Nº 5, Maio de 1998 515-539 © 1998 Sage Publications, Inc. Tradução: Wellington Agudá.

FANON, Frantz. Os condenados da terra/Frantz Fanon/tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalães-Juíz de Fora: Ed. UFJE, 2005

FARIA, Elisabete Mónica Moreira. Educação Artística Diferenciada: contando e recontando a história. Aprender fazendo com/para/na comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas. Tese apresentada na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto para obtenção do grau de Doutor em Educação Artística. Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. 2016

Feminicídio: #Invisibilidademata/organização Débora Prado; Marisa Sanematsu; ilustração Lígia Wang; [editor] Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo. Instituto Patrícia Galvão. 2017.

FERREIRA, Luiz. UMBU, A ÁRVORE SAGRADA DO SERTÃO: Símbolo da resistência. Agrossênior Notícias – Eng.º Agrônomo Luiz Ferreira. 2017

GONZALEZ, Lélia, Por um feminismo Afro-latino-Americano. Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino Nº 1. Batalha de ideias. Círculo Palmarino. Brasil. (2011)

GREGOLI, Roberta. Violência simbólica e inclusão pela língua: uma introdução. *In. Mulheres e violências: interseccionalidades / Organização Cristina Stevens, Susane Oliveira, Valeska Zanello, Edlene Silva, Cristiane Portela, --Brasília, DF : echnopolitik, 2017.*

Grosfoguel. Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada/ Viviane Nogueira de Azevedo Guerra. – 7.ed.-São Paulo: Cortez, 2011.

HAMPATE BÁ, Amadou. “A tradição viva” in História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph KiZerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir - A educação como prática da liberdade. Ed. Wmf Martins Fontes. 1994.

HOOKS, Bell. Feminismo é para todos. Ed. Cambridge. Canadá, 2000. [Tradução livre feita por Carol Correia, para fins de ampliação do estudo sobre política e teoria feminista] <http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/viewFile/2716/3039>. Acessado em: 19/08/2015.

II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil : estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país : 2005 / E. A. Carlini (supervisão) [et. al.], -- São Paulo : CEBRID - Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, 2006

Instituto de Segurança Pública. Dossiê mulher 2018 / Orlinda Claudia R. de Moraes, Flávia Vastano Manso, organizadoras. – 13. versão. – Rio de Janeiro: Rio Segurança. Instituto de Segurança Pública (ISP – RJ), 2018. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/> Acesso em 04/05/2019.

Instituto Patrícia Galvão. Femicídio: #Invisibilidade Mata.ed. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo. 2017. Disponível em: <https://assets-institucional-ipg>. Acesso em 04/05/2019.

KOPENAWA, Albert, Bruce, Davi. A queda do céu : Palavras de um xamã yanomami / Davi Kopenawa e Bruce Albert ; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

MACEDO, Joaquim Manuel de. AS VÍTIMAS-ALGOZES.1869

MBEMBE, Achille. Políticas da Inimizade. Tradução:Marta Lança. ed. Antígona. 2017

MELO, Paula Balduino de. Matronas afropacíficas: fluxos, territórios e violências. Gênero, etnia e raça na colômbia e no equador. Programa de pós-graduação em antropologia social. Universidade de Brasília: Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia. Brasília 2015

MERLINO, Tatiana. Luana Barbosa: Morta por ser mulher, negra, pobre, lésbica. . In. Femicídio:#Invisibilidademata/organização Débora Prado; Marisa Sanematsu;ilustração Lígia Wang; [editor] Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo.Instituto Patrícia Galvão. 2017.

MIZUNO, Camila; FRAID, Jaqueline Aparecida e CASSAB, Latif Antonia. Violência contra a mulher: Por que elas simplesmente não vão embora? Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. GT 5. Gênero e Violência – Coord. Sandra Lourenço.

MOURA, Clovis. A Rebeliões da Senzala. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

Muniz, Diva do Couto Gontijo. As feridas abertas da violência contra as mulheres no Brasil: estupro, assassinato e Feminicídio. *in*. Mulheres e violências: interseccionalidades / Organização Cristina Stevens, Susane Oliveira, Valeska Zanello, Edlene Silva, Cristiane Portela, -- Brasília, DF : Technopolitik, 2017. P.36-49

NASCIMENTO, Márcia Jucilene do. Por uma pedagogia crioula: memória, identidade e resistência no Quilombo de Conceição das Crioulas – PE. [Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais – MESPT]. Brasília: UnB, 2017.

Org. Terra de Direitos; Org. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Racismo e violência Contra quilombos no Brasil / Terra de Direitos, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas — Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

PAREDES Julieta. « El feminismocomunitario: la creación de un pensamiento propio », Corpus [En línea], Vol. 7, n. 1, 2017. URL : <http://corpusarchivos.revues.org/1835>

PASINATO, Wânia. DEZ ANOS MAIS UM: a implementação da Lei Maria da Penha no passar dos anos. In. Isadora Vier Machado (Organizadora) UMA DÉCADA DE LEI MARIA DA PENHA: percursos, práticas e desafios. EDITORA CRV Curitiba – Brasil 2017.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. TRAMAS E DRAMAS DE GÊNERO E COR: a violência doméstica contra mulheres negras. Brasília: ed. Brado negro, 2016.

PEREIRA, Ludivine Eloy Costa. O que há de novo com a Ecoagricultura. *in*. Sustentabilidade em debate. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, v. 3, n. 2 (p.(2010 - 2012). – Brasília

POLLAK, Michael Memória, Esquecimento, Silencio "Encadrement et silence: le travail de la mémoire", Pénélope, 12, 1985, p. 37. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acessado em: 27/10/2015.

Projeto: Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. FASCÍCULO 6 Quilombolas de Conceição das Crioulas, Salgueiro, Pernambuco, Brasília DF, abril 2007. ISBN 85-86037-20-6. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com> acessado em 01/11/2017

REIS, João Jose & GOMES, Flavio dos Santos. (Org.), Liberdade por um fio história dos Quilombolas no Brasil – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Maria Diva da Silva. POLÍTICA DE NUCLEAÇÃO DE ESCOLAS: Uma violação de direitos e a negação da cultura e da educação escolar Quilombola. [Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais – MESPT]. Brasília: UnB, 2017.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Gênero, Patriarcado, Violência. 2007 Editora, Fundação Perseu Abramo. Brasil Urgente.

SANTOS, Adriana Rosa Cruz. A pulsação do silêncio: Juvenal e a encruzilhada psiquiátrico-penal. Cadernos de Saúde Pública. Print version ISSN 0102-311X On-line version ISSN 1678-4464 Cad. Saúde Pública vol.35 no.3 Rio de Janeiro 2019 Epub Apr 08, 2019. Disponível em www.scielo.br acesso 06/06/2018

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos: modos e significados. Brasília, 2015

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. e-cadernos ces [Online], 18 | 2012, colocado online no dia 01 Dezembro 2012, consultado a 30 Setembro 2016. URL : <http://eces.revues.org/1533>; DOI : 10.4000/eces.1533

SILVA, Benedita da. Em defesa da luta das mulheres negras: “Nós parimos este país”. Disponível. 01/06/2019. em: <https://www.geledes.org.br> acesso em 10/06/2019

SILVA, Givania Maria da. Educação e luta política no Quilombo de Conceição das Crioulas.- 01 ed.- Curitiba: Apris, 2016.

SILVA, Roseane Amorim da; LEAL, Marilyn Dione de Sena. Mulheres Quilombolas em contextos de violência de gênero e uso abusivo de álcool. 2010. Disponível em <http://www.ufpb.br>. Acesso em 15/03/2019.

SOARES, Cecília Moreira. AS GANHADEIRAS: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. Salvador Bahia 1996. Disponível em <https://portalseer.ufba.br> acessado em 20/02/2019

VILHENA, Valéria Cristina. Pela voz das mulheres: uma análise da violência doméstica

entre as evangélicas atendidas no núcleo de Defesa e Convivência da Mulher- Casa Sofia. Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Humanidades e Direito. São Bernardo dos Campos-SP 2009.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Revista da ABPN v. 1, n. 1 - mar-jun de 2010.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

BRASIL, Constituição da República Federativa do Senado Federal. Secretaria Especial de Informática. Disponível em <http://www.stf.jus.br>. Acessado em 04/02/2018.

_____, *Decreto Legislativo no 143, de 20 de junho de 2002. Aprova o texto da Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. Disponível em <http://www.inovacao.uema.br> acesso em 03/02/2018.*

_____, *Decreto lei nº: 3.912 de 10/09/2001. regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/decreto/2001/d3912.htm acessado em: 29/10/2017.*

_____, *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. http://www.planalto.gov.br/civil_03/decreto/2001/d3912.htm acesso em: 29/08/2017.*

_____, *Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. disponível em: <http://www.planalto.gov.br> acesso em: 25/08/2017.*

_____, *Decreto nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acessado em: 24/09/2014.*

_____, *Fundação Cultural Palmares, Relatório de Atividades 2000. Disponível em*

<http://www.palmares.gov.br> acessado em 03/10/14

_____, Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, *Relação de processos de regularização abertos no INCRA*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br> acessado em 31/10/2017+

_____, Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, *Comunidade quilombola Conceição das Crioulas (PE) recebe título de mais de 800 hectares*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br> acessado em 29/05/2018

_____, Tribunal Superior Eleitoral. *Série Inclusão: antes excluídos, hoje índios e negros participam ativamente do processo eleitoral*. 19/04/2013. Disponível em: <http://www.tse.jus.br> acesso 10/03/2019

_____, Lei Maria da Penha Lei nº 11.340/2006. Disponível em: www.spm.gov.br/legislacao-1/lei-maria-da-penha/leimariadapenha. Acessado em: 17/09/2014.

_____, *Prestação de contas Ordinária Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2009* Disponíveis em <http://www.incra.gov.br/sites> acessado em 06-10-2014

_____, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, *Programa Brasil Quilombola: diagnóstico de ações realizadas 2012*, Disponível em: <http://seppir.gov.br>. Acessado em: 04/10/2014.

_____, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br> acesso 12/06/2019

_____, Código Civil: Quadro comparativo 1916/2002. Senado Federal Secretaria Especial de Editoração E Publicações Subsecretaria De Edições Técnicas. Brasília – 2003. <http://www2.senado.leg.br> acesso 16/06/2019.

_____, Código penal. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 138 p. Conteúdo: Código penal – Decreto-lei no 2.848/1940. Disponível em <https://www2.senado.leg.br> acesso 02/06/2019

REFERÊNCIA AUDIOVISUAL

Documentário “*Fulô do Sertão - as mulheres da caatinga fazendo econegócios*” Ricardo Malta e uma equipe do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), pelo projeto GEF Caatinga. 2007.

Vídeo “A violência contra a mulher negra no âmbito social”, realizado por W4 Produções

em 8 de dez de 2016

EVARISTO, Conceição. "Eu não nasci rodeada de livros, nasci rodeada de palavras", conta Conceição Evaristo. *Edição: Anelize Moreira*. Rádio Brasil de Fato. Mosaico Cultural Norma Odara, 2 de Junho de 2017 às 17:19 disponível em: <https://www.brasildefato.com.br> acesso 02/06/2019